

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação



Dissertação

Gênero e sindicalismo docente:
uma análise da produção acadêmica na pós-graduação

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel

Pelotas, 2014

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel

Gênero e sindicalismo docente:

uma análise da produção acadêmica na pós-graduação

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Márcia Ondina Vieira Ferreira

Pelotas, 2014

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C822g Coronel, Márcia Cristiane Völz Klumb

Gênero e sindicalismo docente: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação / Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel; Márcia Ondina Vieira Ferreira, orientador. — Pelotas, 2014.
118 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2014.

1. Gênero. 2. Sindicalismo docente. 3. Trabalho docente. 4. Capes. 5. Produção discente. I. Ferreira, Márcia Ondina Vieira, orient. II. Título.

CDD: 378

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Márcia Cristiane Völz Klumb Coronel

Gênero e sindicalismo docente:
uma análise da produção acadêmica na pós-graduação

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 28/04/2014

Banca examinadora:

Prof^a. Dra. Márcia Ondina Vieira Ferreira (Orientadora)
Doutora em Sociologia pela Universidade de Salamanca

Prof^a. Dra. Magda Floriana Damiani
Doutora em Educação pela University of London

Prof^a. Dra. Andréia Orsato
Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dra. Liliana Soares Ferreira
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aos meus pais, Wilson e Irena, por tudo que me proporcionaram. Ao Vinícius, por todos os momentos.

Agradecimentos

À professora Márcia Ondina Vieira Ferreira.

À CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Resumo

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gênero e sindicalismo docente**: uma análise da produção acadêmica na pós-graduação. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

O conceito de gênero situa-se num campo de tensões e conflitos acadêmicos, com uma variedade de encaminhamentos teórico-metodológicos. Desta forma, este estudo investiga as tendências do uso do gênero no campo do sindicalismo docente. O objetivo foi analisar como o conceito de gênero vem sendo utilizado em pesquisas sobre a organização sindical do professorado, realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras. Para tanto, procurou-se: examinar quais referenciais teóricos referentes a gênero sustentaram os estudos; analisar a definição do conceito presente em cada estudo. A metodologia consistiu num levantamento das dissertações e teses, produzidas entre os anos de 1987 a 2011, com resumos no *Banco de Teses CAPES* (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). A produção analisada contou com um conjunto de oito pesquisas, que continham em seus resumos a palavra-chave gênero e expressões referentes a sindicalismo docente. Os trabalhos, lidos na íntegra, revelaram um referencial em comum, o uso do gênero segundo a compreensão de Joan Scott (1990). Em alguns casos o gênero foi usado como uma categoria de análise, tendo sido buscados os significados masculinos e femininos presentes na organização coletiva do professorado. No entanto, a tendência da maioria das pesquisas foi o uso do conceito voltado para discutir as desigualdades de gênero, com ênfase sobre as mulheres, o que implicou considerar a mulher no movimento docente. Independentemente do uso do gênero feito nos trabalhos todos apontaram um sindicato predominantemente masculino, em que não são consideradas satisfatoriamente as singularidades da atuação política e sindical das mulheres. Acredita-se que esta investigação contribuirá para as reflexões sobre as relações de gênero no campo sindical do professorado, especialmente acerca da potencialidade do gênero enquanto uma ferramenta de análise para a interpretação de fenômenos sindicais da categoria docente.

Palavras-chave: gênero; sindicalismo docente; trabalho docente; CAPES; produção docente

Abstract

CORONEL, Márcia Cristiane Völz Klumb. **Gender and unionism teaching: an analysis of production academic of post graduation.** 2014. 118f. Dissertation (Master Degree em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

The concept of gender is found in a field of tensions and academic conflicts, with a range of theoretical-methodological support. Therefore, this study investigates the trends concerning the use of gender in the field of teachers' trade unions. The purpose was to analyze how the concept of gender has been used in research on teachers' trade union organization, carried out in the scope of post graduation programs at Brazilian universities. In order to do so we focused on: examining which theoretical references concerning gender supported the studies; analyzing the definition of the concept. The methodology consisted of a survey of the dissertations and thesis, produced between 1987 to 2011, with abstracts published in the *Thesis Data Bank from CAPES* (Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel). The production analyzed consisted of a group of eight works, which had in their abstract the key-word gender and expressions referring to a teachers' trade union. The texts, fully read, revealed to be based on a reference, i.e. the use of gender according to Joan Scott's (1990). In some cases, gender was used as a category of analysis, in which we looked for the male and female meanings found in the collective organization of teachers. However, the trend of most research works was the use of the concept regarding gender inequalities, with emphasis on women, which involved considering the woman in the teachers' union. Regardless of the use of gender detected in the research works, they point out to a predominantly masculine trade union, in which the women are not satisfactorily considered in their singularities concerning political and trade union activities. It is believed that this investigation will contribute for the reflections on gender relationships in the trade union of teachers, mainly about the potential of the gender as an analytic tool for the interpretation of trade union phenomena involving teachers category.

Key-words: gender; unionism teaching; teaching work; CAPES; students' production

Lista de Quadros

Quadro 1 - Número de dissertações e teses que contêm palavras relacionadas a gênero e sindicalismo docente/1987-2011 – CAPES.....47

Quadro 2 - Dissertações e teses selecionadas que abordam gênero e sindicalismo docente/1987-2011 – CAPES48

Quadro 3 - Temáticas gênero e sindicalismo docente no curriculum Lattes das autoras/201356

Quadro 4 - Temáticas gênero e sindicalismo docente no curriculum Lattes dos/das orientadores/as/2013.....58

Lista de Abreviaturas e Siglas

CPP - Centro do Professorado Paulista

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PUC-GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SINTE/SC - Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina

APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

SINTEGO - Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás

SINTEP/PB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba

APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná

STMC - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas

UCS - Universidade de Caxias do Sul

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSJ - Universidade Federal de São João Del-Rei

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

USP - Universidade de São Paulo

Sumário

1	Introdução	11
2	A docência e o sindicalismo docente a partir da perspectiva de gênero	15
2.1	Conceituando o gênero	15
2.2	Gênero e docência	24
2.3	Gênero e sindicalismo do professorado	27
2.3.1	Organizações sindicais: historicizando o sindicato desde a ótica do gênero	27
2.3.2	Ação sindical: professorado brasileiro em movimento	32
2.3.3	Pesquisas acerca do sindicalismo docente sob o enfoque da categoria gênero..	38
3	Procedimentos metodológicos	45
4	Presença do conceito de gênero em pesquisas sobre sindicalismo docente nos programas de pós-graduação.....	51
4.1	Características da produção	51
4.2	Breve apresentação dos textos	60
5	Contemplando os usos do gênero	67
5.1	No campo das possibilidades: um referencial em comum.....	68
5.2	Uma categoria útil de análise: o estudo dos significados masculinos e femininos no movimento docente	71
5.3	Desigualdades de gênero: a mulher no movimento docente.....	74
5.3.1	Gênero e feminização do magistério	74
5.3.2	Elementos dificultadores da participação das docentes no movimento sindical.....	83
5.3.2.1	Condições sociais de gênero: dificultadores exógenos (extrainstitucionais)	83
a)	o mito do amor materno	85
b)	doméstico: espaço <i>institucionalizado natural</i> da mulher	87
5.3.2.2	Relações sexistas no sindicato: dificultador endógeno (intrainstitucional).....	94
6	O sindicato como espaço predominantemente masculino	99
6.1	Singularidades da atuação política e sindical das mulheres	105

7 Considerações finais	107
Referências	111
Apêndices	117

1 Introdução

O contexto brasileiro atual tem sido marcado por uma intensa mobilização por parte de diferentes categorias e classes trabalhadoras. Profissionais das mais diversas áreas têm aderido a lutas e paralisações de suas atividades, especialmente em busca de melhorias salariais e condições de trabalho menos precárias. Segundo o *Balanço das Greves* realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2013), a partir de 2008 houve um recrudescimento do movimento grevista, sendo 2012 o ano em que mais greves ocorreram desde 1997. O total do número de horas não trabalhadas nesse ano, não era registrado desde 1991.

Neste cenário a categoria docente protagonizou muitas das lutas e idas às ruas. Os dados apontam que mais de 100 mil docentes das universidades federais teriam aderido ao movimento de greve ocorrido em 2012, durando em torno de 124 dias. Entre os funcionários públicos, tanto estaduais quanto municipais, foram os servidores da Educação que igualmente destacaram-se quanto ao número de greves realizadas, em comparação a outras categorias como as da saúde, servidores da administração, etc. (DIEESE, 2013).

Toda esta mobilização tem levado alguns/mas estudiosos/as da organização sindical questionar a ideia de um possível declínio do movimento sindical, bastante comentada e discutida durante os anos 1990¹. O atual ciclo de greves tem sido referido por autores/as, como Boito Junior e Marcelino (2010) como uma possível recuperação da atividade sindical brasileira, que por sua vez, seria um indicador de que estaria equivocada a tese de um declínio histórico do sindicalismo.

No entanto, se tais mobilizações têm revigorado o campo da militância sindical, no campo acadêmico o tema sindicalismo, já há algum tempo, tem ocupado espaço significativo das discussões e pesquisas, principalmente nos programas de pós-graduação. Voltando a atenção ao sindicalismo docente, foco desta dissertação,

¹ Rodrigues (2002) tem sido uma das referências quanto ao tema de um possível declínio histórico do movimento sindical da década de 1990. Para o autor, a diminuição do número de filiados e o declínio das taxas de greves seriam sinais de enfraquecimento dos sindicatos.

Gindin (2009) apontou durante um levantamento dos estudos sobre sindicalismo docente de educação básica no Brasil, um número considerável de 71 dissertações e 18 teses.

Sob abordagens diferentes, ora mais históricas ora mais sociológicas, essas muitas pesquisas têm se debruçado sobre sindicatos docentes², tendo em vista contribuir para compreensão dos processos que envolvem o surgimento destas organizações, recuperar a história das entidades, estudar as greves de professores/as, analisar a relação destas instituições com a sociedade e Estado, entre outras importantes motivações.

Diante desse quadro de produção acadêmica me interessei pela inserção das análises de gênero nesse tipo de pesquisas. Devo dizer que, o interesse de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPel, investigando a produção sobre gênero e sindicalismo docente, decorreu, especialmente, do meu contato com estes temas como bolsista de Iniciação Científica, durante a minha graduação.

Inicialmente, atuei no projeto de pesquisa que teve por objetivo realizar um balanço da produção sobre o tema das relações de gênero e sexualidades apresentada nas Reuniões da ANPEd (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). A partir deste projeto, começo a realizar leituras sobre o gênero, conceito que ainda me era desconhecido até aquele momento. Este episódio foi me despertando o desejo de estudar mais acerca do conceito.

Em seguida fiz parte de um segundo projeto de pesquisa voltado para a análise das trajetórias sindicais, educacionais e profissionais de um grupo de professoras/es pertencentes ao núcleo sindical situado na minha cidade – 24º Núcleo do CPERS/SINDICATO, localizado em Pelotas – a partir da perspectiva de gênero. Sem muito envolvimento anterior com instituição dessa natureza e com tema sindicato/sindicalismo docente, as primeiras atividades já foram enriquecedoras pela aproximação com esta realidade social. Os estudos e aprendizagens propiciadas pelo projeto, além de fazerem surgir o gosto pelas questões referentes à organização coletiva docente, especialmente o sindicalismo,

² É importante esclarecer que os sindicatos docentes também incorporaram em suas entidades o segmento de funcionários. No entanto, neste trabalho o foco foi a docência.

reforçaram ainda mais o meu interesse pelo gênero, que já havia sido despertado anteriormente e, agora, se mostrava tão enfaticamente, uma ferramenta de valor indiscutível junto à análise que era realizada.

Desta forma, essas duas experiências, a primeira que me mostrou a importância do conceito de gênero e a segunda que revelou sua importância para o sindicalismo docente, deram-me certeza de que era nestas temáticas que queria investir, tanto pela necessidade que se tem de maiores debates em torno delas, quanto pela própria satisfação pessoal de aprofundar meus conhecimentos nestas áreas.

A grande questão que me acompanhou desde então, diz respeito ao conceito de gênero situar-se num campo de tensões e conflitos acadêmicos, existindo formas e entendimentos variados do uso do gênero. Conforme Scott (1995) entre os termos classe, raça e gênero há certa disparidade, ou seja, enquanto a primeira está claramente fundamentada na teoria de Marx, a mesma clareza não está presente no uso do gênero: “seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (p.73).

Quais as tendências do uso do gênero no campo do sindicalismo docente, considerando não haver unanimidade em relação ao uso e à definição do conceito?

Diante do exposto, o objetivo foi analisar como o conceito de gênero vem sendo utilizado em pesquisas sobre a organização sindical do professorado, realizadas no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, considerando, para tanto, as dissertações e teses, cujos resumos estão disponíveis na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

As principais questões de investigação referentes a esse objetivo foram:

- a) examinar quais referenciais teóricos referentes a gênero sustentaram os estudos;
- b) analisar a definição de gênero presente em cada estudo;
- c) identificar a metodologia adotada;
- d) averiguar as instituições e programas de pós-graduação responsáveis pela produção;
- e) verificar em quais regiões a produção esteve mais centrada;
- f) identificar orientadores/as e grupos de pesquisa envolvidos nas

- pesquisas;
- g) apontar o sexo dos/as autores/as da produção.

Portanto, esta investigação teve por propósito contribuir para as reflexões sobre as relações de gênero no campo do movimento sindical do professorado, especialmente sobre a potencialidade do gênero enquanto uma ferramenta de análise, para a interpretação de fenômenos sindicais da categoria docente.

Considere importante iniciar o próximo capítulo explicitando a compreensão do conceito de gênero adotada nesta pesquisa, partindo de breves aspectos históricos, a fim de reafirmar a relevância do seu surgimento. Em especial, para as mulheres, as quais, por muito tempo, enfrentaram uma série de consequências das desigualdades de gênero, que motivaram, mais recentemente, os movimentos feministas e que, por sua vez, fomentaram os estudos de gênero.

Posteriormente, busquei a articulação do conceito de gênero à abordagem realizada sobre docência e sindicalismo docente. Abordei este último destacando a identificação dos/as professores/as como trabalhadoras/es em educação. Tomei como princípio para esta análise uma das características mais marcantes da profissão docente do período em questão: sua feminização. O capítulo encerra com alguns estudos que articularam as temáticas em questão e inspiraram esta pesquisa.

No terceiro capítulo tive por intenção apresentar o caminho metodológico para o levantamento e análises das dissertações e teses. Já nos últimos capítulos, após a apresentação e caracterização da produção localizada, segui para uma análise mais detalhada das dissertações e teses, buscando acompanhar o uso do conceito de gênero, dando atenção maior ao referencial adotado.

2 A docência e o sindicalismo docente a partir da perspectiva de gênero

Neste capítulo a principal intenção foi discutir a docência e o sindicalismo docente articulando os estudos de gênero. Para tanto, segui enfoques e referenciais bibliográficos que possibilitassem mostrar a relevância de considerar a perspectiva de gênero, especialmente o quanto estes estudos têm a contribuir com as temáticas em questão.

2.1. Conceituando o gênero

Diante do quadro atual sobre os estudos de gênero em que há uma gama de diferentes entendimentos sobre a utilização do conceito, recorri à autora Joan Scott (1995) e sua compreensão de gênero enquanto a “organização social da diferença sexual” (GROSSI; HEILBORN; RIAL, 1998, p.115). Neste aspecto, Louro (2011a, p. 26) afirmou que gênero “pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas [...]”. Seguindo esta ideia, dei início à discussão do conceito partindo da reflexão das representações sociais de feminino que, baseadas em características sexuais, inferiorizavam as mulheres. Situação essa que gerou a mobilização de grupos sociais que, num primeiro momento, foram em busca de uma posição melhor para tal segmento social, cujo contexto abrigou os grandes movimentos dos grupos feministas, os quais, por sua vez, introduziram o conceito de gênero nas ciências.

A concepção de mulher recorrente por séculos – e que somente nas últimas décadas, através das mobilizações dos movimentos feministas, parece que tem sido repensada com mais veemência –, foi relatada pelo britânico Terry Eagleton em sua obra *Teoria da literatura: uma introdução*:

A mulher é o oposto, o “outro” do homem: ela é o não-homem, o homem a que falta algo, a quem é atribuído um valor sobretudo negativo em relação ao princípio primeiro masculino. (...) A mulher não é apenas um outro ser,

no sentido de alguma coisa fora de seu alcance, mas um outro intimamente relacionado com ele, a imagem daquilo que ele não é, portanto, uma lembrança essencial daquilo que ele é. Assim o homem precisa desse outro, mesmo que o despreze, e é obrigado a dar uma identidade positiva àquilo que considera como não-coisa, como nada (EAGLETON, 1983, p.143).

O ato de rotular as mulheres como o “outro”, bem como a desvalorização de sua identidade e de seus atributos como o oposto do homem, fizeram parte do processo de *naturalização* da suposta inferioridade do sexo feminino, sobretudo, da legitimação da ordem social alicerçada na dominação exercida pelos homens sobre as mulheres.

O mais surpreendente foi a forma intrínseca pela qual se manifestou na sociedade a divisão dos sexos permeada por tais ideias e discursos de inferioridade, dominação, que ainda hoje se apresentam enraizadas, mesmo frente às intensas mobilizações e lutas de mulheres por emancipação nestas últimas décadas. Neste aspecto, os escritos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, especialmente *A dominação masculina* (1995), parecem iluminar algumas questões.

A dominação do homem, conforme o autor – legitimada por discursos cuja representação de feminino, por sinal, muito bem exposta por Terry Eagleton, conforme se viu –, não estaria unicamente no âmbito do consciente, sendo possíveis de serem identificadas nos *habitus* manifestados nas muitas das relações entre homens e mulheres. O conceito de *habitus* introduzido pelo autor parece ser um termo bastante adequado quando se pretende comentar acerca do tratamento dado ao longo da história à mulher, que foi legitimando representações degradantes de sua imagem.

Enquanto disposições duradouras e inculcadas nas pessoas, o *habitus* ligado à subordinação feminina, vai (re)produzindo ações e práticas, tanto individuais como entre grupos sociais, de opressão às mulheres, uma vez que as condições sociais responsáveis pela formação destes *habitus* foram ao longo da história marcadas pela divisão sexual com desvalorização dos papéis do gênero feminino. Pinheiro (2006) apontou que:

A ideia subjacente à definição de *habitus* é que são construídos socialmente e, dessa mesma forma, perpetuam-se e se reproduzem nos processos de ação e de ressocialização cotidianos. Tal construção parte da divisão sexual do trabalho e dos papéis de gênero presentes e difundidos por todas as esferas da vida social (p. 207).

Comentar as ações decorrentes deste sistema internalizado, o *habitus*, lembrou o termo “inconsciente cultural” de Bourdieu, que vem a calhar muito bem, principalmente dando mais ferramentas para melhor compreender acerca das ações sociais dos sujeitos que, de forma como que ‘espontânea’, conduzem as pessoas a seguirem determinadas regras. Conforme Pinheiro (2006, p.207) “a noção de uma atuação ‘intuitiva’ remete ao conceito de *habitus*, de Bourdieu, dessa forma de atuação não ser produto de uma intenção consciente, de uma ação organizada segundo um regente”.

Como se trata de ações, tanto de homens quanto de mulheres, que não são frutos de obediência unicamente consciente a normas socialmente postas, mas predispostas nos seus íntimos, apresentam dificuldades de serem desconstruídas. Contudo, o *habitus* não deve ser concebido como um destino dado e intransponível, mas como possível de sofrer modificações. Neste ponto, considera-se relevante o movimento feminista que veio se centrando na luta pela ruptura das representações e os *habitus* que resultavam na rejeição das mulheres, tendo em vista não passarem de construções sociais.

Seguindo a ideia de *habitus*, Pierre Bourdieu (1995) se utilizou do conceito como uma das condições responsáveis da divisão sexual aparentar ser natural. Segundo suas palavras: “Se esta divisão [sexual] parece estar na “ordem das coisas”, parece normal, natural, é porque ela está de forma objetivada no mundo social e incorporada, nos *habitus* [...]” (p.137). Referente a esta divisão sexual, o autor identificou três instituições que tiveram fundamental participação para que ela permanecesse como se estivesse na “ordem das coisas”, seriam elas a família, a Igreja e a escola que, conceberam inferiormente o sujeito feminino.

Entre estas instituições que ao longo de sua atuação teriam reforçado as desigualdades das quais as mulheres ainda seriam vítimas, a família se revela como primeira instância formadora do sujeito que vai estabelecendo as regras de como ser enquanto homem e enquanto mulher. Um constante controle social é exercido sobre o corpo feminino desde a tenra idade, tendo em vista as expectativas coletivas sobre estes corpos, em especial, o de desenvolver com êxito o papel de mãe que lhe é atribuído por ser socialmente destinada à reprodução biológica. Já sentenciava Rousseau que “as mulheres são naturalmente mais fracas, apropriadas para a reprodução, mas não para a vida pública” e que “as mulheres devem ser educadas

para agradar os homens e serem mães” (NYE, 1995, p. 20). Pensamento que transparece bem as representações do papel feminino da época.

Faz parte deste destino que é reservado às mulheres identificá-las sempre como o segundo termo dos binarismos rígidos, característicos do pensamento Ocidental. Junto à oposição masculino/feminino surgem outros dualismos em que o primeiro termo sempre será hierarquicamente superior como na relação mente/corpo, cultural/natural, razão/emoção, público/privado, etc. Nesta lógica de ligar a mulher às categorias do corpo, do que é natural, da emoção, e ao que é privado, as mulheres são relegadas a lugares de subordinação. Todos estes aspectos estão implicados na ordem da distribuição das atividades e das tarefas no espaço familiar.

A Igreja por sua vez, não só refletiu por muito tempo como também reproduziu no interior de si, o que é muito forte ainda hoje, a primazia masculina. Já no seu surgimento a organização dos cleros e cúpulas religiosas foi composta tão somente pelo sexo masculino. O princípio masculino é claramente perceptível nas práticas e nos rituais religiosos em que se torna inquestionável a dominação por parte dos homens deste espaço sagrado. As mulheres foram excluídas da elaboração das doutrinas, da definição das normas, regras e valores da religião. Esta exclusão esteve nos discursos proferidos por estas instituições, inclusive pensamentos de filósofos respeitados, os quais em defesa da fé e de suas crenças muito proclamaram a subordinação feminina:

A opinião de Agostinho de que as mulheres se acham mais proximamente ligadas ao corpo corrompido do que os homens torna a subordinação delas aos homens ao mesmo tempo natural e louvável (SCHOTT, 1996, 73).

Outro grande filósofo ligado à religião com pensamentos semelhantes foi Tomás de Aquino, o qual:

sugere que a existência da mulher é problemática porque, como diz Aristóteles, ela é um ‘macho bastardo’; porque ela está naturalmente subjugada ao homem; e porque ela é o ensejo do pecado. (SCHOTT, 1996, 85).

A exclusão sofrida pelas mulheres no interior dessa instituição, segundo estudiosas como Schott (1996), refletiu igualmente em sua exclusão do campo do conhecimento científico:

Na Alemanha, por exemplo, erudição e pesquisa ocorreram inteiramente no seio do sistema universitário, que se achava profundamente enraizado na vida eclesial. Como as universidades surgiram literalmente da Igreja, as mulheres foram também excluídas dessas novas instituições, assim como

havam sido excluídas da pregação evangélica. A concepção leiga de razão pura e conhecimento desinteressado que surgiu nesse contexto reflete o compromisso ascético cristão em purificar a alma da poluição do corpo e excluir as mulheres do caminho da razão pura (SCHOTT, 1996, p. 109).

Diferente da Igreja que discursava explicitamente, a escola, uma das instituições que também ocupou o topo entre as responsáveis por produzir e reproduzir a divisão sexual desencadeando igualmente maiores repressões e controle sobre o sexo feminino, conseguiu por longas épocas ocultar a ação distintiva que promovia entre homens e mulheres, como se promotora de plena igualdade fosse.

Conforme Louro (2011a), a escola produz desigualdades de gênero. Neste aspecto, poder-se-ia mencionar a época em que era comum no sistema escolar a separação física de meninas e meninos, tendo em vista dirigi-las à aprendizagem de atividades relacionadas à esfera doméstica como bordar e costurar, enquanto eles aprendiam noções de geometria. Contudo, as desigualdades perduraram mesmo no sistema de coeducação através de ações sutis, que passam despercebidas. Ainda é comum a separação por sexo, mas agora, nas filas, em grupos para realização de trabalhos, nas brincadeiras, na diferenciação dos brinquedos, em discursos de professores/as acerca das alunos/as, os quais reforçam a oposição entre os sexos e não raramente desqualificam as meninas.

Ao observar as relações de gênero no interior das escolas é perceptível que algumas ideias são facilmente naturalizadas por estas instituições de ensino, como aquelas que consideram os meninos mais agressivos, agitados e necessitando de mais espaço que as meninas, noções que vão limitando as fronteiras entre os sexos. Louro (2011a, p. 68) afirma que “currículo, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processo de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero [...]”.

Além do mais, as autoras Rosemberg e Amado (1992), ao se debruçarem sobre a temática mulher e educação nas publicações dos Cadernos de Pesquisa, alegam que, embora não tenham localizado nenhum artigo que abordasse especificamente práticas escolares e relações de gênero, havia o “consenso de que a escola reproduz estereótipos sexuais tradicionais, dicotomizados e bipolarizados” (p. 66). Mas acerca da escola, não deve ser esquecido que há quem defenda e

sustente a visão de que esta seria hodiernamente o ambiente menos sexista. Conforme Mariano Enguita:

Todas as acusações, sem dúvida justas, que se podem fazer contra a educação formal no sentido de que contribui para reproduzir o sexismo e a dominação patriarcal – através do conteúdo do ensino, dos estereótipos presentes na interação informal, da orientação escolar e profissional indicada por preconceitos de gênero, etc. – não devem ocultar o fato de que, ao menos desde que se generalizou a educação, as salas de aula são provavelmente o cenário cotidiano em que menos se discriminam as pessoas por seu sexo ou gênero (ENGUIA, 1989, p. 230).

Conforme exposto até aqui, discursos em torno das mulheres, concepções e representações do que é ser feminino, foram construídas socialmente pelas diversas instituições da sociedade, desqualificando-as, desvalorizando os atributos femininos, tendo em vista unicamente as diferenças biológicas. Ou seja, por um longo período de tempo se aceitou que a posição das mulheres na sociedade fosse determinada pelo seu aparelho biológico.

Exatamente isto: um determinismo biológico, sua rejeição, a principal causa das feministas americanas passarem a usar o termo gênero indicando então “uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de palavras como ‘sexo’ ou ‘diferença sexual’”, pois elas “queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72).

Foi a escritora Simone de Beauvoir quem marcou o feminismo com sua célebre frase do livro *O segundo sexo*, que repercutiu mundo afora, afirmando que não nascemos mulheres, mas, nos tornamos mulheres. A frase desafiou de imediato o determinismo biológico e inúmeras estudiosas passaram a lançar mão desta ideia para pensar a construção das relações de gênero.

E retomando o que fora dito inicialmente, gênero surgiu assim, no contexto de mobilização de grupos de pessoas em busca de uma posição melhor para as mulheres, mais especificamente nos fins dos anos 1960 com a “Segunda onda” do movimento feminista: “que [...] além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava [...] será engendrado e problematizado o conceito de gênero” (LOURO, 2011, p. 19). Assim a atuação do movimento feminista passou a ir além da militância contra desigualdades sociais que sofriam as mulheres, principalmente com a exploração do conceito de gênero é que se avançou nos estudos das relações sociais, ampliando muito sua capacidade de atuação também no campo teórico.

Matos (2008, p. 336) dirá: “é certo e já estabelecido que gênero, como um conceito, surgiu em meados dos anos 70”.

A autora Rosa Cobo Bedia (1995), estudiosa da teoria feminista e gênero, trouxe contribuições à discussão em torno da ideia de que o conceito surge, sobretudo, preocupado com a determinação da posição social dos sujeitos a partir do biológico: "O primeiro objetivo dos estudos de gênero é desconstruir o preconceito de que a biologia determina o feminino, enquanto que a cultura ou a dimensão humana é uma criação masculina" (COBO BEDIA, 1995 *apud* ROSADO-NUNES, 2005, p. 363).

Desta forma, o gênero com ênfase nas construções sociais e históricas em torno dos sexos coloca em xeque as justificativas das desigualdades entre as pessoas baseadas nas diferenças biológicas. Por esse viés, ficam sem sustentação as representações e concepções anteriormente discutidas, que inferiorizavam as mulheres pelas suas características sexuais. Assim a opressão masculina passou a sofrer inúmeras críticas e questionamentos, perdendo, portanto, sua legitimidade com as relações sociais entre os sexos discutidas à luz do gênero.

Contudo, o conceito de gênero desde que surgiu no meio acadêmico apresentou-se com diferentes usos. Scott (1995) assinalou que sua utilização mais simples seria enquanto sinônimo de “mulheres”, ou seja, a substituição do termo “mulheres” por “gênero”, tendo em vista obtenção de legitimidade acadêmica aos estudos desenvolvidos pelas feministas. Outro aspecto apontado pela autora refere-se a sua utilização para sugerir que a informação acerca das mulheres remete diretamente a uma informação sobre os homens, mas que permaneceu num uso descritivo e não propriamente analítico das relações sociais entre ambos e de ambos entre si.

Scott (1995) ainda comenta a utilização do gênero no qual o termo estaria referindo-se às relações sociais entre homens e mulheres, no entanto, encontrando-se sustentado apenas na criação puramente social das ideias acerca dos papéis para cada um dos sexos, ou seja, gênero no sentido de “categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, útil para “distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (p. 75). A autora apontou que se trataria de usos descritivos do termo gênero, mostrando-se bastante limitados por indicar o caráter social das relações entre os sexos, não explorando os motivos de assim se apresentarem, seu funcionamento ou possibilidades de mudanças.

Quanto aos possíveis usos do conceito de gênero, Matos (2008) apontou que a partir da década de 1970 é que o movimento feminista ampliaria seu escopo de reflexões no meio acadêmico adotando os estudos de gênero como seu novo quadro teórico conceitual. Assim o gênero passaria a ser incorporado por afiliações teóricas de múltiplas formas, levando a autora falar de “teorias e gênero” as quais abordariam o conceito em suas análises, embora não fosse o eixo central da investigação, e “teorias de gênero”, as quais por sua vez, teriam o gênero como elemento principal de suas considerações, seguindo um viés feminista.

Contudo, considerando “que sejam perceptíveis usos diferenciados do conceito e entradas teórico-metodológicas múltiplas” (MATOS, 2008, p. 340), o gênero é entendido nesta dissertação como uma categoria de análise, conforme já dito, segundo a compreensão de Scott (1995).

Tendo em vista a construção social em torno dos indivíduos, Scott definiu gênero dividindo-o em duas partes: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p. 86). O artigo da autora traduzido e intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1995) tem sido uma das principais referências bibliográficas quando se fala em relações de gênero no Brasil.

Segundo na concepção de Scott sobre o gênero, a autora discorre sobre os quatro elementos inter-relacionados que o conceito implica. O primeiro são os símbolos encontrados na cultura responsáveis pela evocação de representações simbólicas. O que nos faz pensar numa interessante questão: quais seriam as representações simbólicas em torno das mulheres e dos homens presentes na cultura que envolve o universo do sindicalismo docente?

Para Scott, em segundo lugar estão os conceitos normativos expressos nas doutrinas religiosas, educacionais, científicas, políticas e jurídicas, sendo os mesmos responsáveis por evidenciar as interpretações dos significados dos símbolos e por tomar a forma de uma oposição binária rígida do masculino e feminino. Nisto estaria o desafio para as pesquisas, ou seja, a necessidade de desconstruir a fixa representação binária do gênero. Tais análises devem “incluir uma concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social” (SCOTT, 1995, p. 87), sendo este o terceiro aspecto das relações de gênero, uma vez que a

construção do gênero não se limita ao sistema de parentesco, mas é constituída em outras esferas como a da organização política.

Como quarto aspecto do gênero, a autora aponta a identidade subjetiva, chamando a atenção para a necessidade de serem consideradas, durante a análise da construção das identidades de gênero, as atividades, as organizações e as representações sociais historicamente contextualizadas (SCOTT, 1995).

A partir desta visão do gênero uma importante questão foi introduzida: a desconstrução da lógica dicotômica. Lógica problemática esta, sobretudo, por carregar em si uma hierarquização que necessariamente valoriza e privilegia o primeiro termo ao passo que o segundo é associado à subordinação, à sua negação. Vale lembrar que foi no interior destes binarismos rígidos, por exemplo, que concepções de mulher como o “outro” do homem, o não-homem, o homem a quem falta algo, discutidos no corpo do texto, que foram sendo naturalizadas as desigualdades de gênero. Assim, ao desconstruir a ideia de uma essência masculina e feminina de caráter universal, há possibilidade de se pensar as relações sociais fora da polarização homem *versus* mulher, o que conduz ao questionamento da lógica de dominação-submissão.

Ainda em torno do gênero, é importante para o debate a afirmação de Louro (2011a, p. 29): “as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e também constituintes dos gêneros [...] são ‘generificados’ – produzem-se ou ‘engendram-se’, a partir das relações de gênero”. Considerando o teor da afirmação, somos ainda mais instigados a pensar que continuar averiguando e buscando compreender o sindicalismo docente, suas ações e mobilizações, baseados unicamente numa relação de classes, não vem sendo o caminho de investigação mais indicado.

Por fim, pode-se encerrar com o pensamento de Stuart Hall (2003), que por sua vez motiva ainda mais a ideia de ampliar a análise do sindicalismo docente considerando outras categorias, para além da análise de classes:

As pessoas não identificam mais seus interesses sociais exclusivamente em termos de classe; a classe não pode servir como um dispositivo discursivo ou uma categoria mobilizadora através da qual todos os variados interesses e todas as variadas identidades da pessoa possam ser reconciliadas e representadas (HALL, 2003, p. 20).

2.2 Gênero e docência

O contingente de mulheres que hoje ocupa a docência, especialmente na Educação Básica, não representou apenas alteração quanto ao sexo de quem constitui o magistério. Há complexas mudanças nas representações, nos significados e valores sociais acerca desta atividade que foram ocorrendo em função da ocupação feminina. Considerar a dinâmica social em torno desse trabalho faz-se necessário para o exame da docência. Neste sentido, e só mais recentemente, os estudos têm buscado incorporar em suas análises as relações de gênero.

Uma parte significativa da produção acadêmica sobre o magistério, até pouco tempo atrás, foi desenvolvida até mesmo desconsiderando o sexo da docência. Com interesse de acompanhar a incorporação dos estudos sobre mulher, na bibliografia sobre magistério, Bruschini e Amado (1988) realizaram um levantamento de dissertações e teses, ficando claro que parte dos/as autores/as trabalhava com a ideia de que ser professor “é uma profissão neutra do ponto de vista do gênero” (p. 10). Dos trabalhos analisados, alguns foram escritos numa linguagem masculina genérica, sem mencionar o sexo dos professores e outros, que mencionaram a preponderância feminina, o fizeram em poucas frases, e não consideraram tal preponderância no restante de suas análises.

A atividade docente sofreu um processo de *feminilização*, especialmente, nos primeiros anos do século XX. Alguns fatores são apontados na literatura brasileira enquanto responsáveis pelo fenômeno da entrada em massa das mulheres ao magistério. Entre eles, o próprio aumento da escolaridade obrigatória. O processo de urbanização e industrialização foi igualmente um fator de peso, pois ampliou o leque de oportunidades para os homens, no mercado de trabalho, reforçando sua saída da docência (ALMEIDA, 1998; LOURO, 2011a).

O surgimento de novos campos de profissionalização aos homens, com salários e condições de trabalho mais atraentes, de certa forma, fez com que houvesse uma saída significativa do sexo masculino do ofício de professor para outras ocupações. Diante deste quadro e, junto ao aumento no número de estabelecimentos de ensino elementar, que demandou um aumento significativo de mão-de-obra, a abertura da docência para as mulheres tornou-se inevitável.

Por outra parte, Jane de Almeida (1998), comentando acerca das representações sobre o magistério feminino, critica a radicalidade de pensamentos e afirmações que reduzem a feminização do magistério ao fato dos homens terem se retirado da docência e concedido às mulheres este campo de atuação. Para Almeida (1998) e Louro (2011a), a entrada das mulheres para atuação no campo educacional envolveu uma série de conflitos, inclusive muitas lutas femininas ocorreram para que o magistério se tornasse uma profissão recomendada a este sexo, não se tratando de uma concessão passiva feita a elas.

No entanto, uma nova visão sobre o magistério começa a moldar este ofício para que se tornasse uma profissão propícia para o feminino. Apple (1987, p. 6), ainda que em nota de rodapé, ressaltou algo importante sobre a questão, “não se pode entender completamente a história da relação entre as mulheres e o ensino sem traçar as complexas conexões entre a família, a domesticidade, a tarefa de cuidar das crianças, e as políticas de emprego do estado”. Assim, o ingresso das mulheres no ensino também significou transformações nas concepções de docência, sobretudo, por relacionar essa profissão aos aspectos observados pelo autor, pois até então, desde sua origem, ensinar havia sido uma atividade de predominância masculina (YANNOULAS, 1992).

A base ideológica sobre a qual se apoiava o núcleo familiar era fundamentalmente patriarcal, marcada basicamente pela acirrada naturalização da divisão sexual do trabalho e pelo imaginário social de desvalorização do sexo feminino, ocasionando, sobretudo, uma desvalorização também das atividades que desenvolviam. Ao Estado, isto não deixou de representar vantagens, uma vez que, como visto anteriormente, diante da necessidade de ampliar a rede de ensino, a mão de obra feminina significava menos custo, sendo conveniente para os políticos na época (TANURI, 1979).

Com base na situação social, especialmente no processo de socialização vivido pelas mulheres, destinadas ao casamento e à maternidade, “qualquer atividade profissional [seria] considerada como um desvio dessas funções sociais, a *menos que* [pudesse] ser representada de forma a se ajustar a elas” (LOURO, 2011a, p. 100). Devido a isso, iniciaram-se intensos discursos, inclusive por parte do Estado, associando ao magistério aspectos da maternidade. Assim, a docência foi se tornando aconselhada ao sexo feminino, à medida que tomou “de empréstimo atributos que são tradicionalmente associados às mulheres” (idem, p. 100). Deste

modo, além de imperar na profissão a ideia de vocação/sacerdócio, esta abrangeu também atributos maternos. Segundo Louro:

A representação do magistério, é então, transformada. As professoras são compreendidas como mães espirituais – cada aluno ou aluna deve ser percebido/a como seu próprio filho ou filha. De algum modo, as marcas religiosas da profissão permanecem, mas são reinterpretadas e, sob novos discursos e símbolos, mantém-se o caráter de doação e de entrega que já se associava à atividade docente (2011a, p. 101).

A partir disso, a condição feminina, principalmente de mães, passou a ser usada como justificativa para que fossem reconhecidas como educadoras natas das novas gerações. O magistério passou a ser considerado como extensão das atividades domésticas e visto como a continuação do exercício da maternidade e de educar crianças que já desempenhavam, as mulheres, em suas casas.

Em um curto espaço de tempo, devido à nova configuração da docência, esta passou a ser uma “vocação” feminina. Em síntese, pode-se dizer que a imagem de cuidado e afeto construída em torno da mulher, tornou-a mais propensa para o trato com as crianças (LOURO, 2011b). Na pronúncia de Araújo, ser professora era considerado, na época, a profissão ideal para a mulher, tendo em vista diferenciar-se do homem por possuir uma moral mais elevada, ser a mais delicada e indulgente. Além disso, tinha qualidades desejáveis, era paciente, sentimental e carinhosa (ARAÚJO, 1993 *apud* ALMEIDA, 1998). Neste aspecto, questiona-se:

Em suma, se a condição feminina do magistério, como acreditamos, justifica o discurso do amor e do carinho e não de outro qualquer, e se este é utilizado para encobrir as condições concretas nas quais a prática docente acontece; se a ideologia da vocação leva a baixos níveis de organização da categoria, por que a preocupação com o gênero não é incorporada nos estudos sobre o magistério [...]? (BRUSCHINI, AMADO, 1998, p.8)

Rosemberg e Amado (1992), em seu levantamento da produção publicada nos *Cadernos de Pesquisa*, observaram que os artigos produzidos até a década de 1990, muito pouco incorporavam a perspectiva das relações de gênero.

Segundo Vianna (2002), a introdução da perspectiva de gênero teria em vista superar o determinismo biológico nos estudos sobre docência, uma vez que, “na educação, o determinismo biológico ainda se faz presente nos trabalhos que mencionam a presença feminina sem explorar as relações de gênero” (p. 89).

Se, por um longo tempo, os escritos na área da educação buscaram refletir a docência concentrando-se tão somente na presença das mulheres no ensino, ou até mesmo desconsiderando este fator, atualmente as análises educacionais sob a ótica

das relações de gênero, têm conseguido excelentes resultados no campo da profissionalização, formação, do trabalho e da organização sindical docente. Portanto, acerca deste último aspecto, veremos mais a frente estudos que mostram o quanto a utilização do conceito de gênero é uma ferramenta importante e de grandes contribuições para este tipo de investigações.

2.3 Gênero e sindicalismo do professorado

Tendo em vista o que expõe Cláudia Vianna (1999, p. 30): “é a literatura sobre organização coletiva sindical, fora do campo da educação que ao adotar o conceito de gênero, ilumina a análise, destacando a forte presença de modelos masculinos de atuação nos sindicatos”, iniciei por um apanhado breve acerca do sindicalismo operário e de algumas de suas análises sociológicas envolvendo o conceito de gênero, ou que, ao menos, consideram que há dois sexos presentes na organização operária (SOUZA-LOBO, 1991).

2.3.1 Organizações sindicais: conceituando e historicizando o sindicato desde a ótica do gênero

Quando escolhi trabalhar a partir de uma perspectiva de gênero, tornou-se muito clara a ideia de que todos os espaços são constituídos por relações sociais de gênero. Se são elas uma das principais formas responsáveis pela formação e caracterização cultural e social de uma instituição, poder-se-ia apontar o sindicato, desde sua origem, como entidade marcada por grandes desigualdades entre os sexos, selado por uma hegemonia masculina e recorrente dificuldade de participação feminina. Embora possa soar simplório, é esta uma das visões frequentemente encontrada na literatura e na produção sociológica sobre organização dos/as trabalhadores/as, que consideram a mulher ou o conceito de gênero em suas análises.

É devido aos atos exploratórios presentes no sistema capitalista que ganha sentido o surgimento do sindicato. Dal Rosso (2011, p. 19) fala do “processo racionalizado e sistemático da exploração capitalista” como responsável pela figura do trabalhador assalariado e pela necessidade de “organização de autodefesa da classe”, concebendo o sindicato como “uma forma de defesa e de resistência dos assalariados no capitalismo”.

Como se sabe, o advento das técnicas industriais modernas, inicialmente mais acentuado em países desenvolvidos, como a Inglaterra, e o conseqüente fortalecimento do sistema capitalista, acirrou a divisão da sociedade em duas grandes classes: os donos dos meios de produção e os proletários. Sem dúvida, o processo industrial permitiu grandes avanços, mas também atingiu em diversos aspectos e, preponderantemente de forma negativa, a classe operária. O exemplo claro disso, foi o próprio processo de substituição de parte de sua força de trabalho por um conjunto de máquinas, alimentando a lógica do capitalismo em relação à obtenção de constantes e crescentes lucros. Com efeito, as conseqüências não poderiam ter sido outras: há uma baixa ainda maior nos parques salários que recebiam, aumento na taxa de desemprego, e, além do mais, o agravamento das desigualdades entre classes reforçando as relações de conflitos e da exploração opressora da massa trabalhadora pelos proprietários do capital.

Cattani (1997), durante a elaboração do dicionário crítico referente a trabalho e tecnologia, comentou as grandes desigualdades sociais advindas da opressão exercida pelo capitalismo e explicitou a questão da exploração do trabalhador com a qual se deparam os operários para tratar de sindicato. O autor definiu os sindicatos de trabalhadores como: “instâncias organizativas decorrentes do movimento associativo, criadas para compensar a fraqueza do trabalhador, atomizado na sua relação contratual com o capital” (p. 225).

Mesmo autores como Evaristo Moraes Filho (1978), que a princípio defendem a existência de associações profissionais não restritas unicamente ao surgimento do sistema capitalista, reconhecem que é a partir do processo da instalação de grandes indústrias, onde há uma aglomeração de trabalhadores livres reunidos nos mesmos locais como nunca outrora, que se efetivou a forma associativa. Esta aglomeração de trabalhadores no mesmo local foi, na visão do autor, em especial no século XIX, um dos grandes motivos para o fenômeno associativo profissional. Foi, sobretudo, esta aglomeração de trabalhadores no

interior do sistema de produção capitalista, o grande motivo também do nascimento do sindicato.

Na medida em que o sistema de produção capitalista se fortaleceu, a classe operária desenvolveu o interesse de se organizar sindicalmente, uma vez que lutas isoladas, revoltas individuais eram insuficientes para enfrentar a dominação do capital e, mais do que nunca, o sindicato mostrou-se um espaço oportuno para a união necessária da classe, ainda que essa ocorresse de forma rudimentar.

Em termos de Brasil, há de se considerar que a industrialização foi um processo que ocorreu em tempos posteriores em relação a outros países. Da mesma forma, o surgimento do operariado brasileiro deu-se somente ao final do século XIX, perdurando o serviço escravo no território nacional, até a entrada, enfim, da relação de trabalho assalariado como modelo social e econômico. Sendo assim, o desenvolvimento da nossa organização sindical ocorreu como um fenômeno mais recente se comparado à Europa.

No entanto, ao tratar-se do quadro do sistema de produção capitalista, em que o sindicato foi engendrado, tem-se presente uma delimitada divisão sexual do trabalho. Muitas fronteiras separam as esferas da produção e reprodução, ligadas respectivamente ao masculino e feminino. A esfera da produção legitimada socialmente para a figura do homem implicou em definitivamente não considerar a mulher peça de valor nesta máquina produtiva.

Das vezes em que a mulher foi recrutada pelas fábricas, soube-se de uma exploração ainda mais perversa. O 'problema' não era inferioridade quanto aos trabalhadores homens, mas, por se tratar precisamente de mulheres, é que recebiam um tratamento diferente por parte do capital (HUMPHREY, 1983). Na própria história do sindicalismo europeu prevaleceu, por longo tempo, a ideologia de que se tratava de uma intromissão feminina indevida numa esfera que não a sua (GUILBERT, 1966 *apud* SOUZA-LOBO, 1991).

Ideologicamente associadas ao espaço privado, acrescido do menor grau de qualificação, as mulheres viviam em situações que não legitimavam qualquer reivindicação feminina. Ao contrário, sofreram uma crescente marginalização pelo sistema dominante da produção capitalista (SAFFIOTI, 1979). No caso brasileiro, Souza-Lobo (1991, p. 214), ao comentar a exploração da força de trabalho feminina, apontou "baixos salários e a opressão sexista exercida pelos patrões" no interior do movimento operário.

Discursos em torno do papel da mulher a associavam ao espaço doméstico, à esfera da reprodução social, enquanto uma classe operária em seu processo de formação tornava-se hegemonicamente masculina: “as mulheres aparecem através do discurso dos operários quando estes se referem à casa, à família, à sexualidade” (idem, p. 120). Semelhantemente, as organizações sindicais que surgem neste contexto, mesmo diante da participação das mulheres, como esclarece Cappellin (1994), foram predispostas para os homens:

Mas estas organizações foram construídas por homens e mulheres, graças ao debate sobre o trabalho - muitas vezes assexuado – com uma imagem produtiva de suas vidas, construindo uma estrutura de representação predisposta pelos homens e para os homens (CAPPELLIN, 1994, p. 273).

Já, há algum tempo, porém, as mulheres têm conquistado e reivindicado ainda mais seu espaço e reconhecimento social no mercado formal de trabalho, como nos setores industriais. Mais recentemente, conseguiram inserir-se e ocupar locais tradicionalmente masculinos da produção capitalista. Essas mudanças no mercado de trabalho, logicamente, refletiram-se nas organizações sindicais. No caso brasileiro, Souza-Lobo (1991) destacou as décadas de 1970 e 1980 em que se registrou um aumento no número de mulheres que passaram a compor o setor industrial, naquele momento, adentrando em ramos que não possuíam uma tradição feminina, como no caso das indústrias metalúrgicas. Durante estes anos, houve também uma maior adesão das mulheres à participação sindical, principalmente devido aos movimentos grevistas dos operários do final da década de 1970.

Ocorre que os estudos clássicos e discursos sindicais dominantes pareciam continuar ignorando a presença feminina nos diferentes setores da classe trabalhadora e, conseqüentemente, nos sindicatos. Souza-Lobo (1991), em contrapartida, vai falar da importância de considerarmos, nas análises e pesquisas, que a classe operária tem dois sexos. Neste aspecto, a autora buscou utilizar-se de um olhar do gênero e preocupar-se, também, com a atuação das mulheres. Seus estudos, seguidos de outros/as autores/as, acabam, em suas abordagens, mostrando, como assinalava anteriormente Cláudia Vianna (1999), uma concepção masculina de atuação dos sindicatos.

Diante de sua posição teórica, Souza-lobo (1991) achou importante dar voz às mulheres e foi assim que surgiram valiosos depoimentos de operárias sobre suas relações com os sindicatos. A autora observou, já de início, nas falas, quatro

principais obstáculos enfrentados pelas mulheres para participarem do movimento sindical. O primeiro seria a dupla jornada, já que seus empregos foram aceitos de acordo com a possibilidade de permanecerem no lugar que lhes foi ideologicamente estipulado na família, carregando assim um duplo fardo. Um segundo obstáculo tratava da desvalorização social do trabalho desenvolvido por mulheres, colaborando para que elas próprias se desvalorizassem, não lutando pela sua profissão. Em terceiro lugar, destacou-se um grande entrave quanto à participação ativa no espaço dos sindicatos, já que a liderança sindical seria uma atividade masculina, sustentando a ideia de que seriam os homens os principais sujeitos políticos. E, por fim, um último obstáculo seria a norma social da responsabilidade essencialmente feminina pela criação dos filhos: “o que prende as mulheres são normas que estão nas raízes das práticas sociais” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 133).

Porém, os obstáculos, segundo a autora, de forma alguma, impediram a sindicalização das mulheres. Uma firme determinação das operárias por uma participação na organização sindical estaria enfraquecendo as barreiras para se inserirem neste lugar não reconhecido como o seu.

Quando se trata de um espaço não reconhecido para as mulheres, Humphrey (1983) reforçou em seu trabalho – já definindo pelo título: *O sindicato como um mundo masculino* – a necessidade de abertura de espaço para elas, tanto institucional quanto político. Sugeriu que se leve o sindicato às mulheres, por exemplo, através de congressos femininos e entenda-se que nem sempre as lutas sindicais tradicionais dão conta das especificidades femininas.

Além de não desfrutarem de uma abertura para sua participação semelhante a dos homens, ao tratar do gênero no sindicato, Mary Castro (1995) apontou mais uma das formas pelas quais as mulheres poderiam sofrer exclusão do aparato decisório dos sindicatos: a falta de domínio das tecnologias de poder. Tais tecnologias referem-se ao conhecimento político, à experiência e à linguagem convencional que, ao fim e ao cabo, nada mais são que, uma tecnologia masculina de poder.

Por sua vez Sartori (2001), ao pesquisar as relações de gênero na militância sindical, observou uma dinâmica masculina sendo incorporada por mulheres sindicalistas que disputavam o poder nesse espaço. Determinados relatos de que elas teriam assumido características de uma masculinidade hegemônica, reforçam a ideia que a “masculinidade e feminilidade não são sobreponíveis respectivamente a

homens e mulheres” (VALE DE ALMEIDA, 1998 *apud* SARTORI, 2001, p. 224), pois as pessoas, independentemente do sexo, podem ter comportamentos masculinos ou femininos. Mas, conforme notou o autor, no sindicato, prevaleciam os comportamentos masculinos, incorporados até mesmo pelas mulheres, as quais almejavam algum poder.

Poderia aqui, continuar citando exemplos de autores/as que abordam as relações de gênero nos sindicatos e, principalmente, que analisam esse viés masculino de atuação sindical, como realizado neste item. Entretanto, tendo em vista os artigos e reflexões sobre sindicalismo docente que vêm sendo desenvolvidos sob um olhar do gênero e frente ao objetivo desta dissertação, este passa a ser o foco de um próximo item, logo após uma retomada mais geral sobre a organização sindical da categoria.

2.3.2 Ação sindical: professorado brasileiro em movimento

A possibilidade de diferentes enfoques para uma reflexão sobre a organização sindical do professorado, fez-me atentar para a crítica de Souza-Lobo (1991) quanto à cultura de considerar apenas o sexo masculino na produção sociológica do trabalho. Com vistas a evitar o tipo de análise criticado pela autora, considere aqui, a preponderância feminina na docência como um elemento fundamental. Esta estratégia de análise lembrou-me os estudos de Ferreira (2006, 2008), que abordam a feminização³ para tratar do sindicalismo docente, mas que abordam igualmente a proletarização, por ser esta, a outra principal característica do trabalho docente.

A partir do pensamento de que a feminização e a proletarização seriam processos com alguma relação, encontrei em Ferreira (2008) uma articulação destes dois processos para a análise do fenômeno da sindicalização no âmbito da docência, mais próximo aos moldes dos trabalhadores manuais, modelo atual de organização do professorado.

³ Conceitos de feminização e feminilização são utilizados, nesta pesquisa, segundo Ferreira (2006, p.229): “Por feminização, compreende-se o resultado de um processo de ampliação massiva da força de trabalho feminina na docência (feminilização), que paulatinamente operou sobre as representações quanto ao caráter desse trabalho, incluindo seu valor social (Yannoulas, 1996)”.

É possível dizer que Apple (1987, p. 5) reforça a imprescindibilidade de levantar a questão da feminização do magistério quando afirmou que “professores não são somente pessoas situadas numa classe. São, também, pessoas situadas num gênero específico, algo que é demasiado frequentemente negligenciado por muitos pesquisadores”. Ademais, para o autor, o professorado estaria sofrendo os efeitos de uma proletarização, também pelo fato de que as mulheres, em grau maior que os homens, estariam sujeitas a este processo.

Trazer a questão da feminização e discutir a proletarização seria evitar brechas para a falsa ilusão, comentada por Apple (1987), quanto a países como Inglaterra e Estados Unidos, que descrevem o “professorado feminino como não-militante e de classe média, em termos de orientação”, o que o autor rebate como não sendo algo de caráter totalmente preciso. Alega que sim, há “períodos de militância excepcional” (p.12), em que as mulheres docentes contestam o controle ao qual são submetidas. No próprio caso brasileiro, houve muitos momentos de greves, mobilizações e atividades reivindicatórias, nos quais as mulheres também se engajaram e militaram em prol de melhorias para sua categoria.

Contudo, nem sempre a categoria docente foi feminizada e comparada a grupos proletários, o que é importante considerar, pois as diferentes imagens que a representaram ao longo dos anos não devem ser desassociadas das diferentes formas que encontraram de se organizarem coletivamente e conduzirem suas reivindicações.

O início da educação brasileira apresentou características bem distintas das atuais, uma vez que, ao invés de um número massivo de pessoas do sexo feminino e laicas, a profissão docente se encontrava ocupada por padres Jesuítas, vindos de Portugal. A educação consistia num ensino controlado pela Igreja. Em seus primórdios, o magistério era concebido, segundo Hypolito (1997), como vocação e sacerdócio. Esta concepção, conforme o autor, “foi construída por razões político-religiosas conservadoras e autoritárias [...] A origem dessa concepção pode ser buscada no século XVI, quando se abriram escolas elementares para as camadas populares (p. 18)”.

A estatização do ensino não modificou totalmente a imagem do professor, que continuou convivendo, muito intensamente, com representações do magistério associadas ao sacerdócio. Surgiram, entre os anos 1830 e 1848, atrelados a discursos de um ideal liberal moderno, “movimentos de professores que se

caracterizavam pela adoção de princípios liberais, pela luta por organização profissional [...] pela busca de autonomia da categoria; e pela emancipação da tutela do Estado e da Igreja” (idem, p.20). No entanto, a pregação da vocação/missão continuou a conformar um conjunto de valores sociais e morais que prosseguiu em conceber os profissionais do ensino como pessoas espiritualizadas, dispostas a se doar e enfrentar as dificuldades necessárias para formar bons cidadãos em prol do futuro de sua pátria, e, para tanto, desapegadas de questões financeiras.

Para Dal Rosso e Lúcio (2004), muito mais que uma mera representação da docência, essa concepção vocacional da educação seria um dos fatores que influenciou o caráter tardio da sindicalização do professorado do ensino básico, se comparada com a classe operária, à medida que moldava a subjetividade e identidade docente.

Somente na segunda metade do século XIX ocorreram “as primeiras iniciativas de organização do magistério em associações específicas” (VICENTINI, LUGLI, 2009, p.97). É também nesse período, mais especificamente no final do século XIX, que se iniciou uma abertura do magistério para o sexo feminino.

Antes de continuar na questão da organização docente propriamente dita, é relevante comentar que, em algumas situações, tentou-se relacionar diretamente o estado de desprestígio do magistério, a falta de investimentos nesta área – pontos importantes da pauta de associações e sindicatos docentes – ao *abandono* por parte do homem, da tarefa de ensinar. No entanto, é fundamental lembrar aqui dos estudos que chamaram atenção para o fato de que não passou de mito “que o magistério era uma profissão bem remunerada que conferia estatuto social e excelente remuneração” (ALMEIDA, 1998, p.77). Desta forma, a entrada das mulheres neste ofício, segundo Louro (2011b, p. 453), teria antes se constituído “em mais um argumento para justificar o salário reduzido”, tendo em vista a tradição cultural da época em que as mulheres não eram as principais responsáveis pelo sustento da casa, o que competia primeiramente ao homem, sendo a renda feminina considerada apenas uma complementação.

Por outra parte, os pontos mencionados no parágrafo anterior, como o desprestígio do magistério, a falta de investimentos, fizeram parte dos motivos que levaram as associações específicas do magistério, especialmente ao final do século XIX e início do século XX, a entrarem em cena “disputando a posição de porta-voz da categoria, numa tentativa de interferir nos rumos adotados pelas políticas

educacionais e conquistar melhores condições para o exercício da profissão, bem como maior prestígio social” (VICENTINI; LUGLI, 2011, p. 2), em meio a um forte controle por parte do Estado sobre o professorado.

Daniel Lemos (2011), em estudo cujo interesse foi a organização docente na Corte Imperial, sinalizou que, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, desenvolveu-se no Brasil o associativismo docente, de caráter essencialmente mutualista e ligado a professores do ensino primário. Utilizando-se de fontes como jornais, cartas escritas pelo professorado e outros tipos de documentos da época, o autor partiu das condições em que se encontravam os professores públicos primários da Corte para iniciar as reflexões sobre a emergência do associativismo docente. A precariedade do cenário em que era exercido o ensino primário foi a explicação sugerida por Lemos para o fato de serem os professores de primeiras letras, neste período, responsáveis por impulsionar a organização docente.

As investigações a respeito das associações criadas entre o final do século XIX e início do século XX, apontam um modelo representativo da docência, cuja finalidade era proporcionar melhores condições de vida, bem como de trabalho, aos profissionais do ensino, principalmente por meio de oferta de serviços como atendimento jurídico, médico, organização de atividades culturais, de lazer, enfim, de ações que amenizassem as dificuldades cotidianas decorrentes dos baixos salários recebidos pela categoria. Ademais, embora se mencionasse a docência como atividade profissional, era bastante recorrente o apelo aos valores sacerdotais que envolviam o professorado.

Em se tratando da organização docente neste período de final do século XIX, Dal Rosso e Lúcio (2004), denominam esse tempo até os anos 1945, de pré-associativo e pré-sindical, reafirmando ser a época em que as formas de organização estariam preocupadas com a defesa dos interesses dos associados, com o desenvolvimento de atividades culturais, com a prestação de ajuda mútua. Somente alguns anos depois, de 1975 em diante, é que as associações profissionais transformar-se-iam em sindicatos.

Vicentini e Lugli (2009) também comentaram o caráter mais combativo que assumiram algumas associações, o que as teria elevado à categoria de sindicatos a partir da Constituição de 1988. Neste sentido, destacam-se as greves e manifestações docentes do final da década de 1970, que fizeram “emergir as noções do trabalhador em educação e do Estado como patrão” (p. 105), e que, de certo

modo, romperam com a distância que havia entre a categoria docente e o movimento operário. Momento em que o modelo associativo foi criticado e contestado.

Aliás, no caso do Brasil, a sindicalização dos funcionários públicos foi permitida apenas a partir da Constituição de 1988, ou seja, as organizações representativas da categoria docente, que tiveram sua origem ainda no século XIX, restringiram-se, inevitavelmente, ao modelo de associações. Neste sentido, Sigfredo Chiroque (2010) estabeleceu uma diferença básica entre associações docentes e sindicatos docentes, pois, enquanto as primeiras “priorizam as relações dentro do grupo (por exemplo, para ajuda mútua)”, os sindicatos docentes “dão coesão ao grupo para estabelecer demandas – em melhores condições objetivas e subjetivas – àqueles que cumprem o papel de empregador” (s.p.).

Mais especificamente em relação a sindicatos docentes, é possível encontrar sua definição no Dicionário *Trabalho, profissão e condição docente*, descrita por Ferreira (2010). A autora refere-se ao mesmo como:

Associação de caráter voluntário, sem fins lucrativos, cujo objetivo é organizar e representar o professorado (sócios e não-sócios) na defesa de interesses individuais e coletivos, particularmente quanto à melhoria das condições e valor do trabalho e das condições de ensino, mas também em relação à implantação de políticas educacionais (com suas consequências para a organização do trabalho e a qualidade da educação) (FERREIRA, 2010, s.p.).

A organização em entidades sindicais só ocorreu mais recentemente, quando a associação do magistério ao aspecto sacerdotal foi sendo trocada pelo discurso de sua profissionalização. Conforme Louro (2011, p. 472), houve, a partir das décadas de 60 e 70, “uma tendência em se substituir a representação da professora como mãe espiritual por uma nova figura: a de profissional do ensino”. Deste modo, a atividade articulada à religiosidade, responsável por inserir no imaginário social uma imagem das professoras como trabalhadoras dóceis, que pouco reivindicavam seus direitos, tende a perder força diante do início de uma maior sindicalização em que as mulheres saem às ruas, inclusive entrando em conflitos com as autoridades, o que, em tempos de predominância do associativismo, não ocorria. A respeito disso, Vicentini e Lugli (2009) afirmaram que, no interior do modelo associativista, mesmo quando apelavam para formas mais agressivas de reivindicar, as/os professores/as se mantinham preocupados/as em não desrespeitar as autoridades, especialmente para manter distância em relação à forma de lutar da classe operária.

Cabe salientar que o caráter religioso não sucumbiu totalmente diante do tipo de sindicalização que se instaurou, mas verdade também é que, através deste movimento, observou-se, de forma mais concreta e visível, a reivindicação do professorado em prol de melhores salários, mais investimentos e qualidade para educação e, inclusive, das condições de trabalho, entre outras questões que incidiram nas lutas junto ao governo. Enfim, é perceptível uma mobilização mais combativa, na qual se sai às ruas, erguem-se bandeiras mais ousadamente, atitudes antes não comuns por parte dessa classe, nem tampouco das mulheres.

Nesse cenário de atuação sindical combativa, em busca da valorização, principalmente por uma profissionalização, tem sido recorrente a ideia de uma possível proletarização do professorado. Esse processo de proletarização da categoria docente tem sido relacionado à perda de poder aquisitivo cada vez maior do grupo social, bem como da mudança na própria concepção de trabalho docente, em que os/as professores/as precisam ser mais técnicos/as e controlados/as, a ponto de tornarem-se mais próximos aos executores/as de tarefas impostas, como os/as trabalhadores/as de fábricas, e, distanciarem-se de profissionais liberais autônomos com maior poder de decisão sobre suas atividades (LOURO 2011b; FERREIRA 2008). Neste aspecto, é que os/as professores/as estariam procurando maneiras de lutar parecidas às da classe operária havendo, sobretudo, uma consolidação maior do sindicalismo docente enquanto defensor dos trabalhadores em educação:

Antigas entidades associativas, como grêmios beneficentes ou associações, dão lugar ou se transformam em um movimento docente muito mais aguerrido; criam-se centros de professores e sindicatos que expressam suas reivindicações através de greves e de manifestações públicas de maior visibilidade e impacto social. O discurso desse movimento é, então, dirigido às *trabalhadoras e aos trabalhadores da educação* (LOURO, 2011b, p. 474).

No interior deste movimento docente mais aguerrido, em que estaria sendo perceptível uma maior identificação do professorado com os/as demais trabalhadores/as, a proletarização seria um processo presente. Logo, não poderia deixar de se evocar a feminização inicialmente abordada, pois, enquanto uma das características da docência, tem sido diretamente relacionada com o processo de proletarização. Segundo Ferreira, é comum, do ponto de vista sociológico, que:

quanto maior [...] o grau de feminização, maior também o grau de proletarização de uma categoria, esses dois fenômenos foram sendo

associados, declarando ou decretando a menor necessidade da mulher professora a um melhor salário e um maior status profissional. Contudo, cabe assinalar que, com o desprestígio e a pauperização, o professorado organizou-se, especialmente a partir do passado século, em entidades sindicais que, por sua natureza — melhor dizendo, por sua construção histórica e cultural — subsumiram os sujeitos generificados numa ideia de classe social desgnerificada (2006, p. 229).

O que é interessante extrair desta citação, em relação à proletarização, é que, devido à busca de evitar maiores perdas de sua autonomia e de prejuízos salariais decorrentes deste processo, o professorado foi se organizar em entidades sindicais, e, tornaram-se mais próximos a uma imagem de trabalhadores em educação. Mas, quanto à feminização, já num direcionamento maior para os interesses desta dissertação, a questão que se coloca é: discute-se esse aspecto da docência em pesquisas acadêmicas sobre sindicalismo docente? Esse é um dos questionamentos a ser refletido nas análises das dissertações e teses selecionadas.

2.3.3 Pesquisas acerca do sindicalismo docente sob o enfoque da categoria gênero

A construção da sociedade fundada em regras, normas e valores defendidos por homens influenciou diretamente a forma de se fazer e pensar a ciência. Neste contexto o campo das ciências humanas e sociais foi igualmente contemplado por uma visão preponderantemente masculina. Por séculos a fio, as mulheres não foram consideradas, nesta área do conhecimento, como sujeitos que possuem história e, que, simultaneamente, também a produzem.

Há algumas décadas, emergiram com maior fervor debates e questionamentos acerca da tendência androcêntrica da produção do conhecimento. Neste sentido, um grupo que se destacou foram as feministas. Em suas inquietações acadêmicas, indagam a ausência, invisibilidade e sub-representação da mulher nas ciências, o que vem ocorrendo especialmente a partir da denominada *segunda onda* do feminismo – movimento do final da década de 1960 que impulsionou os estudos de gênero, conforme dito anteriormente. Em uma abordagem dos estudos de gênero e feministas Marlise Matos alegou que o:

gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e **sexista**, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas (MATOS, 2008, p. 336, grifo meu).

Em tempos de maior apelo de um repensar das ciências sociais, pesquisadoras, como a mexicana Susan Street (2008), têm defendido que repensar essa área de conhecimento exige necessariamente abordar, de forma expressa, as mulheres. Este movimento de repensar as ciências também tem repercutido no campo do sindicalismo docente. A própria Street, enquanto estudiosa da organização sindical mexicana, ao assumir essa posição, escolheu o gênero como categoria central para suas investigações sobre o movimento docente.

Semelhantemente à Street, algumas autoras têm desenvolvido relevantes investigações sobre movimento docente em que articulam a categoria gênero à temática. Recuperar o que já foi produzido e dito nesta perspectiva foi indispensável, o que nos conduz, a seguir, a um diálogo com alguns dos estudos que se mostraram importantes.

Nos trabalhos de Street, o gênero constituiu-se em sua escolha teórica devido à pretensão de considerar os aspectos socioculturais que envolviam os/as professores/as, dando voz e visibilidade também às mulheres engajadas na luta sindical, além de rever, segundo a autora, a “misoginia estrutural de [suas próprias] objetivações” (2008, p. 396). Ela retomou suas investigações sobre o movimento docente, refletindo sobre a falta de olhar o sujeito de seus estudos a partir de uma perspectiva de gênero. Destarte, tem buscado repensar o movimento docente com um diferencial: colocando as mulheres como figuras centrais. Para tanto, tem percorrido seus diários de campo e entrevistas já realizadas, a fim de dar visibilidade à mulher como sujeito social. Para ela, desconsiderar o gênero pode ter enviesado seus resultados por se prender a uma identidade democrática sem levar em conta os aspectos socioculturais dos/as professores/as como homens e mulheres. Ela acredita, portanto, que a historiografia sobre movimento docente deve ser reescrita, o que autora tem buscado fazer relacionando gênero, identidade e participação política.

O não uso do gênero nas análises pode incorrer na essencialização da identidade docente. Street (2008) também se preocupou com esta questão. A seu ver, faltou incorporar nas análises categorias, como o gênero, que não restringissem

os/as docentes a um sujeito popular hegemônico, em uma dimensão abstrata, desconsiderando que se tratam de pessoas com vidas particulares, mas que, se os elementos socioculturais tivessem sido considerados, poderiam trazer luz a questões que envolvem as narrações destes docentes.

Neste sentido Souza-Lobo (1991) também foi enfática e alertou para que as análises das trajetórias de homens e mulheres não fossem conduzidas de forma a se ter uma identidade cristalizada e, para tanto, chamou a atenção para a importância das relações de gênero:

[...] os itinerários de homens e mulheres não podem ser reduzidos a simples efeitos mecânicos de uma identidade cristalizada de uma vez para sempre, ou não haveria história. Daí a importância das análises que têm por objeto as práticas sociais e as instituições, onde as relações de gênero se constroem (SOUZA-LOBO, 1991, p. 188).

Loyo e Rodríguez (2007), outras duas autoras mexicanas, revelaram, através de suas investigações, que determinados elementos específicos das relações das mulheres docentes com o sindicato ganham sentido sob o enfoque do gênero. Isto pode ser observado especialmente em sua pesquisa sobre professoras sindicalistas, em que elegeram as experiências de vida destas mulheres na família, na escola e no sindicato, tendo em vista explorar as “mediaciones que existen entre la dimensión biográfica y el entorno institucional” (p.139). Nesta ocasião foram entrevistadas 16 docentes sindicalizadas.

As autoras identificaram nos depoimentos elementos relacionados ao gênero em algumas das situações de conflitos gerados nas famílias das docentes, advindos de seu ativismo no movimento sindical. Foi comentado que os limites que as famílias procuravam impor para as docentes na participação sindical decorriam do fato de que eram transgressões, por tratar-se da conduta de uma filha, pois por parte dos pais haveria resultado menos censurável se fosse um filho (LOYO, RODRÍGUEZ 2007).

Outro aspecto observado nos relatos diz respeito à influência das determinações de gênero na trajetória sindical, ou seja, as entrevistadas comentam ou tornam perceptível que, em 1989, eram docentes bastante jovens, sem compromissos familiares com esposo e/ou filhos, o que teria facilitado sua inserção na luta. E, por fim, a marca de gênero, encontrada na biografia de uma das entrevistadas, em especial, sobre como se haveria dado a oposição por parte do esposo à sua participação sindical – influenciando seu divórcio –, foi usada pelas

autoras como exemplo de conflito que indicaria a persistência dos tradicionais papéis sexuais, em que a função de professora seria compatível com a condição feminina, porém a mesma sintonia não ocorreria com o papel de ativista sindical. O alto grau de autonomia que esta atividade implicaria, bem como a forte exposição da mulher, iria na contramão dos espaços confinados e reservados a elas, como a casa ou escola.

A articulação dos temas gênero e sindicato docente tem sido uma característica também dos estudos de Márcia Ferreira. A autora tem defendido a relevância de se incluir “a categoria gênero para se compreender vários dos fenômenos que podem ser observados no campo do sindicalismo docente” (FERREIRA, 2011, p. 45).

O tema da dominância de um viés masculino na atividade sindical tem estado entre suas discussões, sendo um elemento que tem lhe facilitado a compreensão de diferentes processos e realidades sindicais. Seu interesse pela relação entre participação feminina e masculina no sindicato tem possibilitado a observação desse viés que se sobressai. Em especial, a pesquisa que realizou no CPERS/Sindicato, cujo interesse foi comparar a filiação e presença nas diretorias da entidade segundo o sexo, mostrou que os sindicatos podem sofrer uma “inversão da proporcionalidade homens/mulheres na base da categoria em relação às direções da entidade” (FERREIRA, 2004, p. 391). Embora as mulheres estivessem bem representadas naquele sindicato, eram os homens que, por sua vez, ocupavam os cargos mais elevados e de maior prestígio, como as diretorias. Mas a grande questão posta foi: se realmente “o sindicato estaria tendo condições de acompanhar possíveis modificações na identidade docente, a partir da imagem que tem da categoria” (idem, p. 391), tendo em vista estar sendo forjada no interior de uma atividade sindical marcada por um viés masculino.

Uma valorização do masculino também se fez presente em sua investigação acerca das representações sobre relações de gênero e trajetórias sindicais de diretores/as, que pertenciam a um núcleo sindical situado no interior do estado do Rio Grande do Sul. O estudo possibilitou ver que nos sindicatos também existem dificuldades para discutir relações de gênero, podendo haver rejeição e desconforto dos/as militantes para manifestarem-se acerca do assunto. Além disso, a autora trouxe uma observação importante, falou que assim:

como no ambiente educacional, no ambiente sindical circulam representações dicotômicas, diferenciando o comportamento masculino do feminino, com valorização do primeiro. São dicotômicas, também, porque não se admite que haja diferentes formas de masculinidade ou feminilidade (FERREIRA, 2008, p.35).

Cláudia Vianna (1999)⁴, em sua tese de doutorado, falou de novos padrões de masculinidade e feminilidade, mas observem, não os relacionou à organização sindical, que estaria marcada fundamentalmente por significados masculinos. Apresentando um interessante diálogo entre a ação coletiva docente e gênero, notou nos significados masculinos e femininos presentes no agir coletivo da categoria uma ressignificação, que estaria relacionada, especialmente, ao cotidiano escolar. Significados entendidos no sentido de “modelos culturais aos quais estão expostos homens e mulheres” (MELLUCI, 1994 *apud* VIANNA, 1999, p. 62).

A tese, por sua vez, deu-me as pistas de que o conjunto de dissertações e teses que possivelmente encontraria para a realização da investigação pretendida, não seria tão volumosa. No intuito de possíveis contribuições da abordagem de gênero para a compreensão das dificuldades que enfrentava a organização do professorado, Cláudia Vianna (1999) examinou a produção acadêmica sobre o movimento docente atentando para a presença do gênero. No entanto, a questão de gênero não foi um recorte muito considerado nos trabalhos, apenas dois o fizeram e sete se limitaram a apontar a presença das mulheres na docência e nas entidades associativas ou sindicais.

Contudo, ficou claro que incluir as mulheres nos trabalhos não necessariamente significou maiores reflexões teóricas na área dos estudos sobre a mulher. Neste sentido, a menção feita a elas ora se referia ao perfil do professorado, ora à apatia feminina em relação ao movimento docente.

O gênero, portanto, tem sido indicado como categoria para superar o mero registro da presença das mulheres em determinados espaços, como na docência e nos sindicatos em que participam. Guerreiro Serón (1996) já apontava em seus estudos a crescente necessidade de adotar o conceito de gênero como marco analítico central, tendo em vista avançar na abordagem da mulher professora para além de uma análise meramente aritmética do fenômeno da feminização. Nesta

⁴ A pesquisa da autora comentada neste item também fez parte do *corpus documental* desta dissertação. O diálogo com sua obra ainda neste capítulo deve-se ao fato de ser, junto à autora Márcia Ferreira, uma das referências nacionais, quanto às temáticas.

linha de raciocínio, Cláudia Vianna (1999) chamou a atenção para a ausência do uso do gênero como categoria de análise, na produção sobre ações coletivas, que colocasse em questão “a ligação direta entre vocação, características femininas e ausência de participação coletiva” (p.68). A abordagem seria também uma forma de ir além do simples registro da presença das mulheres nas organizações docentes.

O olhar de gênero também tem iluminado a desconstrução da hipótese de que o magistério constituído majoritariamente por mulheres seria a causa da crise da ação coletiva da categoria. Cláudia Vianna (1999) não negou que a apatia é um dos elementos socializadores do público feminino, porém não ligou as dificuldades de organização e a crise do caráter de submissão política das mulheres. Abordou outros fatores que podem ser as possíveis causas, como a própria insatisfação dos militantes com o modelo de engajamento sindical e o seu desgaste.

Das discussões suscitadas pelas pesquisas foi possível extrair que o conceito de gênero, ao ser utilizado nos estudos sobre o sindicalismo docente, como uma categoria de análise, possibilita aos/às docentes sindicalistas o seu reconhecimento enquanto sujeitos de ação, com uma história de vida e inseridos num determinado contexto e práticas sociais. Deve ser reconhecido como uma das formas de conduzir as investigações sem se basear em identidades cristalizadas, essencializadas deste grupo social. Além do mais, mostrou-se uma ferramenta eficaz tanto em questionar o conceito de sujeito universal, tornando clara uma predominância masculina em muitas instituições sindicais, quanto denunciar a dificuldade de se reconhecer como legítimas as diferentes formas masculinas e femininas nestes locais.

Partir de uma perspectiva de gênero garantiu às pesquisas maior compreensão da relação da mulher com o sindicato. Como explicita Street (2008), o próprio uso do conceito também estava relacionado à sua intenção de trazer ao plano do visível a mulher como sujeito social. A abordagem de gênero foi igualmente importante para reflexões sobre como a própria condição de gênero da mulher pode estar influenciando sua militância, como no caso dos limites impostos pela família para as docentes. Ou ainda, no caso das professoras entrevistadas por Loyo e Rodríguez (2007), que deixam transparecer que os papéis sociais da mulher enquanto mãe e esposa estariam dificultando sua participação sindical, ao relacionarem a facilidade de sua inserção em determinado movimento à ausência do compromisso com esposo e filhos.

Portanto, apoiei-me nas discussões realizadas neste capítulo, especialmente neste item, para a análise das dissertações e teses quanto ao uso do conceito de gênero, que se encontra após a exposição dos procedimentos metodológicos.

3 Procedimentos metodológicos

Para o levantamento das teses e dissertações referente a gênero e sindicalismo docente, tomei por referência a base de dados da CAPES.

A opção pela CAPES, como fonte principal de consulta, decorreu da facilidade que esta oferece para o acesso a dados de pesquisas de mestrado e doutorado desenvolvidas em programas de pós-graduação de instituições de ensino superior, públicas e privadas do país. O fácil acesso aos dados dessa produção se deve à criação do *Banco de Teses CAPES – Resumos*⁵, o qual disponibiliza resumos de dissertações e teses defendidas a partir do ano 1987.

Nos últimos anos o referido *Banco de Teses* tem ganhado um caráter importante enquanto *locus* empírico de diferentes estudos. Tal como alega Cláudia Vianna et al (2011, p.535): “Esta é uma base de referência para pesquisas sobre o chamado “estado da arte” em diferentes campos”.

Vieira e Maciel (2007) analisaram o próprio banco de dados. As autoras desenvolveram uma pesquisa documental sobre o preconceito, na qual estudaram uma amostra dos registros sobre o assunto, considerando o aspecto formal das informações básicas (área do trabalho, ano de defesa, financiamento, etc.), bem como a estrutura dos resumos (extensão do resumo, linguagem escrita, etc.). Embora fossem constatadas incongruências e problemas, como ausência de informações (e-mail do/a autor/a, linha de pesquisa, etc.), erros no uso da língua portuguesa nos resumos, as autoras buscaram em suas considerações finais:

[...] reiterar a relevância do banco de dados em tela como fonte de pesquisa, especialmente pelo seu caráter multidisciplinar e pela sua vasta abrangência, uma vez que abarca trabalhos de IES [Instituições de Ensino Superior] públicas e particulares de todo o território nacional e das mais diferentes áreas do conhecimento (VIEIRA, MACIEL, 2007, p. 366).

Quanto à definição do período para o levantamento das dissertações e teses, neste trabalho, foi baseada em indícios de que não se tratava de uma produção

⁵ Disponibilizado no sítio eletrônico da instituição - <http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>

volumosa (VIANNA, 2001). Assim, o levantamento da produção abrangeu todos os anos do banco de dados, isto é, de 1987 a 2011⁶.

Em termos de coleta e tratamento dos dados, realizei o levantamento e uma posterior análise de dissertações e teses que se utilizaram do conceito de gênero no contexto do sindicalismo docente e cujos resumos se encontravam disponibilizados no *Banco de Teses CAPES*.

Primeiramente, averigui o volume existente a partir da inserção da palavra-chave “gênero” junto a expressões referentes a sindicalismo docente no campo *Assunto*. As combinações feitas foram:

- a) gênero e sindicato/sindicalismo/associação de trabalhadores em educação;
- b) gênero e sindicato/sindicalismo/associação docente;
- c) gênero e sindicato/sindicalismo/associação de professores;
- d) gênero e organização docente.

Ao realizar o cruzamento da palavra-chave com expressões no referido campo, havia três opções para limitar a amostra: ***todas as palavras***, ***qualquer uma das palavras***, e ***expressão exata***. A escolha se deu pela primeira opção, após ter sido selecionada a ***expressão exata***, que forneceu resultados ínfimos, e ocorrer totalmente o oposto ao optar-se por ***qualquer uma das palavras***, quando se verificou um número elevadíssimo de dissertações e teses, com resultados imprecisos.

A forma de procura descrita acima foi a alternativa encontrada, considerando que o banco permitia a busca de produções apenas por mais outros quatro campos que, por sua vez, não atenderiam satisfatoriamente às intenções da pesquisa: *autor*, *instituição*, *nível* e *ano base*.

Observei, como limitação, o fato de não ser possível refinar a coleta a partir de outras opções de campo, como área de conhecimento. Servindo-me apenas do descritor “assunto”, o fato de precisar articular mais de uma palavra-chave sem recortes estabelecidos por área de conhecimento terminou por gerar um grande número de resumos a serem examinados. O total de trabalhos encontrado para cada expressão se acha descrita no Quadro 1.

⁶ O levantamento dos trabalhos ocorreu ao final de 2012, no entanto o Banco de Teses CAPES ainda não havia inserido nenhuma produção referente à este ano.

Quadro 1 – Número de dissertações e teses que contêm palavras relacionadas a gênero e sindicalismo docente/1987-2011 – CAPES

	Gênero
Sindicato de trabalhadores em educação	23
Sindicato docente	9
Sindicato de professores	11
Sindicalismo de trabalhadores em educação	10
Sindicalismo docente	4
Sindicalismo de professores	7
Associação de trabalhadores em educação	173
Associação docente	57
Associação de professores	167
Organização docente	121

Fonte: elaboração própria com base no *Banco de Teses - Resumos CAPES* (22/10/12)

Considerando os valores expressos no Quadro 1, nota-se uma grande variação no número de dissertações e teses conforme os termos inseridos. No entanto, uma avaliação dos títulos e resumos apontou que, mesmo ao utilizar a opção **todas as palavras** para limitar a produção, não se teve garantida a precisão dos resultados. Os títulos e/ou resumos continham a palavra-chave e expressões, mas a utilização das mesmas nem sempre correspondia a investigações sobre relações de gênero e, nem sempre, o sindicalismo docente consistia num dos focos do estudo. Pode-se citar o exemplo de resumos que continham o termo “gênero”, no entanto, se referindo a gênero cinematográfico, gênero humano. Além disso, algumas das dissertações e teses foram se repetindo ao longo da coleta, isto é, apareceram em mais de um dos termos inseridos.

Com base nessa avaliação, grande parte dos trabalhos foi descartada. A seleção dos trabalhos deu-se a partir dos resumos que continham a palavra “gênero” (no sentido de relações de gênero), e apontavam para o sindicato/sindicalismo docente como um de seus objetos de investigação. Sendo assim, após um exercício exaustivo, obtive o número de 8 dissertações e teses descritas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Dissertações e teses selecionadas que abordam gênero e sindicalismo docente/1987-2011 – CAPES

Autor(a)	Título/Ano	Área de conhecimento	Nível	Instituição/Região	Orientador/a
Ruth Bernardes de Santana	Professores de 1º e 2º graus: representação social e mobilização coletiva/1993	Sociologia	M	USP/Sudeste	Teófilo de Queiróz Junior
Fábia Liliã Luciano Carminati	Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve/1993	Educação	M	UFRGS/Sul	Guacira Lopes Louro
Corina Michelon Dotti	Representações de mulheres-professoras: incursões nos espaços público e privado/1994	Educação	M	UFRGS/Sul	Merion Campos Bordas
Margaret Maria Chillemi	Produção de subjetividade, militância e gênero/1997	Psicologia	M	PUC-RS/Sul	Jorge Castellá Sarriera
Maria de Lourdes Mazza de Farias	Nem rosa, nem azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato/1998	Educação	M	UFPR/Sul	Naura Syria Carapeto Ferreira
Cláudia Pereira Vianna	Os nós do nós: crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo/1999	Educação	D	USP/Sudeste	Marília Pontes Sposito
Kátia Pereira Coelho Camargo	Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na Regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho /2007	Educação	M	PUC-Goiás/Centro Oeste	Lúcia Helena Rincón Afonso
Joseane Maria Parice Bufalo	Nem só de salário vivem as docentes de creche: Em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC-1988-2001)/2009	Educação	D	UNICAMP/Sudeste	Ana Lúcia Goulart de Faria

Fonte: elaboração própria com base no *Banco de Teses - Resumos CAPES* (22/10/12)

É válido destacar que a intenção inicial da pesquisa era me deter na área da Educação. Embora atualmente seja possível encontrar uma nova versão do Banco de Teses da CAPES que possibilita a busca de produções por campos variados, inclusive área de conhecimento, o mesmo não foi possível no período em que ocorreu a coleta de dados desta pesquisa, em que as opções de busca, já explicitadas anteriormente, não eram tão específicas. Portanto, durante a coleta, duas dissertações pertencentes a outras áreas de conhecimento surgiram, vindo ao encontro das intenções desta pesquisa. Desta forma, o mais adequado pareceu abranger a seleção das dissertações e teses, a fim de englobar toda área das

ciências humanas, o que por sua vez, resultou em trabalhos do setor da Educação, Sociologia e Psicologia.

Cabem algumas outras observações a respeito dos passos metodológicos adotados nesta dissertação. Primeiramente, compartilhei do pensamento de Marli André e Joana Romanowski (2002) acerca da sua seleção de dissertações e teses por meio de resumos, enquanto base empírica para suas investigações sobre o tema formação de professores. As autoras procuram esclarecer que foram selecionados os resumos que continham o descritor “formação de professores”, indicado pelo autor do trabalho, alegando que obedeceram “à classificação do pesquisador por ser ele considerado o melhor credenciado para enquadrar seu trabalho. Com isso, pode-se estar descartando pesquisas que tratam do tema da formação docente, mas que, por motivos especiais, não foram categorizadas como tal por seu autor” (p. 17). Dessa maneira, tomei por base essas orientações, e assim dirigi o processo de seleção dos resumos. Ou seja, reconheci que poderia estar deixando de fora pesquisas que abordaram relações de gênero e sindicalismo docente e que, no entanto não tiveram tais palavras indicadas no resumo, uma vez que, concordei que o/a autor/a é sem dúvida o/a melhor credenciado/a para descrever e enquadrar seu trabalho.

Ainda, a exemplo de pesquisas como de Marli André e Joana Romanowski (2002), também enfrentei algumas dificuldades durante o levantamento da produção e seleção das dissertações e teses devido à falta de qualidade das informações e resumos referentes aos trabalhos. No caso das autoras, sua fonte básica de referência foi o CD-ROM ANPEd, 1997, com resumos das dissertações e teses defendidas no Brasil de 1981 a 1996. Em especial, acerca dos resumos, comentam que deixam “a desejar, pois não há um padrão definido a seguir, o que leva uns a serem muito sucintos e outros, incompletos, dificultando e, em alguns casos, até prejudicando a análise e interpretação do seu conteúdo” (p.17). Os mesmos problemas, como resumos extremamente sucintos e até incompletos, ocorreram durante a busca que realizei.

Além disso, algumas incongruências e problemas com resumos do *Banco de Teses CAPES* das quais trata o artigo escrito por Vieira e Maciel (2007), ao se dedicar ao tema preconceito, também foram comuns às informações e resumos das dissertações e teses voltadas ao gênero e sindicalismo docente.

Diante do exposto, cabe dizer que meu interesse maior não foi a quantidade, propriamente, de pesquisas existentes sobre sindicalismo docente que abordam gênero, mas o levantamento de uma amostra de dissertações e teses, tendo em vista formular algumas respostas à questão: como o conceito de gênero vem sendo usado em análises desta natureza.

Por fim, quanto à natureza metodológica da investigação, tratou-se de uma pesquisa qualitativa com utilização da análise documental segundo a compreensão de Lüdke e André (1986, p. 38): “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos [...] desvelando aspectos novos de um tema ou problema”, em que se “busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse”.

A partir dessa perspectiva, a interpretação e análise propriamente dita dos dados foi realizada por meio de uma análise de conteúdo das dissertações e teses. Para Moraes (1999, p. 9) a análise de conteúdo “constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda a classe de documentos e texto”. Tendo em vista que essa técnica tem a categorização como uma de suas importantes etapas e enquanto “procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles” (idem, p. 18), é relevante dizer que este trabalho foi desenvolvido, especialmente, com categorias que emergiram dos dados analisados.

4 Presença do conceito de gênero em pesquisas sobre sindicalismo docente nos programas de pós-graduação

A partir do levantamento que realizei durante a pesquisa, cujo foco foi a presença de estudos de gênero em investigações sobre o sindicalismo docente, poderia dizer que, o número de dissertações e teses localizado, confirma a ideia de não serem muitos/as os/as pesquisadoras/es interessadas/os nesta temática que incorporam a preocupação com o gênero.

Ainda assim, houve o interesse de conhecer e analisar a introdução deste conceito em tais produções, especialmente, quando se trata de iniciar um acompanhamento de como vem sendo usado o conceito de gênero, o que, por sua vez, espero que dê pistas acerca de que maneira vem ganhando espaço e legitimando sua presença e relevância em estudos desta natureza.

Inicialmente, explorei as características da produção destacada no Quadro 2 do item referente à metodologia.

4.1 Características da produção

O campo do gênero vem se expandido no meio acadêmico, especialmente nestas últimas décadas. Alguns estudos da arte e estudos apontaram tal fato. A pesquisa de Ferreira et al (2013), que consistiu num mapeamento da produção sobre gênero e sexualidades publicada na página da ANPEd, constatou um crescimento do campo do gênero no âmbito desta importante Associação brasileira de pesquisa em educação, em especial a partir de 2004 com a criação do Grupo de Trabalho: Gênero, Sexualidade e Educação (GT 23).

No mesmo sentido caminharam os resultados do estudo de Vianna et al (2011), os quais detectaram um aumento significativo na produção que considerou o conceito gênero (e sexualidade), neste caso especificamente, a produção discente

sobre a educação formal localizada na Base CAPES. A autora observou que “na temática de gênero, sexualidade e educação formal, o crescimento foi de 16 estudos localizados em 1990 para 193 em 2004, o que representa 12 vezes mais” (VIANNA et al, p. 542).

Embora a década de 2000 registre esse aumento no número de trabalhos produzidos no campo do gênero, para este estudo, em especial, encontrei ainda na década de 1990 a maior parte das dissertações e teses. Assim, foram analisados 2 trabalhos referentes aos anos 2007 e 2009, sendo os outros 6 referentes a década de 1990: duas dissertações defendidas no ano de 1993, e nos anos de 1994, 1997, 1998, 1999 ocorreram as defesas dos trabalhos restantes.

Considerando que o levantamento dos trabalhos ocorreu na Grande Área do Conhecimento: Ciências Humanas, a primeira característica é que a maior parte é da área de Educação, somando 6 do total de 8, já os outros dois correspondem à área da Sociologia e Psicologia.

A maioria das pesquisas foi produzida em nível de mestrado, havendo apenas duas teses. Segundo Vianna et al (2011), essa pode ser uma tendência devido a uma maior ampliação dos cursos de mestrado em relação aos de doutorado, especialmente no campo da Educação. Logo, considerando ser esta a área que prevaleceu no levantamento, talvez os resultados dificilmente pudessem ser outros.

A respeito das instituições de ensino onde foram produzidos os estudos, encontrei 6 diferentes universidades: PUC-GO; PUC-RS; USP; UFPR; UFRGS; UNICAMP. Assim, podemos observar que, com exceção das duas primeiras, as demais instituições são públicas. Duas delas se repetem em duas ocasiões: UFRGS e USP.

Tomando por referência as instituições, a concentração da produção se deu na região Sul e Sudeste do Brasil, sendo que 4 das pesquisas foram produzidas na região Sul, 3 na região Sudeste e apenas 1 na região Centro-Oeste. Esta centralidade da produção acerca do gênero nas regiões Sul e Sudeste se repetiu em relação a outras investigações (ROSEMBERG, 2001; FERREIRA et al, 2013; VIANNA et al, 2011).

Ao olhar mais especificamente, o estado que se sobressaiu na região Sul foi o Rio Grande do Sul, com 3 dissertações, enquanto o estado do Paraná foi responsável pela restante. O estado de São Paulo foi que concentrou a produção encontrada no Sudeste. Tais Unidades da Federação geralmente têm se

sobressaído em suas respectivas regiões durante os levantamentos da produção acadêmica referente a gênero, como no caso do estado da arte sobre o tema gênero, mulheres e política realizada por Matos e Marques (2010), as quais igualmente analisaram dissertações e teses registradas no Banco de dados da CAPES. Vale dizer que os dois estados que se destacaram são, nada mais nada menos, que lócus dos dois grupos de pesquisa que têm sido referência em termos de pesquisa sobre gênero: GEERGE (Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero), e EDGES (Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual).

O exame da metodologia apontou para uma posição metodológica adotada pelas pesquisas em harmonia com os estudos de gênero. O conjunto de trabalhos distanciou-se dos métodos ditos tradicionais e idealizados pelas ciências modernas que buscam chegar à *verdade* absoluta, uma vez que, “os estudos de gênero [...] não representam opção para o pesquisador preocupado com um método que pressuponha equilíbrio, estabilidade e funcionalidade” (MATOS, 2006, p. 294). Assim sendo, não foram encontrados discursos e técnicas em busca de uma pura objetividade para o desenvolvimento das pesquisas. Contudo, houve sim a preocupação com o distanciamento necessário para uma análise acadêmica.

Longe de buscar isolar o fato, os dados foram contextualizados e trabalhados na perspectiva de evitar o ser histórico universal, reconstruindo assim o sujeito em termos culturais e políticos. A reconstrução do sujeito, segundo Matos (2008, p. 342), possibilita “vir à tona a atuação e o papel fundamental de mulheres e outras ‘minorias’ de gênero na construção da nossa própria história”. A tendência, portanto, foi não trabalhar com categorias pré-definidas de homens e mulheres.

Predominou nas pesquisas o viés qualitativo de investigação, com análise de depoimentos de professores/as. Três dissertações se basearam em Histórias de Vida e duas realizam Estudos de Caso. Quanto à técnica para coleta de dados, a maioria recorreu a entrevistas semiestruturadas/aberta, em dois destes casos, acompanhados por observações livres. O questionário foi utilizado apenas num caso, enquanto a análise de documentos e outros tipos de materiais, às vezes publicados pelos próprios sindicatos estudados, foi o caso de três pesquisas.

Outra característica das pesquisas, ao tratarem de sindicalismo docente, foi a opção por uma instituição sindical/associativa específica enquanto objeto de seus estudos, o que não ocorreu apenas numa dissertação, que tratou a temática no âmbito mais geral, sem se amparar em instituições concretas de tal natureza. Desta

forma, destacaram-se o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (SINTE/SC); o Centro do Professorado Paulista (CPP); o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP); Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (SINTEP/PB); Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP); Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás (SINTEGO); Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC). O CPP e APEOESP constituíram-se na referência de duas pesquisas, enquanto há um único sindicato que não é exclusivo dos trabalhadores em educação, o STMC.

Em termos de quem tem demonstrado um interesse maior pela utilização do conceito de gênero, se homens ou se mulheres, as pesquisas no geral apontam uma predominância do sexo feminino (ROSEMBERG, 2001; FERREIRA, NUNES, 2010; MATOS, MARQUES, 2010). No caso desta amostra investigada, o interesse se resumiu a elas, uma vez que sob a autoria masculina não se encontrou nenhum trabalho. Já acerca de quem orientou, a maioria também é formada por mulheres. Matos e Marques (2010) chamaram esta predominância feminina entre autoras e orientadoras de tendência endógena da produção acadêmica, isto é, “assim como são as mulheres quem privilegiadamente estudam tais temas, são também as mulheres as principais orientadoras” (p.12).

Para além de uma identificação do sexo da autoria, surgiu uma interessante questão: quem seriam as autoras preocupadas com o uso do conceito gênero ao pesquisar sobre sindicalismo docente? Para tanto, além das informações que poderiam ser obtidas nas próprias dissertações e teses, realizou-se consulta ao curriculum Lattes⁷ das autoras.

Nas dissertações e teses, 5 autoras chegaram a comentar que foram sindicalizadas, eram militantes e/ou participaram de movimentos reivindicatórios. Entre elas, houve quem esclarecesse que o enfoque do trabalho não era por mero acaso, mas decorrente da importância que vinha dando para as questões a respeito da mulher e das relações de gênero, o que ocorreu no caso de 2 autoras.

Uma alternativa para conhecer um pouco mais acerca das pesquisadoras foi observar quem seguiu carreira acadêmica, neste aspecto, quais as autoras

⁷ Encontrei dificuldades durante o levantamento das informações nessa fonte, pois nem todos os curriculum Lattes estavam atualizados. Entretanto, mesmo que os dados coletados tenham apresentado limitações, permitiram alcançar o meu objetivo, nesta análise.

continuaram sua formação e quais se inseriram em grupos de pesquisa sobre as temáticas e, ainda, tomar conhecimento sobre suas produções bibliográficas. Isso, provavelmente, daria pistas se são autoras que têm o gênero como uma preocupação constante em suas vidas acadêmicas, ou se a discussão sobre esse conceito restringiu-se unicamente a sua dissertação ou tese.

Conforme as informações do Quadro 3, grande parte das pesquisadas exerce a docência com vínculo profissional em instituições de nível superior.

Mais da metade das autoras deram continuidade a sua formação acadêmica por meio da realização de cursos de doutorado e livre-docência. No entanto, as temáticas variaram em relação ao que havia sido estudado nas dissertações e, se forem consideradas as palavras-chave que caracterizam seus estudos posteriores, foi possível ver que duas autoras continuaram a dedicar-se ao gênero, enquanto uma delas tem o olhar mais voltado para a sexualidade. Já a organização sindical docente não retornou a ser foco de pesquisa.

Acerca da atual participação em grupos de pesquisa foram identificados 4 Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa – CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), são eles: NEHMEd; Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais; EDGES e o GEPEDISC. Através da leitura das ementas dos mesmos, é possível dizer que os dois últimos grupos citados têm gênero como um dos eixos principais de suas reflexões teóricas e ações de pesquisa.

Ao examinar as principais temáticas privilegiadas na carreira profissional, apenas uma autora citou o gênero. Já as produções bibliográficas apontaram 4 autoras que possuem publicações acadêmicas abordando o conceito, embora as publicações de duas não sejam numericamente relevantes ao considerar o todo de suas produções, resumindo-se a um trabalho. A partir da frequência e periodicidade das publicações seriam, então, 2 autoras que se destacaram neste sentido.

Assim, em resumo, a maioria das autoras seguiu carreira acadêmica e o gênero não se restringiu unicamente às suas dissertações e teses, embora, a partir dos dados, talvez se possa dizer que apenas para 2 das autoras o gênero realmente tem sido a constituinte principal de suas problemáticas investigatórias, inclusive constituindo-se campo teórico fundamental dos cursos de formação realizados posteriormente. Uma destas é Cláudia Vianna, líder atual de grupo de pesquisa com ênfase nas relações de gênero e sexualidade.

Quadro 3 – Temáticas gênero e sindicalismo docente no Curriculum Lattes das autoras/2013

Autora	Local/atução profissional -	Titulação* - Palavras-chave da pesquisa	Grupo de pesquisa (atual)	Temas privilegiados na profissão	Publicações** sobre gênero	Publicações sobre sindicalismo docente
Fábia Liliã Luciano Carminati	Professora da UFSC/Departamento de Estudos Especializados em Educação	Doutorado em Educação - Gênese, educação; Santa Catarina; políticas públicas	Núcleo de Estudos em História e Memória da Educação – NEHMEd	Instituições educacionais, currículo, acervos e cultura escolar	1	3
Ruth Bernardes de Santana	Professora da UFSJ/Departamento das Psicologias	Doutorado em Psicologia social - Psicologia social; interação; formação; experiência; educadoras; criança	Conhecimento, Subjetividade e Práticas Sociais	Infância e adolescência, processo de escolarização no ensino fundamental e interação família e escola	1	Sem registro
Corina Michelon Dotti	Professora da UCS/Departamento de Educação	Não possui outros títulos	Sem participação	Sem registro	Sem registro	Sem registro
Margaret Maria Chillemi	Clínica de Psicologia	Doutorado em Psicologia - Clínica; amor; cinema; subjetividade contemporânea	Sem participação	Subjetividade contemporânea, clínica, amor e cinema	Sem registro	4***
Maria de Lourdes Mazza de Farias	Professora da FAEL; Pedagoga na Rede Pública do Estado	Doutorado em Educação - Homoerotismo; currículo; sexualidade; subjetividade	Sem participação	Sem registro	4	Sem registro
Cláudia Pereira Vianna	Professora da USP/Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação	Livre-docência - Política educacional; gênero; sexualidade; ações coletivas	Estudos de Gênero, Educação e Cultura Sexual - EDGES (líder)	Relações de gênero, educação, sexualidade e política educacional	48	8
Kátia Pereira Coelho Camargo	Professora da UEG; Coordenadora pedagógica do NTE de Palmeiras de Goiás	Não possui outros títulos	Sem participação	Aprendizagem, ensino, eficiência, tecnologia e educação	Sem registro	Sem registro
Joseane Maria Parice Bufalo	Professora da Prefeitura Municipal de Campinas	Não possui outros títulos	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação	Educação infantil, formação de professores/as	Sem registro	Sem registro

			Sociocultural - GEPEDISC			
--	--	--	--------------------------	--	--	--

Fonte: Elaboração própria a partir do Currículo Lattes em 08.11.2013.

*Cursos acadêmicos posteriores aos de mestrado e doutorado que deram origem ao conjunto de dissertações e teses analisadas.

**Foram considerados aqui os artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos, resumos, que continham no título os termos gênero/sexualidade/sindicato/militância/mobilização, organização, etc., e fossem posteriores às dissertações e teses.

*** Publicações referentes à militância, sem especificação se sindical ou não.

Aos moldes da pergunta anterior: quem seriam os/as orientadores/as das pesquisas sobre sindicalismo docente que se utilizaram do conceito gênero? Orientaram as dissertações e teses em questão devido a seu envolvimento com temáticas relacionadas a sindicalismo docente? Tratavam-se de pesquisadores/as com alguma experiência em termos dos estudos de gênero? Participavam, criavam ou lideravam grupos de pesquisa direcionados a investigar questões ligadas ao gênero?

O Quadro 4 mostrou que cada trabalho do conjunto analisado foi orientado por um/a professor/a diferente, não havendo, a princípio, destaque por parte de nenhum/a deles/as no trabalho de orientação envolvendo estas temáticas.

A maioria dos/as orientadores/as (mesmo quando na condição de aposentados/as) ainda se encontra vinculada às universidades, desenvolvendo atividades docentes e realizando pesquisas.

Ao examinar os grupos de pesquisa, foram identificados 9. Conforme o Quadro 4, houve quem não registrasse qualquer envolvimento em grupo de pesquisa, quando do levantamento destas informações, enquanto outros participavam em dois grupos, simultaneamente. Contudo, a partir das ementas dos grupos, foi possível identificar cinco que trabalham com relações de gênero: GEERGE; Corpo, gênero e sexualidade nos processos de subjetivação/Multiversos; Práticas educativas em Educação de Jovens e Adultos, sociabilidades e juventude; Políticas Educacionais e Gestão Escolar e o GEPEDISC.

São diversos os temas privilegiados pelos/as mesmos/as em sua atuação profissional. Para três orientadoras, o gênero é um dos campos principais de atuação e investigação em suas carreiras acadêmicas. No entanto, não ocorreram menções semelhantes referentes à organização sindical docente.

Quadro 4 – Temáticas gênero e sindicalismo docente no Curriculum Lattes dos/das orientadores/as/2013

Orientador/a	Local/área de atuação	Grupo de pesquisa (atual)	Temas privilegiados na profissão	Orientações/publicações* sobre gênero	Orientações/publicações sobre sindicalismo docente
Guacira Lopes Louro	Professora aposentada da UFRGS/Departamento de Estudos Básicos	Corpo, gênero e sexualidade nos processos de subjetivação/Multiversos; Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – GEERGE	Gênero, estudos queer, cinema e pedagogias da sexualidade	16 orientações 46 publicações	2 orientações
Teófilo de Queiróz Junior	Professor aposentado** da USP/Departamento de Sociologia	Sem participação	Sem registro	Sem registro	Sem registro
Merion Campos Bordas	Professora aposentada da UFRGS/Departamento de Ensino e Currículo	Grupo de Estudos sobre Universidade - Inovação e Pesquisa GEU – Ipesq; Núcleo de Estudos em Tecnologias Digitais na Educação	Teoria e prática Pedagógica, Currículo, avaliação institucional	2 orientações	Sem registro
Jorge Castellá Sarriera	Professor da UFRGS/Departamento de Psicologia	Grupo de Pesquisa em Psicologia Comunitária (líder); Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Exercício Profissional em Serviço Social	Bem-estar na adolescência; inserção no trabalho; desemprego juvenil, transição escola-trabalho, psicologia comunitária e da saúde; imigração, comportamentos de risco; lazer/tempo livre na adolescência; intervenção psicossocial; programas sociais e avaliação	2 publicações	Sem registro
Naura Syria Carapeto Ferreira	Professora aposentada da UFPR/Departamento de Planejamento de Administração Escolar	Sem participação	Cidadania, gestão democrática da educação, formação humana, políticas públicas e administração da educação	Sem registro	Sem registro
Marília Pontes Sposito	Professora da USP/Departamento de Filosofia da Educação e	Práticas educativas em Educação de Jovens e Adultos, sociabilidades e	Sociologia da Educação, Sociologia da Juventude e	1 orientação	Sem registro

	Ciência da Educação	juventude (líder)	Sociologia da Ação coletiva e dos Movimentos Sociais		
Lúcia Helena Rincón Afonso	Professora da PUC-Goiás/Departamento de História Geografia e Ciências Sociais	Políticas Educacionais e Gestão Escolar	Educação, mulher, gênero, políticas públicas e formação de professores	2 orientações 2 publicações	2 publicações
Ana Lúcia Goulart de Faria	Professora da UNICAMP/Departamento de Ciências Sociais na Educação	Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diferenciação Sociocultural - GEPEDISC	Educação infantil em creches e pré-escolas, sociologia da infância, infância e relações de gênero, formação docente para a 1ª etapa da educação básica em creches e pré-escolas, parque infantil, crianças pequenas e culturas infantis	3 orientações 5 publicações	Sem registro

Fonte: Elaboração própria a partir do Currículo Lattes em 08.11.2013.

*Foram considerados aqui orientações apenas de mestrado e doutorado. Referente às publicações, considerou-se os artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos completos, resumos. A contagem se deu através dos títulos com os termos gênero/sexualidade/sindicato/militância/mobilização, organização, etc., bem como os casos que, mesmo sem o título expressar tais termos, era possível identificar que se referiam às temáticas. Assim sendo, são números aproximados, mas que nos dão uma visão geral acerca da produção acadêmica dos/as orientadores/as.

**In Memoriam

Em termos de orientações, prevaleceram as referentes às dissertações e teses versando sobre relações de gênero. No total, foram 5 orientadoras, havendo quem orientasse poucos trabalhos sobre o assunto, mas quem se destacasse, como Guacira Louro, com 16 orientações. É também Guacira Louro que chega orientar duas pesquisas sobre movimento sindical, no entanto, isto não pareceu tão significativo se comparado ao número de suas orientações acerca de gênero e sexualidade. A prevalência do campo do gênero também se deu na produção bibliográfica, apenas uma autora indicou 2 publicações sobre sindicato.

Portanto, nas informações obtidas acerca dos/as orientadores/as, foi visível que, no geral se tratam de pesquisadoras/es com dedicação à atuação relacionada à temática relações de gênero, muito maior que ao sindicalismo docente. Ou seja, não são os pesquisadores/as com atuação acadêmica referente à organização sindical docente que a princípio orientam tal tipo de dissertação e tese.

Por fim, após percorrer as principais características desta produção, cabe destacar que existe um reconhecimento da importância destas pesquisas se considerada a questão do financiamento. Metade dos trabalhos foi desenvolvida sob o apoio dos órgãos de fomento à pesquisa no país, como o CNPq e a CAPES. Uma dissertação contou com bolsa de estudo concedida pelo CNPq, enquanto as outras 3 dissertações receberam bolsa de estudo financiada pela CAPES. Tais agências de fomento também já haviam sido destacadas por Matos e Marques (2010) após os resultados de sua pesquisa apontá-las como as principais agências dentre outras 15 encontradas pelas autoras. Já em termos da distribuição das bolsas, as mesmas foram distribuídas para as 3 áreas identificadas nesta amostra: educação (2), sociologia (1) psicologia (1).

4.2 Breve apresentação dos textos

As dissertações de Ruth Sant'ana (1993) e Fábila Liliã Carminati (1993) correspondem às primeiras investigações do conjunto que analisei. Além de defendidas no mesmo ano, possuem em comum falar de mobilizações e greve.

O trabalho de Ruth Sant'ana (1993) debruçou-se sobre a representação social do professorado relacionada às mobilizações coletivas dos docentes de 1º e 2º graus da rede estadual de São Paulo, focando o comportamento político-sindical dos professores a partir dos conceitos de classe e gênero. O estudo recorreu às raízes do movimento do magistério que obteve destaque político no contexto de lutas sociais e sindicais em 1978, partindo, portanto, das primeiras lutas do magistério paulista, em massa, na arena pública, isto é, a passeata ocorrida no final da década de 50, e finalizando suas análises com a conquista do novo Estatuto do Magistério em 1985, por ser considerado “o ponto de culminância de todas as mobilizações do período anterior” (p. 236).

As instituições, CPP e APEOESP, serviram como referências à pesquisa, em que fizeram entrevistas a professores militantes pertencentes à diretoria ou à base, e usaram jornais da época e materiais publicados pelas próprias entidades.

Alguns pontos ganharam ênfase ao longo da dissertação: o comportamento do professorado na esfera da política e do sindicalismo ainda no período anterior

aos anos 70 (o que possibilitaria ver a ocorrência, ou não, de transformação na atuação política da categoria em relação à sociedade e ao Estado); as razões de recorrer às formas de luta que lembram as da classe operária, como a greve e o associativismo sindical; a atuação e resistência dos professores durante o regime militar; as reformulações ocorridas na estrutura sindical de uma das entidades abordadas pela autora, a APEOESP. Além destes, as relações de gênero também se destacaram entre os interesses da autora, na medida em que havia a intenção de capturar as relações entre homens e mulheres, em especial, os comportamentos destes sujeitos tanto na profissão quanto no campo político-sindical.

Fábia Liliã Carminati (1993), por sua vez, teve por objetivo investigar os conflitos e confrontos vivenciados por mulheres-professoras durante um movimento de greve do SINTE/SC. A pesquisa apoiou-se nos depoimentos de nove professoras do magistério público catarinense, quatro grevistas e cinco não-grevistas.

Os sentimentos das professoras no momento da greve foram cuidadosamente problematizados. Dentre eles, destacou-se o medo, o qual foi também apontado como responsável por angústias, frustrações que vivenciavam as professoras e por conflitos “que exteriorizados, se transformam em confrontos” (idem, p. 15). Tanto as professoras que não aderiram à greve, quanto as que aderiram, tinham em comum esse sentimento do medo. Entre as não-grevistas, este era em relação a se “expor, correr riscos e, acima de tudo ao medo do desconhecido, que constantemente as ameaçava”. Já entre as mulheres grevistas, o medo era de receber “punições, descontos, assentamento de faltas em fichas funcionais, etc.” (CARMINATI, 1993, p. 73).

Além dos sentimentos, chamou atenção o modo das mulheres participarem da greve, revelando-se um jeito feminino de lutar e atuar, em que elas, por sua vez “jogam com papéis femininos e masculinos, desdenhando os estereótipos e os modelos. Praticam a greve, com humor, ironia [...]” (idem, p. 107). Comparando a outras categorias de trabalhadores também foi possível detectar “um jeito feminino de professora lutar” (idem, p. 16), acompanhado de materiais didaticamente preparados e marcado por um momento alegre e colorido.

A seguinte dissertação analisada foi o estudo de Corina Dotti (1994). O mesmo foi desenvolvido tendo como motivador a própria trajetória de mulher-professora vivida pela autora. O estudo investigou as representações de um grupo de mulheres-professoras, a partir de suas vivências no âmbito do trabalho docente e

no âmbito do trabalho doméstico. Foi nessa articulação das esferas pública e privada que se buscou compreender as representações de “seu destino humano; suas representações do aluno, da escola, do ensino, da função e sentido do trabalho que exerce, de porquê e para quê o faz” (idem, p.16), que foram sendo construídas por estas mulheres. Isso, segundo a autora, de algum modo, seria a investigação de si mesma. Participaram da pesquisa seis professoras da rede pública de ensino, que simultaneamente atuavam como donas de casa responsáveis por uma família.

A representação destas mulheres em relação à docência revelou que a profissão traz consigo uma possibilidade de ultrapassar as fronteiras do espaço doméstico em prol de maior emancipação e autonomia, portanto, apresenta um sentido libertador. Já as análises das vivências coletivas revelaram o desejo por parte das professoras de uma socialização maior entre seus colegas, da constituição de grupos permanentes entre seus pares para a realização do trabalho na escola. Em relação ao sindicato, a autora percebeu uma tendência de não-inserção das participantes do estudo nesse espaço coletivo, apontando que elas consideravam importante uma entidade representativa, mas não se sentiam parte desta.

A escola não apareceu nas narrativas como espaço sócio-político com compromisso democrático e formação cidadã, antes, era percebida como a “ação das professoras em sala de aula” (DOTTI, 1994, p. 129), amparada numa visão doméstica. Portanto, para a autora, seria justamente essa “representação doméstica da escola [que] torna possível o entendimento da aparente contradição entre o desejo de convívio com seus semelhantes, de participação de grupo [...], e a omissão e mesmo fuga do envolvimento no grupo sindical” (p. 131).

Um quarto trabalho analisado foi a pesquisa de Margaret Maria Chillemi (1997). Tomando por referência os chamados novos movimentos sociais que marcaram o final dos anos 1970 – em que surge o “novo sindicalismo” – e a crise dos movimentos na década de 1990, a investigação teve por objetivo refletir a respeito da militância, em especial “sobre os jeitos de ser e de fazer política” (idem, p.4). Para tanto, a autora trabalhou com a noção da produção da subjetividade pautada no paradigma estético de Deleuze e Guattari, enquanto “‘forma de ser’, um ‘jeito de ser’” (idem, p. 57).

Por viver de forma intensa o “boom” dos movimentos sociais e, posteriormente, uma possível crise sindical envolvendo dificuldades econômicas e de organização de novos militantes, o SINTEP constituiu-se no objeto de estudo, em

que foram realizadas as observações e entrevistas com dois docentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino. Desta forma, a autora buscou conhecer o jeito de ser militante de cada um, apoiada nas noções de gênero para investigar tal processo.

Os dados apontaram um jeito de fazer política da militante do sexo feminino ligado à afetividade. Neste aspecto, a amizade e solidariedade entre companheiros de luta caracterizavam sua forma de militar. Em direção contrária, situou-se o jeito de ser e fazer política do militante entrevistado, marcado pela dicotomia militância versus vida familiar e afetiva, resultando, inclusive, em rupturas de relacionamentos da vida pessoal.

Além das diferenças na constituição da militância dos entrevistados, ambos estariam enfrentando dificuldades com os modelos de militância disponível para cada um dos sexos. A autora concluiu identificando a necessidade de inventar outros jeitos de ser e fazer política.

O trabalho seguinte correspondeu ao ano de 1998. Sob a autoria de Maria de Lourdes Farias, a pesquisa parte do pressuposto que o campo do político tem como dominante os valores masculinos e, por sua vez, trata-se de mais um dos espaços em que as mulheres lidam com preconceitos e discriminações. Considerando este contexto, o objetivo foi refletir sobre as relações de gênero no âmbito da família, do trabalho docente e do espaço sindical, buscando averiguar “se há indicadores de novas formas de relações, novas formas de pensar a política e definir espaços de participação” (FARIAS, 1998, p. 2, 3).

A história de vida de professoras e professores sustentou a investigação, portanto, foram realizadas entrevistas com mulheres professoras que tivessem tido envolvimento ou, ainda, participassem de algum tipo de atividade militante, totalizando 14 depoimentos. Também foram entrevistados 6 professores homens.

Durante a abordagem das relações de gênero, nas três instâncias sociais pesquisadas, foi encontrada uma reprodução de práticas sexistas, mas também foram detectados, processos de rompimento da maioria das professoras com algumas dessas práticas, especialmente com práticas discriminatórias tradicionais, localizadas na família. O sexismo se mostrou muito forte nas dinâmicas do sindicato, e a autora chamou atenção para a necessidade de mudança nas relações presentes nesta entidade, principalmente para a superação do modelo masculino de militância.

Para Maria de Lourdes Farias (1998), a importância de analisar as relações de gênero, compreendendo os processos de desigualdades existentes entre os sexos, também estaria em poder contribuir para professores/as refletirem sobre suas próprias práticas de reprodução das relações desiguais entre os gêneros em sala de aula. Em sua concepção, educadoras e educadores não estariam dando a importância necessária às relações de gênero enquanto responsáveis pela organização das práticas sociais, assim como outras relações que estruturam a sociedade, tal como as de classe.

O último estudo selecionado, da década em questão, foi a tese de Cláudia Vianna (1999). Sua pesquisa investigou as dificuldades da organização coletiva de professores da rede pública de ensino de São Paulo, no período dos anos 1990. Num primeiro momento do trabalho, um diálogo aprofundado e crítico foi estabelecido com a produção acadêmica sobre movimento docente. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico dos textos acadêmicos sobre o assunto, produzidos entre as décadas de 1980 e 1990. A investigação também contou com 13 depoimentos, obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes de escolas estaduais paulistas.

O levantamento bibliográfico permitiu apontar duas principais tendências na produção nacional sobre organização docente. A tendência de um primeiro conjunto de trabalhos foi em abordar a ação coletiva da categoria sob um tom mais otimista, dando ênfase à capacidade de mobilização do professorado. Neste sentido, preponderaram nestes textos “o exame da consciência política e do pertencimento de classe” (idem, p.23). Uma segunda tendência foi trabalhar o tema da organização docente levantando a ideia de crise, especialmente ao se referir à ação sindical, que, aliás, foi o modelo privilegiado por ambos os grupos de dissertações e teses. A análise deste material bibliográfico foi feita buscando ver também se gênero era uma questão presente nos textos.

A investigação da crise da ação coletiva do professorado paulista não se focou unicamente na decomposição do modelo sindical, mas abriu margem para detectar a existência de outros modos de engajamento e construção da identidade coletiva: “a crise do engajamento pode indicar tanto o declínio das mobilizações quanto a quebra da hegemonia do modelo de militância sindical e o surgimento de novos modos de ação” (VIANNA, 1999, p. 18). Seguindo nesta linha de raciocínio, o

estudo empírico possibilitou o apontamento de uma possível recomposição da identidade coletiva docente através do trabalho desenvolvido no cotidiano da escola.

Por último, foram analisadas as pesquisas de Kátia Camargo (2007) e Joseane Bufalo (2009), desenvolvidas mais recentemente. A dissertação de Kátia Camargo (2007) foi sobre mulheres professoras da Subsecretaria Regional de Educação de Palmeiras de Goiás. A autora pesquisou o processo de não-engajamento sindical destas educadoras “relacionando-o a sua condição de mulher” (p. 14). Investigou, portanto, em que medida se encontravam incutidas nas docentes as políticas referentes aos seus direitos trabalhistas; o processo de adentrar ao mundo do trabalho docente; o grau de participação e importância da luta sindical para estas mulheres; e, por último, “como elas se justificam em função das condições de vida que têm e como convivem com os papéis sociais que lhes são atribuídos” (idem, p. 15).

A pesquisa se utilizou da aplicação de questionários e dela participou um total de 113 professoras da Subsecretaria, órgão constituído por nove cidades de sua jurisdição. Visitas a estas cidades e análise de documentos com dados dos/as educadores/as de tais municípios fizeram parte da metodologia, bem como um diário de campo. O SINTEGO foi a entidade que serviu de referência quanto à filiação e investigação do envolvimento sindical das professoras.

Para o desenvolvimento do estudo, a autora trabalhou com três categorias de análise: gênero, trabalho e participação política. Entre outros debates teóricos, problematizou o modelo neoliberal e suas consequências para a organização sindical brasileira.

Dentre suas conclusões, indicou que as mulheres/professoras pesquisadas “não se veem enquanto componentes de uma classe trabalhadora, com direitos e deveres, se veem como donas de casa e o trabalho como um bico, e, alienadas de seu trabalho, por esse motivo, não estão à frente das lutas de sua classe. Os vários papéis que a mulher/professora tem acabam por dissolver sua ofensiva sindical [...]” (CAMARGO, 2007, p. 146).

E, por fim, a tese de Joseane Bufalo (2009), que teve como objeto de estudo o STMC, buscou analisar o “modo como a profissão docente de creche está sendo construída nos movimentos de resistências culturais” (p. 9).

A pesquisa foi realizada a partir de documentos do sindicato, além de outros dois materiais publicados pela entidade: o caderno de poesias e revistas da área da

educação, no total de três, compostas por artigos de trabalhadores/as do serviço público municipal. É importante ressaltar que o sindicato em questão não é exclusivamente do setor da educação, abrangendo, igualmente, todas as demais categorias de trabalhadores e trabalhadoras do serviço público municipal de Campinas.

O foco na organização sindical das professoras de creche decorreu do entendimento de Joseane Bufalo (2009) de que a docência se constrói também na formação política e cultural das docentes e não somente no trabalho desenvolvido nas creches, sendo o sindicato, por sua vez, também uma “instância formadora” (p. 16). Ademais, o estudo explorou o sindicato como espaço de resistência cultural apoiado nas teorizações de Thompson (1981, 1998), investigando simultaneamente o que expressavam acerca das relações de gênero, a partir das atas da instituição.

Como um dos resultados centrais do trabalho esteve a descoberta da autora no que diz respeito às reivindicações das docentes de creche. Estas profissionais basearam a organização de suas pautas em questões como a formação docente, por exemplo, e não unicamente na melhoria salarial para a categoria, achado este que mereceu o título da tese: *Nem só de salário vivem as docentes de creche: Em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC-1988-2001)*.

Após discorrer rapidamente sobre os objetos, metodologias e principais resultados dos estudos em questão, detive-me, a seguir, na análise do uso do conceito de gênero nestes trabalhos.

5 Contemplando os usos do gênero

Para início deste capítulo, retomei o objetivo da pesquisa: como o conceito de gênero vem sendo utilizado em pesquisas sobre a organização sindical do professorado? Em busca de uma resposta a tal questionamento, destaquei, a seguir, quatro conclusões que apareceram como centrais, durante as análises do *corpus documental*, e que nos dão uma ideia de como se vem dando o uso do gênero:

- a) trata-se de um conjunto de pesquisas que se utiliza do referencial bibliográfico de Joan Scott (1990, 1995) para interpretação dos fenômenos sindicais docentes sob a ótica das relações sociais entre os sexos;
- b) portanto, a utilização do conceito de gênero faz referência à construção social das diferenças sexuais;
- c) como categoria de análise o conceito vem sendo usado para a investigação dos significados masculinos e femininos presentes na organização docente;
- d) o conceito também aparece voltado para discutir as desigualdades de gênero, com ênfase sobre as mulheres, o que implicou considerar a mulher no movimento docente.

Guiada por essas questões, passei à análise detalhada do material. Iniciei por uma discussão feita em torno dos dois primeiros itens, de forma articulada. Após, retomei o conceito de gênero incorporado como uma categoria de análise para investigações dos diferentes significados da organização coletiva para homens e mulheres e das relações sociais entre os sexos na militância. E, por último, analisei a tendência do uso do gênero implicar numa ênfase sobre a mulher. Grande parte dos trabalhos segue nesta linha de um interesse maior nas relações sociais, culturais e históricas que dizem respeito a elas.

5.1 No campo das possibilidades: um referencial em comum

A partir da década de 1990, o conceito de gênero ganha, aqui no Brasil, maior visibilidade e força entre as mais diferentes áreas do conhecimento. A autora Joan Scott, tornou-se uma grande referência enquanto alternativa teórica aos estudos que se baseavam no determinismo biológico para compreensão das relações entre os sexos. Em seu texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*⁸, elaborou uma definição do conceito que tomou o campo acadêmico instantaneamente. Tornou-se uma fonte bibliográfica recorrente pelo seu marco no campo do gênero.

A ideia introduzida de que “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), na verdade, tratou-se de uma formulação teórica, a fim de que, o conceito pudesse ser desenvolvido como uma categoria de análise. O que motivava a definição do conceito pela autora na busca por um caráter categórico e analítico, foi a necessidade de se compreender “como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico?” (idem, p. 74)

Scott (1995) tinha para si que tais questões não vinham sendo respondidas pelas concepções e usos do gênero que havia até então. Segundo ela, o gênero talvez pudesse ter surgido entre as feministas americanas, mas, por outra parte, não havia nenhum consenso quanto ao seu uso. Existia, na verdade, uma variedade de posições teóricas, bem como de simples referências às relações entre os sexos que não avançavam em suas análises sociológicas, para além de um exercício meramente descritivo de tais relações. A grande lacuna dessas abordagens descritivas, comum na época, foi que, não raras vezes, mantiveram-se presas à história das mulheres, ou, até mesmo, quando consideravam a experiência masculina e feminina em suas investigações históricas, não tinham o potencial necessário para questionar os paradigmas dominantes, o que significava um impedimento para desestabilizar o poder que os constituíam. Esse foi o contexto que levou a autora a pensar no gênero enquanto categoria analítica.

⁸ No Brasil o artigo possui mais de uma versão, assim apareceram diferentes datas ao longo do texto, (1990, 1995).

Souza-Lobo (1991), complementando essa ideia, remeteu a construção de gênero enquanto categoria aos impasses da teoria do patriarcado, das análises marxistas e das abordagens psicanalíticas. Desses impasses ocorreu a construção de gênero numa categoria em “busca dos significados das representações do feminino e do masculino, das construções culturais e históricas das relações de gênero” (p. 187).

Ora, como já dito, a autora Joan Scott (1990) apareceu como referencial de todas as pesquisas analisadas, tal como pode ser visto na continuação.

Na tese de Cláudia Vianna (1999), a compreensão de gênero encontrada pode ser definida como “uma construção de significados que perpassa as relações sociais nos mais diferentes espaços (SCOTT, 1990), entre eles a escola, as entidades e os sindicatos docentes e as ações coletivas neles desenvolvidas por professoras e professores” (VIANNA, 1999, p. 30). A partir dessa escolha teórica, investigaram-se os significados de gênero nas ações coletivas referidas. Assim, houve a análise do gênero como uma forma de dar sentido e constituir a organização social da militância, expressa através de significados masculinos e femininos presentes na ação coletiva.

No caso da dissertação de Margaret Maria Chillemi (1997), a autora também tratou de formas e jeitos masculinos e femininos na militância, porém adotou a crítica feita por Saffioti (1994) quanto à definição de gênero como “primeira maneira de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.16), tendo em vista que, “afirmar que o gênero vem em primeiro lugar, significa atribuir-lhe primazia sobre os demais eixos de estruturação social” (SAFFIOTI, 1994, p. 280). Devido à pretensão de Margaret Maria Chillemi (1997, p. 41) em trabalhar com a noção de produção de subjetividade que tem a “possibilidade de articular diversos aspectos que perpassam a formulação de um jeito de ser no mundo”, entendia que restringir-se às noções de gênero articulado à classe e raça/etnia, seria excluir outros importantes aspectos sociais da realidade do indivíduo militante. Mesmo diante desta crítica, a autora não explicitou qual seria então sua outra concepção do conceito de gênero, qual seria a compreensão adotada para trabalhar as relações entre os sexos na militância, uma vez que a discussão do referencial e do conceito de gênero deu-se em torno da compreensão de Scott (1990).

Nas demais dissertações e tese, embora o referencial e a definição do conceito remetesse à definição de Scott (1990), o uso do gênero implicou na

abordagem das desigualdades de gênero com ênfase maior sobre a mulher no movimento docente.

Duas dissertações se utilizaram da concepção de Scott (1990) em análises sobre o comportamento da mulher professora frente ao movimento de greve. Fábila Liliã Carminati (1993) investigou a mulher-professora no interior de um conjunto de relações socialmente construídas, captando, por sua vez, as ambiguidades, os espaços e conflitos que cruzam o mundo feminino, de grevistas ou não. Já Ruth Sant'ana (1993), embora não tenha citado Scott explicitamente no texto, usa uma definição de gênero que possibilitou fazer a associação, especialmente, por entender o conceito como “representações sociais construídas acerca da diferença entre os sexos” (SANT'ANA, 1993, p. 39). Neste sentido, trabalhou as representações sociais da docência (como o sacerdócio e a ideia de docente como ‘segunda mãe’) articuladas ao gênero, destacando como tais representações poderiam estar influenciando o temor, principalmente das mulheres, em relação ao movimento de greve.

As pesquisas de Corina Dotti (1994) e Kátia Camargo (2007) também se ampararam na definição do conceito de gênero de Scott (1990), tendo em comum considerar as condições sociais e históricas que socializaram as mulheres para falar da tendência de não sindicalização delas. Cabe salientar que embora trate dessa questão, o foco da primeira autora foi mais amplo, especialmente por investigar as representações de mulheres-professoras, não somente quanto ao sindicato, mas também quanto ao trabalho docente e doméstico.

Por fim, as investigações de Maria de Lourdes Farias (1998) e Joseane Bufalo (2009) falaram, respectivamente, da discriminação e invisibilidade que as mulheres sofreriam no sindicato, atentando para as relações de gênero que, no caso da tese de Joseane Bufalo, deu-se a partir da análise das pautas sindicais. Embora Joseane Bufalo (2009) se tenha baseado no estudo de Finco (2003), esta se apoiou igualmente nas teorias de Joan Scott para abordar o conceito.

5.2 Uma categoria útil de análise: o estudo dos significados masculinos e femininos no movimento docente

Os trabalhos de Margaret Maria Chillemi (1997) e Cláudia Vianna (1999), além de resgatarem o tema das dificuldades da organização docente frente à chamada crise sindical dos anos 1990, parecem ter em comum a preocupação com os jeitos e significados masculinos e femininos presentes na ação coletiva da categoria.

Quanto à primeira autora, concluiu, a partir de seu estudo empírico, que o gênero, tanto quanto a militância, “aparecem sustentados por regras e normas que se traduzem em modelos fechados em si mesmos [...]”, o que me pareceu indicar a necessidade de inovação dos significados de gênero – bem como na própria forma de militar –, ao passo que, “os militantes parecem se debater entre estes e a necessidade de construir outros jeitos, os quais não estão delineados” (CHILLEMI, 1997, p. 150).

A falta de outros jeitos de militar, apontada por Margaret Maria Chillemi (1997), foi possível de ser identificada a partir da perspectiva de gênero, debruçando-se nas diferenças presentes na construção da militância feminina e masculina. Os depoimentos revelaram uma militância feminina marcada pela articulação de dois elementos: a política e a afetividade. Estando esta militância longe de ser puramente política, fortalecia-se no afeto estabelecido com os companheiros de lutas. Portanto, foram os sentimentos de solidariedade e companheirismo que igualmente se destacaram nas ações e experiência feminina. Por outra parte, a autora identificou que a militância na vida do professor entrevistado acabou por provocar rompimentos nas relações afetivas. Neste sentido, “a militância deu forma a um jeito de ser que implicou em casamentos e separações, rompimento temporário com a sua família de origem, redefinição do quadro de amigos, etc.” (idem, p.122).

Ao comparar a forma de construção de militância entre ambos, Margaret Maria Chillemi (1997) destacou, também, o privilégio que era dado pelo professor às questões políticas e gerais enquanto militante, sem considerar as *especificidades* do movimento de mulheres, bem como, a forma “natural” que se apresentaram a ele o exercício de falar em público e a ocupação de cargos de liderança. Contudo, a

autora percebeu que o entrevistado, atualmente, mais consciente da negligência com sua vida pessoal, vinha procurando algumas rupturas com o modo como ocorria sua militância.

Se incongruências com o jeito de militar na vida do professor o faziam pensar em rupturas, incongruências também foram notadas na militância da professora, sobretudo, por se construir através de elementos que ficavam à margem do que geralmente vêm a ser os principais interesses das instituições sindicais. Havia, igualmente, preocupações da militante no interior do sindicato com questões ligadas às mulheres, bem como com a arte na entidade, expressa no seu desejo de propor um espaço à poesia para os/as professores/as. Este é, sem dúvida, um ponto importante de reflexão, quanto àqueles/as que não se enquadram no modelo de organização estabelecido nos sindicatos.

Portanto, dentre as principais verificações quanto à constituição da militância de ambos os sexos, destacaram-se justamente as dificuldades que enfrentavam com os modelos regentes, nos quais é reproduzido um jeito homogeneizante de ser que não corresponde aos desejos dos militantes. Isto levou, conforme dito inicialmente, a autora a falar da necessidade de se inventar e construir outros jeitos, tanto masculinos quanto femininos, de atuação sindical.

Por sua vez, o conceito de gênero se destacou na tese de Cláudia Vianna (1999) como uma das principais categorias de análise, chegando a autora a levantar a hipótese de que as dificuldades de organização docente na década de 1990, por ela pesquisada, “estariam também relacionadas à ausência do reconhecimento de um repertório relativo à tensão entre os significados masculinos e femininos presentes – ou ausentes – na ação coletiva da categoria” (p.72), enxergando, também, os aspectos relativos ao gênero como possíveis indicadores da recomposição da ação coletiva.

As entrevistas realizadas com docentes de escolas estaduais paulistas – em busca de mais informações sobre os limites e as possibilidades de construção de uma identidade coletiva – revelaram falas não neutras, marcadas por diferenças entre significados masculinos e femininos existentes no agir coletivo do professorado. São justamente estes significados que, durante a análise da crise da ação coletiva, foram identificados pela autora como um dos elementos que sofreram mudanças com o aparecimento de outras formas de ação, influenciando a própria mutação do agir coletivo docente.

Neste sentido, fizeram-se presentes nos relatos dos docentes tanto os significados masculinos e femininos denominados tradicionais, quanto a emergência de novos significados de gênero para o agir coletivo. Mas é válido observar que estes últimos acompanhavam as novas formas de engajamento coletivo, que, por sua vez, dar-se-iam no espaço das escolas, onde professores e professoras “não enfatizam [...] valores tradicionais trazidos da maternidade ou da paternidade, mas expressam uma visão do magistério e das relações coletivas nele estabelecidas ligadas à sensibilidade, à ênfase nas relações interpessoais e no vínculo afetivo” (VIANNA, 1999, p.175).

Deste modo, enquanto categoria de análise, o gênero contribuiu para observar o surgimento de uma solidariedade coletiva entre os/as professores/as, no espaço escolar, apoiada em atributos mais facilmente associados à feminilidade em nossa sociedade e que, por sua vez, possivelmente, estivessem sugerindo a construção de novas formas de recomposição da identidade coletiva, para além de um único modelo tradicional masculino e feminino no agir coletivo. Os/as professores/as entrevistados/as demonstraram certa superação em termos da tradicional separação entre masculino/feminino, entre a racionalidade e o afeto. Encontrou-se uma valorização das relações afetivas junto dos aspectos intelectuais, da sensibilidade, da dedicação individualizada a alunos/as, tanto por parte dos homens quanto das mulheres. Foi perceptível nos depoimentos a:

Afirmação de valores femininos como importantes para construção de novos significados para as ações coletivas de professores e professoras, contribuindo para a constituição de novas formas de recomposição do agir coletivo e da identidade coletiva para além da predominância de um único modelo de militância, bem como de masculinidade e feminilidade (VIANNA, 1999, p. 192).

Portanto, o olhar de gênero permitiu verificar que novas formas de viver a feminilidade e masculinidade, rompendo valores tradicionais do gênero, dar-se-iam mais facilmente no âmbito das escolas e não no âmbito do sindicato, onde Margaret Maria Chillemi (1997), como foi dito, percebeu a necessidade de inventar novos jeitos masculinos e femininos na militância.

5.3 Desigualdades de gênero: a mulher no movimento docente

Ao debruçar-me sobre as pesquisas, percebi que algumas temáticas tornaram-se comuns nas dissertações e teses, e nelas as discussões sobre as desigualdades de gênero com ênfase sobre as mulheres. Desta forma, as temáticas que emanaram da confluência de gênero e sindicalismo docente implicaram em considerar a mulher no movimento docente.

Certas discussões aproximaram os trabalhos, especialmente o magistério associado à mulher, e, as dificuldades existentes nas relações do sexo feminino com o sindicato.

O uso do conceito de gênero foi, sem dúvida, útil ao estudo da feminização do magistério, devido às representações e significados de gênero que aquele carrega. No entanto, não foram feitas maiores discussões quanto às representações desse trabalho – nem mesmo do próprio processo de feminização –, por exemplo, para os homens. O gênero nestes casos não foi abordado em seu aspecto relacional, as pesquisas seguiram a tendência de estudarem as condições sociais e históricas da mulher em relação à docência, como pode ser visto no próximo item.

Da mesma forma, o olhar de gênero ofereceu grande contribuição para a discussão das dificuldades das professoras na organização de sua categoria, o que me possibilitou enxergar possíveis dificultadores para uma participação mais efetiva das docentes, mas seu uso também esteve, de certa forma, voltado às condições sociais e históricas de gênero no caso das mulheres. Tais dificultadores foram discutidos no item subsequente.

5.3.1 Gênero e feminização do magistério

Ao olhar o conjunto de organizações e sindicatos docentes – objeto das dissertações e teses, descritos no capítulo anterior – predominaram as instituições que representam basicamente docentes da rede estadual e municipal da Educação Básica, não houve neste caso, por exemplo, sindicato representando a categoria docente de nível superior. Nota-se que é naquela modalidade de ensino que prevalece o maior número de professoras sendo, portanto, os sindicatos ligados

aqueles/as profissionais uns dos que se destacam quanto ao maior número de mulheres formando sua base, inclusive em relação a muitas outras categorias e classes de trabalho. Poderia, portanto, tal presença feminina passar despercebida pelas autoras?

Em resposta vi que a questão de uma significativa presença feminina não foi desconsiderada. Essa questão foi abordada, portanto, não diretamente por um viés quantitativo por sexo, no que diz respeito à formação das bases dos sindicatos, e, sim qualitativo quando, em especial, quatro dissertações trataram da feminização do magistério, indo além de apontar as mulheres como maioria no trabalho docente. Observando tais pesquisas, notei que uma das formas que o conceito de gênero se encontrava era articulado à feminização do magistério, ressaltando o processo social e histórico desse fenômeno, bem como o histórico processo de socialização das mulheres para atuarem como professoras. São elas: *Representações de mulheres professoras: incursões nos espaços público e privado*, de Corina Dotti (1994); *Nem só de salário vivem as docentes de creche: em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001)*, de Joseane Bufalo (2009); *Professores de 1.º e 2.º Graus: Representação Social e Mobilização Coletiva*, de Ruth Sant'ana (1993) e *Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve*, de Fábila Liliã Carminati (1993).

Como sabemos, já há algumas décadas surgiram investigações sobre a feminização da docência possibilitando maior compreensão e aprofundamento das análises sobre o trabalho docente, inclusive houve quem se detivesse nessa característica “enquanto fenômeno das relações sociais de gênero” (SILVA, 2002, p. 22).

Para Carvalho (1999, p. 45), questões interessantes vêm sendo levantadas por “pesquisadoras mais diretamente vinculadas aos debates da área de estudos de gênero [...] no sentido da compreensão das articulações entre feminilidade e docência, especialmente no ensino primário”. Neste sentido, voltando o olhar para o trabalho de Corina Dotti (1994), observei que a autora considerou que o exercício da docência, principalmente dos anos iniciais, enquanto um trabalho de mulher, “está imbricado às questões de gênero” (p. 13). A feminização da docência foi abordada para além de apresentar quantitativamente um deslocamento do masculino para o feminino. Uma das questões que conduziram a investigação sobre as

representações das mulheres-professoras foi, portanto, o motivo de escolher a profissão.

Considerando que a predominância feminina no trabalho docente “trouxe para a análise das questões educacionais o elemento gênero como constituinte dessa totalidade” (DOTTI, 1994, p. 28), a autora iniciou suas discussões procurando explorar o como e o porquê desta ocupação em massa da docência por mulheres, tratando de características do gênero feminino que passaram a constituir a profissão. Neste aspecto destacou alguns elementos como a ligação estabelecida entre o magistério e a domesticidade/vocação.

Apoiando-se no referencial de Bourdieu (1995), retomou debates em torno da divisão do trabalho, chamando a atenção para a naturalização da oposição acirrada no interior desta divisão quanto às atividades que foram definidas como de homem ou de mulher. É mencionado o vínculo do trabalho feminino à vida doméstica ao longo da história, relegado ao espaço privado e da reprodução, em contrapartida aos dos homens que historicamente atuaram no espaço público. Essa divisão, contudo, ganharia fronteiras visivelmente mais definidas com a industrialização no século XIX, em que as mulheres sofreram maior exclusão do trabalho produtivo.

A atividade docente através das características que foi assumindo, em especial ao longo da entrada das mulheres na profissão, seria uma atividade que, a princípio, então, não feriria a divisão do trabalho socialmente naturalizada. Ao contrário, conforme comenta Corina Dotti (1994), foi se consolidando como a profissão ideal para o público feminino enquanto “vinculada à extensão do trabalho doméstico, ao destino da mulher, pois que compreende o atendimento e a educação de crianças” (p.36).

Na tese de Joseane Bufalo (2009), por sua vez, a Educação Infantil foi trabalhada como atividade marcada pela indissociabilidade do educar e do cuidar. Nesta linha, a docência de creche foi discutida pela autora a partir de diálogos estabelecidos com estudos como os de Cerisara (1996) e Ávila (2002), que defenderam que a docência com meninas e meninos de 0 a 3 anos envolve atributos associados às mulheres, especialmente por ser uma atividade que tem, como um de seus princípios, o cuidado.

Essa forma de discutir a Educação Infantil adotada por Joseane Bufalo tem sido comum em diversos outros estudos. Rosemberg e Saparolli, por exemplo, falaram da profissão de educador infantil ter se constituído num trabalho feminino

não “porque aí encontramos um número maior de mulheres, mas porque exercem uma função de gênero feminino, vinculada à esfera da vida reprodutiva: cuidar e educar crianças pequenas” (ROSEMBERG, SAPAROLLI, 1996 *apud* SAYÃO, 2005, p. 45). Sayão (2005) também deu a entender que a docência na Educação Infantil se constituiu num exercício socialmente atribuído às mulheres, principalmente pela imagem que se tem da mulher enquanto um ser dócil, cheio de ternura, cujos “dons naturais” lhe capacitam “cuidar/educar as crianças” (p. 30).

Seguindo este raciocínio, o uso do gênero por Joseane Bufalo (2009, p. 116) esteve relacionado à feminização da docência de creche: “tendo em vista que essa carreira de docente de creche é uma profissão construída no feminino e exercida na creche e na instância sindical por mulheres, compoño as análises com a categoria de gênero”. A questão de gênero foi, portanto, concebida como um dos aspectos fundantes da profissão, pois, para a autora, além do corpo docente ser composto majoritariamente por agentes do sexo feminino, o próprio trabalho seria alvo de uma construção no feminino. Neste sentido, foi lembrado que a construção de uma profissão não ocorre de forma neutra.

Ruth Sant’ana (1993), por sua vez, esclareceu já de início acerca do uso do gênero em sua dissertação:

Considerando que a categoria de professores é majoritariamente feminina [...] e que tal dado é de extrema relevância para a análise proposta, procuramos introduzir as relações de gênero (homem-mulher) enquanto recurso analítico que permite uma melhor compreensão da realidade vivida por esta categoria de assalariados no campo profissional e associativo (SANT’ANA, 1993, p. 7-8).

Tendo em vista ser essa sua posição teórica, analisou o período chamado “milagre econômico” considerando, igualmente, as questões de gênero, buscando, a partir deste recurso analítico, falar de uma tendência mais forte da feminização do magistério neste momento. Trata-se, segundo a autora, de um tempo em que o ensino secundário paulista tornou-se majoritariamente feminino. Devido à ascensão social e à oportunidade de empregos que vão surgindo na área industrial, teria havido a saída de muitos homens do magistério para ocupar cargos mais rentáveis, e as mulheres, por sua vez, ocupariam o espaço abandonado. A autora lembrou as representações sociais construídas em torno dos sexos que legitimam este processo. Ora, os homens – com mais oportunidades de qualificação – seriam considerados capazes para o mercado de trabalho, enquanto as mulheres, seres

inferiores e desqualificadas que socialmente representavam ser, não estariam em condições favoráveis de concorrer a outras profissões. Além do mais, destinadas para o lar e cuidado dos filhos, restou-lhes o magistério como opção mais adequada, sem tantas resistências: “A discriminação de gênero presente no espaço do mercado de trabalho, ao lado da representação social do trabalho feminino [...] levam as mulheres a “escolher” o magistério” por falta de melhor opção (SANT’ANA, 1993, p. 151).

Já Fabia Liliã Carminati (1993) a partir da ideia do magistério ligado à mulher, mais especificamente da feminização da docência, falou da questão da proletarização, que entre outros motivadores, teria sido influenciada por este processo. No entendimento de Fábica Liliã Carminati (1993, p. 65), portanto, “pelas condições históricas de submissão da mulher, é provável que [a feminização] tenha contribuído para a proletarização da categoria”. Para essas observações sobre a composição feminina do trabalho docente, a autora destacou a importância de empregar o olhar de gênero.

É possível estabelecer um breve paralelo entre Fábica Liliã Carminati (1993) e Ruth Sant’ana (1993) quanto à questão da proletarização e gênero tendo em vista a feminização do magistério. Enquanto a primeira autora reforçou a importância do gênero para tratar dessa questão, principalmente se consideradas as condições sociais que teriam conformado o universo feminino e sua repercussão no mundo do trabalho, Ruth Sant’ana (1993) alertou que análises sobre a proletarização do professorado não fossem realizadas exclusivamente através do gênero. Ao considerarem-se somente as relações entre os sexos poder-se-ia incorrer no erro de responsabilizar unicamente a feminização dessa categoria pela ocorrência deste processo. Embora, é claro, o gênero tenha sido reconhecido como elemento fundamental para sua compreensão.

Esta última autora também se posicionou contra as alegações de que o ingresso das mulheres no magistério seria causa da defasagem nos salários e do desprestígio da carreira docente do ensino secundário paulista no período do “milagre econômico”. Ao contrário, pensa que a desvalorização salarial do magistério se deve também à ação do Estado, que não investiu financeiramente na educação de forma proporcional à expansão das escolas. Novamente o gênero apareceu em suas análises quando da discussão de que o Estado teria aproveitado as representações sociais em torno das mulheres para garantir a ampliação na

prestação de serviço, mesmo que através da exploração da mão-de-obra feminina. As condições sociais das mulheres teriam dificultado sua competição por funções mais bem pagas, eram assim mais suscetíveis a essa exploração.

Em geral, nestas pesquisas, o processo de feminização lembrou mais a construção social de símbolos e significados próprios da cultura do gênero feminino para a profissão, do que supostos atributos naturais das mulheres para a atividade. A ideia transpassada é a de que os estereótipos impostos socialmente às mulheres acabaram naturalizando habilidades femininas, como a de educar crianças.

Nessa forma de abordagem do magistério foi perceptível a contribuição da presença de gênero, especialmente quando da discussão acerca da construção de uma determinada visão de gênero sobre as mulheres/professoras, mostrando o seu caráter social/histórico. De forma coruscante, foi perceptível que uma visão de gênero sustentada por uma identidade feminina cuidadosa, carinhosa, meiga, foi utilizada para justificar a viabilidade das mulheres em ocuparem o cargo de professoras. Isso significou vantagens, também, para os órgãos públicos na época, conforme anteriormente mencionado, que podiam desembolsar menos verba financeira, devido tratar-se de professoras mulheres, as quais geralmente não eram responsáveis pelo sustento dos lares, mas consistiam em apenas complementar a renda familiar.

Além do mais, a tradicional visão de gênero predominante sobre as professoras que relaciona o magistério à domesticidade e maternidade, enquanto supostas funções femininas e que, de certo modo, sustenta o processo de feminização da categoria, foi discutida em três trabalhos. São os casos das dissertações já mencionadas: *Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve*; *Representações de mulheres professoras: incursões nos espaços público e privado* e a dissertação intitulada *Nem rosa, nem azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato*, de Maria de Lourdes Farias (1998).

A respeito da primeira dissertação citada, cabe dizer que, o gênero também foi importante para contextualizar historicamente a mulher (professora), a quem Fabia Liliã Carminati (1993) procurou analisar, começando por uma reflexão sobre o binômio lar-trabalho. A hipótese levantada é de que “a forma pela qual a mulher assumiu o trabalho pode ter sido reflexo de sua autodefinição social” (idem, p.85). É neste aspecto, portanto, que a opção pelo magistério por parte de algumas das professoras-pesquisadas haveria ocorrido, principalmente, pela ligação que a

imagem social de ser feminina parece ter com os papéis de mulher, mãe e professora. São exatamente estes dois últimos papéis que se destacaram durante as investigações sobre os conflitos e confrontos vivenciados pelas pesquisadas no movimento de greve, pois a autora percebeu “a ambiguidade entre ser professora e mãe” (CARMINATI, 1993, p. 89).

Fábria Liliã Carminati (1993) comentou a ligação do magistério com a maternidade, a qual envolveria uma ligação afetiva forte entre professoras e alunos, remetendo a um jeito pouco profissional de enxergar o magistério. Não haveria problema de ver o magistério como ocupação feminizada, no entanto não poderia ser considerado como prolongamento de ser mulher, o que colocaria em risco o caráter público e profissional da docência.

Contudo, o magistério na visão dessa dissertação não deixou de representar a saída da esfera privada e teria se constituído, para as pesquisadas, em uma “fuga do lar” (CARMINATI, 1993, p.88). Embora isto não se desse sem conflitos! Conforme salientou a autora, a mulher reconhece que há uma socialização do feminino para o cuidado da família e do lar, difundidos pelos valores patriarcais. Desta forma, ela estaria apresentando uma resistência a estes valores quando opta pelo trabalho extradoméstico e rompimento de seu confinamento ao espaço privado. No entanto, algumas das falas das entrevistadas revelaram dilemas, pois o estar inserida no espaço público é acompanhado de enormes preocupações com o seu papel social, que deve cumprir no âmbito doméstico, enquanto mulher: além de professoras, são também esposas e mães. Isso resultaria, em alguns casos, até numa tripla jornada de trabalho. Assim ficou claro que é em meio a conflitos, momentos de resistência e outros de submissão que as mulheres pesquisadas conciliam o “trabalho de casa com o trabalho fora de casa” (idem, p. 88).

Neste sentido, as professoras dividiam o dia entre escola e lar, entre público e privado. Porém, ao observar as professoras não-grevistas na escola, a pesquisadora constatou que estas escolhiam ficar no espaço perpassado por representações da esfera privada: a cozinha da instituição. A esse respeito, Fábria Liliã Carminati (1993) entendeu que a cozinha as remetia de volta aos compromissos domésticos, às suas casas: “Penso, então, esta busca pela cozinha como consequência das ambiguidades existentes entre ser mulher, mãe, esposa e professora” (p.102).

Corina Dotti (1994), por sua vez, constatou, nas narrativas de suas entrevistadas quanto ao entendimento a respeito do trabalho docente, elementos

que lembram a domesticidade e o materno. Os discursos proferidos por elas denotavam “o entendimento de que o trabalho docente, tal como o trabalho tradicional da mulher – doméstico ou de maternagem – existe e se justifica em função de outrem” (DOTTI, 1994, p. 53). Seguindo esta linha de pensamento, foi perceptível que as condições em que as mulheres se sentiam realizadas, produtivas, enfim, davam-se em torno do quanto o aluno avançou, progrediu e elas lhes foram úteis.

Sobre isso, é possível acrescentar que essa importância do *outro* para as mulheres, destacada pela autora, pode ser encontrada como uma das ideias centrais de estudiosas pertencentes ao denominado “feminismo da diferença” como Carol Gilligan (s.d.). Em sua obra, traduzida no Brasil como: *Uma voz diferente. Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta* (s.d), a autora questionou as teorias sobre o desenvolvimento humano formuladas tão somente a partir de experiências com homens e meninos. Realizou, portanto, estudos sobre desenvolvimento moral com participação também das mulheres. Referente a elas, notou-se uma infância e adolescência em que se prezam os relacionamentos e valoriza-se o cuidado para com o outro. A conexão e a ligação com as pessoas seriam elementos presentes na formação de sua identidade de gênero

[...] as vozes masculinas e femininas falam tipicamente da importância de diferentes verdades, a primeira do papel da separação enquanto define e fortalece o eu, a última do processo em curso de ligação que cria e mantém a comunidade humana (GILLIGAN, s.d., p. 168).

Ademais, Corina Dotti (1994), utilizando-se da obra de Elena Belloti (1981) *Educar para submissão*, abordou a distribuição dos brinquedos para as crianças, conforme o sexo (a boneca às meninas e o carro, a arma, aos meninos, etc.), como exemplo dos elementos presentes no processo de formação que influenciarão as crianças na sua subjetividade, delineando “suas representações da vida adulta” (DOTTI, 1994, p. 71) de acordo com os diferentes estereótipos de gênero propostos culturalmente para homens e mulheres. Pretendia-se ressaltar com este tipo de debate que a educação e os papéis sociais reservados às mulheres dificultam o desenvolvimento da competência requerida para atuarem na esfera pública/política. Assim, ficariam destinadas socialmente como as únicas responsáveis pelo espaço doméstico. E, no caso de suas entrevistadas, o trabalho docente – isto é, a

oportunidade de saída das mulheres do lar – não modificou a concepção social de suas responsabilidades pela casa, ao contrário, apenas acarretou em uma dupla jornada de trabalho. Por outra parte, modificações passaram a ser percebidas na rotina escolar que se assemelhavam, portanto, às rotinas domésticas.

No entanto, a ligação entre o magistério e o doméstico explorada por essas duas dissertações não foi o único ponto em comum. Outro ponto de convergência das autoras foi em relação aos sentimentos contrastantes das professoras no que diz respeito ao doméstico e à profissão. A definição de docência encontrada por Fábila Liliã Carminati (1993) entre suas pesquisadas foi de autorrealização e de vida, o que a conduziu à seguinte inferência: “A vida significa o contrário de morte. Morte por permanecer apaticamente presa ao espaço doméstico, enquanto que o trabalho fora de casa devolve o convívio dinâmico e ativo da vida” (p. 89).

Em relação às representações do trabalho docente investigadas por Corina Dotti (1994), encontraram-se sentimentos positivos ‘me sinto realizada’, ‘era tudo o que eu queria’. Já acerca do trabalho doméstico, os sentimentos caminharam no sentido contrário, este foi encarado como cansativo e repetitivo.

Vale destacar que tais retratos da vida doméstica captados pelas autoras mostraram que as mesmas se distanciaram do olhar parcial mencionado por Sorj (1992):

representar as relações familiares como o reino do afetivo, da intimidade e da gratuidade nos parece extremamente parcial. Foi justamente a ideologia da domesticidade, construída nestes termos, que o feminismo procurou criticar ao revelar a intensa carga de conflitos, ódios, violências e competição presentes nas relações familiares. Foi sempre este o lado obscuro, não dito, não reconhecido da vida doméstica que as mulheres tiveram tantas dificuldades em exibir e reconhecer para si próprias, por vezes, como vítimas e, outras vezes, como agentes desses sentimentos e práticas (SORJ, 1992, p. 147).

Por fim, Maria de Lourdes Farias (1998), ao discutir a entrada das mulheres no trabalho docente, igualmente entendeu que foram sobrecarregadas com dupla jornada de serviço. A saída da mulher para o mercado de trabalho não teria rompido com a visão de que seu espaço “natural” é o âmbito doméstico. Seguindo nesta linha de raciocínio, encontra-se a crítica de Silva (2002, p. 97): “a questão é que a imagem da mulher não sofreu grandes mudanças, sendo ainda muito limitada ao espaço privado. O que ocorreu foi a ampliação da funcionalidade da mulher [...]”.

Para Maria de Lourdes Farias (1998), o sucedido foi uma sobrecarga da mulher, que continuou no papel de legítima responsável pela casa, do cuidado dos

filhos, uma vez que não ocorreu uma real divisão das tarefas do lar com os homens. Percebeu que estes apenas se limitariam a prestar ajuda, enquanto elas sim, seriam supostamente dotadas de condições de assumirem o papel de donas de casa, o que, de certo modo, as legitimariam a trabalhar no magistério, por ser este concebido como extensão do lar e semelhante à função de mãe.

5.3.2 Elementos dificultadores da participação das docentes no movimento sindical

Em geral, as questões salariais continuam entre as principais causas de luta dos sindicatos. Por mais que tenham sido implantadas ações visando tornar as instituições sindicais mais democráticas em prol de uma participação efetiva das chamadas minorias sociais, o que tem sido realizado nesse sentido, bem como a atenção despendida para estas questões não pareceu suficiente contra os preconceitos nestes espaços. Este constituiu um dos tópicos que se destacaram entre estas dissertações e teses preocupadas com as relações de gênero. Dificuldades enfrentadas pelas mulheres a respeito de sua inserção e participação mais efetiva no movimento sindical acabaram sendo abordadas na maioria dos trabalhos.

As discussões das autoras em torno das dificuldades repetiram-se em diferentes pesquisas, configurando então o que chamei aqui de elementos dificultadores de uma maior participação sindical das docentes. Isto não quer dizer que não há nenhum registro de sindicalização, mas sim que há dificuldades de participação em função da condição de gênero da mulher.

5.3.2.1 Condições sociais de gênero: dificultadores exógenos (extrainstitucionais)

Mesmo que não tenha sido seu objetivo, de certo modo, o conjunto desses trabalhos, ao se utilizar de uma perspectiva de gênero, mostrou como as próprias

condições de gênero nas quais as mulheres estão inseridas, muitas vezes não estão presentes apenas em sua formação pessoal, mas também conformam um modo passivo de luta, ou uma participação político/sindical em que é necessário avançar. Ou seja, as condições de gênero parecem ser, em algumas situações, responsáveis pelos elementos dificultadores⁹ da relação entre mulher e sindicato e, neste aspecto, as entendi como fatores exógenos (extrainstitucionais), pois, embora influenciem na atuação sindical, originam-se fora do âmbito institucional, isto é, na sociedade como um todo. Conforme vimos nas conclusões da dissertação *Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho*, de Katia Camargo (2007, p. 146), acerca das professoras investigadas: “Os vários papéis que a mulher/professora têm acabam por dissolver sua ofensiva sindical [...]”.

Este tipo de abordagem, pode-se dizer, viria ao encontro do desafio apontado por Valadares:

despertar as mulheres para a luta social e política, **mostrando como as condições de gênero impedem ou limitam a participação da mulher na sociedade e nas suas instâncias sociopolítico-culturais (sindicatos, por exemplo)** (VALADARES, 1995, p. 28, grifo meu).

As dissertações de Maria de Lorde Farias (1998) e Ruth Sant’ana (1993), por exemplo, comentaram acerca da educação recebida pela mulher enquanto mais um óbice para participar de movimentos sindicais. Ruth Sant’ana (1993) fez menção a este aspecto como algo que dificulta às professoras organizarem-se em busca de valorização profissional. Tomando por referência as construções sociais, destacou que a mulher foi educada “para ocupar posições subalternas em relação aos homens [...] isto dificulta a sua organização no sentido de valorização da profissão, da atuação sindical” (idem, p. 160).

Neste sentido, as observações feitas por Bruschini (1987) acerca da mulher no mundo do trabalho, já estabelecia ligação entre o baixo poder reivindicatório das mulheres e sua própria socialização: “seu menor poder reivindicatório, consequência de um processo de socialização voltado para converter as mulheres em seres dóceis e submissos” (p.59).

⁹ Há interessantes estudos, principalmente fora do campo da educação, discutindo e buscando encontrar os fatores dificultadores de uma participação sindical feminina (MUNRO, 1999 *apud* SANTANA, 2009; SANTANA, 2009).

Em resumo, a tradicional visão do amor materno e da domesticidade, que basicamente definiram, por muito tempo, as condições do gênero feminino, foram trabalhadas nas pesquisas e demonstraram influenciar negativamente a relação mulher e sindicato.

a) O mito do amor materno

Para Silva (2002), a imagem da mulher segue ligada à maternidade, sendo o Estado, a sociedade e a família beneficiados pela naturalização desta ligação mulher/maternidade, ao passo que serve de garantia para se impor sobre as mulheres a maior parte das responsabilidades reprodutivas e domésticas.

Discute-se hoje que o tão *divino* amor materno – sentimento de uma força do qual o homem supostamente jamais experienciaria e acompanhado de intuições que Deus daria unicamente à mulher pela sua prole – foi, na verdade, condição socialmente imposta ao gênero feminino como atributo natural das mulheres. Neste sentido, não poderia deixar de citar o texto publicado por Elisabeth Badinter na década de 1980 e intitulado *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. A autora analisa a maternidade não como algo da natureza feminina, sustentando, após um longo estudo, a ideia de que a existência de um instinto materno não passaria de um mito.

Foi a maternidade, enquanto condição social geralmente imposta às mulheres, que Fabia Liliã Carminati (1993) deixou transparecer, em sua dissertação, como elemento que poderia estar sendo um obstáculo para professoras que investigou participarem da greve. Ou seja, a autora questiona o mito do amor materno que carregariam as professoras.

A autora percebeu nas falas das pesquisadas certa confusão entre o biológico e o profissional, especialmente quando se relacionou a opção do magistério à maternidade. Algumas entrevistadas defenderam inclusive que a opção por ser professora deveria ter como precedente a experiência maternal. Nesta concepção, a escola se torna um segundo lar enquanto os alunos são vistos como filhos. As análises de tais falas indicaram, portanto, que ambiguidades como “ser professora é ser mãe e ser mãe é ser professora” (CARMINATI, 1993, p.91) aparecem mais entre

professoras que não aderiram ao movimento de greve. Assim “parecem se mostrar mais apegadas às exigências ou ao perfil tradicional de professora-mãe, responsável (sempre) por seus alunos-filhos e demonstram dificuldade de se inserir nos movimentos organizados pela categoria” (idem, p. 91).

Uma das principais hipóteses que pareceu surgir quanto à não-inserção nos movimentos de greve, foi o modo pouco profissional de enxergar a docência: “dificilmente as professoras de séries iniciais, percebem o magistério como força de trabalho, justificando a sua não-inserção nas lutas docentes” (idem, p.104). Nota-se que, para a autora, a ligação afetiva muito forte que as professoras estabelecem com os alunos, especialmente no caso do magistério ser concebido como prolongamento do papel de mãe, remete a este modo: “O resultado dessa ligação afetiva, entre a professora e seus alunos, salientando-se acima de outros fatores, me dá ideia de um jeito pouco profissional de ver a profissão” (idem, p.94).

Fábria Liliã Carminati (1993) comentou, portanto, a provável dificuldade que enfrentarão as professoras na participação de movimentos organizados e nas lutas enquanto não romperem com o mito do amor materno e com a visão de devotamento da esposa perfeita.

Na mesma linha de raciocínio, a dificuldade de participação nas greves por parte das mulheres também foi mencionada na dissertação de Ruth Sant’ana (1993). Novamente a visão tradicional do magistério associado à maternidade, de certa forma, pareceu influenciar na relação mulher e movimento docente.

Ao abordar o caráter sacerdotal como uma das representações sociais do magistério, à luz do conceito de gênero, a autora entende que o sacerdócio seria vinculado com maior representatividade à figura da professora, tendo em vista a função educativa que a mulher já cumpria na família, além de possuir em sua natureza feminina atributos (bondade, afeto, etc.) que a tornariam mais capaz que os homens para educar as crianças, sendo a visão da professora como uma segunda mãe. Porém, essa visão tradicional de sua função social enquanto ‘segunda mãe’ seria a provável razão para as docentes optarem por entidades como o CPP para representação de sua categoria, por aderir a greve em último caso:

Ter como entidade representativa uma associação com as características do CPP pode ser uma opção clara para as professoras que apresentam a visão tradicional de sua função social enquanto a “segunda mãe”, pois a sociedade acusa aquelas que não cuidam adequadamente da educação de seus “filhos”. Fazer greve pode representar uma situação de conflitos com

os pais, com a direção da escola e até com o marido (SANT'ANA, 1993, p. 67)

Haveria um temor das greves por não desejar interromper o trabalho em sala de aula, o que prejudicaria o aprendizado das crianças que estão sob sua responsabilidade. Por outra parte, defrontam-se com a imprescindibilidade de lutar por melhorias salariais devido às frequentes perdas econômicas. Assim, o movimento de greve pode representar uma situação de conflito para as professoras.

Se as autoras possibilitam uma interpretação de que o mito do amor materno seria uma possível dificuldade para participação no movimento docente, Shirley Miranda (2008)¹⁰ parece corroborar ainda mais esse argumento durante sua investigação sobre um grupo de professoras que ocupavam a liderança sindical. A autora mostra, a partir dos relatos colhidos, que uma forma de conciliar a maternidade e uma militância ativa foi através do que chamou de maternidade liberada – na qual a criança não se torna o centro para as mulheres. Evidenciou-se assim a maternidade como uma construção política, em que se procurou inventar formas de vivê-la ‘sem prejuízos’ para as outras áreas da vida feminina, como participação no sindicato. Teria sido a maternidade liberada uma alternativa encontrada pelas mulheres para romper, conforme Fábria Liliã Carminati (1993), com o mito do amor materno?

b) Doméstico: espaço *institucionalizado natural* da mulher

Segundo as palavras de Souza-Lobo (1991, p. 75): “o trabalho doméstico faz parte da condição de *mulher*”. A domesticidade, uma marca e condição ainda hoje

¹⁰ A tese de doutorado de Shirley Aparecida de Miranda (2008) não fez parte do *corpus documental* desta dissertação por questões unicamente metodológicas, uma vez que a seleção de pesquisas através dos resumos do Banco de Teses CAPES ocorreu com o uso de palavra-chave e termos relacionados especificamente ao sindicalismo **docente**, e essa especificidade não constava no resumo da autora, o que me impediu de ter o conhecimento que seu trabalho, embora não fizesse menção, constituía-se de entrevistas com dirigentes sindicais **professoras**. Tal informação só foi obtida durante um evento científico (*Fazendo Gênero*) em que a autora apresentou trabalho referente à sua tese. Tendo em vista, já estar próximo o prazo final do mestrado, decidi por não incorporar a pesquisa, devido ao tempo e, principalmente, pelo interesse desta dissertação ser mais sobre como se vem dando a aproximação das temáticas gênero e sindicalismo docente, do que a quantidade exata de pesquisas existentes sobre o assunto.

fortemente associada às mulheres, transpareceu nos trabalhos como mais um dificultador na vida feminina quando do interesse por atividades políticas e sociais¹¹. É interessante lembrar que Edith Piza (1994), de algum modo, aborda a influência que pode exercer o trabalho doméstico ao comentar seu caráter cultural e socialmente adquirido como definidor das atividades ditas femininas. Chama atenção que muitos estudos vinham tratando o trabalho doméstico como objeto isolado, não observando “o peso que sua presença, inexorável na vida da maioria das mulheres, poderia ter sobre outras atividades desempenhadas por elas” (idem, p.79-80). Equívoco que parecem não cometerem as pesquisas aqui, pois a esfera doméstica foi frequentemente mencionada pelas autoras ao discutirem a participação sindical.

A influência da vida doméstica na atuação sindical das mulheres vem ser abordada, especialmente, por três trabalhos. No caso de Corina Dotti (1994), discutindo as questões salariais do magistério, a autora percebeu que havia o consenso entre os sujeitos de sua pesquisa de que se tratava de um valor baixo, e que isto as mantinham na dependência financeira, especialmente de seus maridos. Embora as narrativas ao longo da pesquisa demonstrassem desejos de autonomia por meio do trabalho remunerado, elas não teriam se mostrado dispostas a lutar no sindicato por melhorias salariais. Neste sentido é que foram destacadas algumas hipóteses que poderiam estar interferindo na participação sindical das mulheres, relacionadas a “representações atávicas dos papéis da mulher e do homem ainda em vigência no sistema patriarcal [...]” (idem, p.110):

- i) a dupla jornada de trabalho, a doméstica e a docente, assumida pela mulher legitimaria uma remuneração também dupla. Neste caso, o marido, sendo o chefe da casa, a remunera, concedendo-lhe ajuda em suas despesas, não havendo mais tanta necessidade de lutar sindicalmente por aumento na renda;
- ii) participar de reivindicações em locais públicos, gritar, manifestar, não deixaria de significar, no caso das professoras, uma ruptura com os papéis tradicionalmente vinculados à mulher. Logo parece ter havido um acordo

¹¹ O trabalho doméstico – diante da forma que tem sido distribuído socialmente sobrecarregando as mulheres – frequentemente foi destacado em diferentes pesquisas sobre sindicato como atividade que dificulta uma maior participação das mulheres (ALVES, 1999; CARVALHAL, 2003; LEONE, TEIXEIRA, 2010; SANTANA, 2009).

- tácito, em que o homem ajudaria nas despesas da mulher, que se mantém no espaço que lhe foi concedido;
- iii) talvez fosse menos ameaçador ao machismo do homem contribuir nas despesas da mulher do que lhe dar permissão para participar do sindicato, expor-se na rua por melhores salários, tendo em vista a hipótese de que apoiar economicamente reforça a potência do homem;
 - iv) a extensa jornada de trabalho seria outro obstáculo. As inúmeras atividades desenvolvidas enquanto mãe, esposa, professora, dificultariam a participação da vida política e sindical;
 - v) a família teria, portanto, a preferência na distribuição do tempo feminino (DOTTI, 1994).

Pode-se observar que, a maioria das possíveis causas apontadas pela autora como limitadoras da participação das professoras no sindicato, ao fim e ao cabo, remetem à condição de mulher/doméstica em que as professoras se encontravam.

É interessante salientar que a última hipótese aparece em outros estudos como uma das principais razões para fraca participação feminina nos sindicatos, como no caso da investigação de Santana (2009) em que as responsabilidades familiares seriam um dos maiores motivos da falta de tempo para participação.

Além destas hipóteses, reforça tal questão a representação doméstica da escola que a autora deu a entender que poderia estar influenciando a não-inserção das professoras no grupo sindical. Dado que a escola não é percebida como espaço social e político, mas antes, como a “ação das professoras em sala de aula” (DOTTI, 1994, p.129) amparada numa visão doméstica, a autora destaca:

A função docente libertou em parte a mulher da sua função na casa e possibilitou-lhe a constituição de sua individualidade, pois que detém na escola nome, função, trabalho e salário, no entanto, a representação doméstica da escola torna possível o entendimento da aparente contradição entre o desejo de convívio com seus semelhantes, de participação no grupo [...], e a omissão e mesmo fuga do envolvimento no grupo sindical que a maioria das narradoras assinala como exterior a si. A praça, a rua, o público, o coletivo, espaço de ação que existe e deve existir, mas não é reivindicado para si (não é o meu lugar, é o lugar deles) (DOTTI, 1994 p. 131).

A realidade investigada por Katia Camargo (2007), por sua vez, é de mulheres que se deparam em sua região com fortes discursos de modelo patriarcal, sendo ainda muito presente a ideia de que o sustento é de providência masculina.

Desta forma, o trabalho desenvolvido pelas professoras seria encarado como algo complementar à renda familiar, uma ocupação transitória, reforçando o pensamento de que não pertencem a uma classe. Em decorrência, estaria a maior aceitação de baixos salários, não se constatando muitas reivindicações ou a produção de reflexões sobre seus direitos.

Considerando este o contexto e, sob o olhar das relações de gênero, Kátia Camargo (2007) percebeu a atuação da mulher no trabalho, bem como sua participação política, ainda bastante limitada pelas condições de vida impostas socialmente a elas enquanto legítimas donas de casa: “mesmo conquistando seu espaço público, a mulher continua alienada ao ambiente doméstico. Suas ações no que se refere ao engajamento sindical fica no âmbito ideológico e não em sua prática” (p. 136). Esta seria, ao ver da autora, uma das amarras que impedem que a inserção da mulher no mercado de trabalho permita totalmente sua emancipação:

a imagem de mulher no mercado de trabalho, por mais que a tenha colocado em um ambiente público e de relações diversas, não permitiu totalmente sua emancipação, uma vez que não deixou de estar presa às amarras patriarcais e domésticas (CAMARGO, 2007, p. 138).

Esta passagem remete-nos à situação da mulher nos últimos anos, assim vista por Silva (2002):

Assim, a mulher, na última década, mesmo apresentando um novo padrão de comportamento e valores relativos ao seu papel social, ainda se defronta com as desigualdades impostas por sua condição de mulher e convive com uma imagem feminina cunhada em modelos considerados mais próprios ao seu sexo, ou seja, voltado para o espaço privado (p. 138).

Já Maria de Lourdes Farias (1998) entende a participação nas associações e entidades de classe como algo de importância para o desenvolvimento da postura crítica nas mulheres, especialmente à medida que debateriam sobre sua situação e posição social. No entanto, novamente foi perceptível a influência da condição do gênero feminino também nas análises desta autora, em especial a condição de doméstica. Para ela, a participação das mulheres em sindicatos torna-se mais difícil por inúmeros fatores, como a própria forma que foram educadas, a sobrecarga de trabalho, inclusive com mais de duas jornadas diárias. Homens e mulheres desfrutariam de condições desiguais para exercerem suas atividades políticas. As mulheres são socializadas de forma que os compromissos assumidos na esfera

doméstica com casa e filhos, não raras vezes, as impedem de uma participação mais efetiva, enquanto com os homens o mesmo não ocorre, pois as responsabilidades destes no âmbito doméstico não interferem em sua atuação militante.

Especialmente, a partir das abordagens destas três dissertações, surge uma intrigante questão, que parece ser propício expor aqui. Seria equivocado pensar que a domesticidade, com todos os avanços sociais que as mulheres têm vivido nas últimas décadas, continuaria sendo este dificultador em potencial para a participação feminina nos sindicatos, conforme é mencionado nos textos, muito devido ao que esta instituição tem representado para as mulheres? Ou seja, frente a sindicatos que não correspondem satisfatoriamente aos anseios femininos, reforça-se a ida das mulheres para o âmbito doméstico em que estas questões não estão em jogo? Pois, de certo modo, o espaço doméstico não é um local que precisa ser atraente para elas, sendo que por muito tempo foram destinadas somente para esta esfera como lhes sendo *natural*. Duas dissertações destacaram-se quanto às insatisfações das mulheres para com as ações do sindicato, mas antes vale a pena mencionar dois estudos bastante esclarecedores neste aspecto.

Numa extensa investigação sobre relações de gênero nas organizações sindicais portuguesas, mais especificamente, sobre as desigualdades de oportunidades entre homens e mulheres no espaço dos sindicatos, Vera Santana (2009) detêm-se sobre os fatores, as práticas e as representações que (re)produzem as assimetrias de gênero nos lugares de poder e decisão dessas entidades. Baseada em autores da área, fala de quatro fatores dificultadores para a participação das mulheres no sindicato, entre eles estaria a falta de empenho destas instituições para atender os interesses e as expectativas femininas. A estrutura e as ações sindicais não estariam atendendo às demandas das mulheres e, neste caso, não se descartaria a hipótese de que “o desinteresse feminino pelos sindicatos reside na organização e na atuação dos próprios sindicatos” (SANTANA, 2009, p. 51).

Guerrero Serón (1993) em seus questionamentos acerca da não sindicalização dos docentes, em especial quando investigou o magistério público da Comunidade Autónoma de Madri, apontou, entre os motivos para não afiliação: a má imagem dos sindicatos e sua falta de necessidade (GUERRERO SERÓN, 1993 *apud* FERREIRA, 2007). Mas que pistas deixariam então as duas dissertações,

inclusive contribuindo para as próprias instituições sindicais trabalharem quanto à sua imagem em relação aos docentes?

Ao traçar um perfil das mulheres professoras e se empenhar em conhecer também suas relações estabelecidas com o mundo de trabalho, Katia Camargo (2007, p. 15) identificou que “é mínima a quantidade de professoras dos municípios jurisdicionados a Subsecretaria Regional de Educação de Palmeiras de Goiás que fazem parte do cotidiano de lutas da categoria, participando das greves, das campanhas salariais, mobilizando os trabalhadores”.

Ao se deter na questão da não-participação sindical, a alegação que se sobressaiu entre as professoras, referente ao desinteresse à filiação, foi, principalmente, “não verem resultados para quem já é filiado” (idem, p. 137). Na opinião da maioria, o sindicato encontra-se fragilizado, precisando “ter mais união entre as mulheres”; “dar mais chances para reivindicar”; “criar mecanismos de igualdade”; “reconhecimento”; “interação”; (idem, p. 139), etc. Grande parte delas desconhece as ações promovidas pela entidade, além do mais, aproveita os dias de greve e paralisações para a realização de afazeres domésticos e da vida pessoal.

No estudo de Corina Dotti (1994), a visão que as mulheres-professoras construíram em torno do sindicato era de que se tratava de uma entidade necessária para categoria docente com função de defendê-la e lutar por seus direitos. No entanto, ao investigar o quanto as entrevistadas acreditavam na força do sindicato, alguns dos comentários apontavam uma organização sindical fragilizada.

O olhar atento da autora possibilitou sua percepção de que a forma com que as mulheres-professoras construíam suas falas sobre o sindicato revelava a relação estabelecida com esse tipo de organização: algo que lhes era externo, isto é, ao referirem-se ao sindicato, este era tratado pelo termo **eles** e, além do mais, “aparece como uma estrutura desvinculada das pessoas, forte ou fraca, mas sujeito de ações e estratégias nas quais a mulher não se inclui” (DOTTI, 1994, p.104). A tendência entre as mulheres foi da não participação que se justificou pela ausência de estímulo, achar que não funciona, que não vale a pena, entre outros motivos.

Deste modo, o viés de gênero foi sem dúvida fundamental para trazer à luz e discutir alguns obstáculos ao engajamento do professorado em suas lutas de classe, especialmente no caso das mulheres. No entanto, cabe uma ponderação a respeito da necessidade de maiores problematizações referentes às respostas dadas pelas professoras em relação às ações sindicais. Seria importante o desenvolvimento de

futuras pesquisas que continuassem a se aprofundar nas insatisfações femininas conforme as pistas que nos deixaram estes dois trabalhos, pois, sem dúvida, proporcionar-se-iam mais elementos para entendermos a não sindicalização por outros ângulos. Explorar a insatisfação que as mulheres têm demonstrado com os resultados alcançados pelo sindicato, as críticas apresentadas pelas professoras, bem como o apontamento de questões que elas julgam que deveriam ser também preocupações da entidade, se levadas em conta sob a luz do gênero, tornar-se-iam questões interessantes. Quiçá, não fariam surgir outras verdades acerca do não-engajamento sindical das professoras, além das que as autoras já conseguiram desvendar e esclarecer, como o fato de que as mulheres não se sentiam pertencentes a uma classe com direitos e deveres (CAMARGO, 2007), ou, por exemplo, o de receber ajuda financeira dos maridos conciliando a condição de doméstica à docência (DOTTI, 1994), ao invés de lutar sindicalmente?

A tese *Os nós do "nós": crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo*, de Cláudia Vianna (1999), parece instigar mais esta ideia quando descreve a insatisfação e as críticas relacionadas ao modelo de engajamento, as quais podem gerar um recolhimento da pessoa à esfera privada:

O modelo de engajamento no qual as necessidades do sindicato são postas em primeiro plano é paulatinamente colocado em questão e as críticas a esse modelo são causa tanto da redução no tempo dedicado à militância, quanto do recolhimento à esfera privada [...] (VIANNA, 1999, p. 199).

A pesquisa de Cláudia Vianna (1999), por sua vez, levanta uma questão diferente das demais acerca do doméstico e a militância. A autora trouxe para o cenário das mobilizações coletivas a existência do que seria uma característica forte dos novos modelos de militância. Trata-se de uma não-abdicação “das necessidades da vida pessoal e doméstica quando se está militando, e isso é feito por homens e mulheres” (p. 191). Esta harmonia, pode-se assim dizer, entre vida doméstica e militante, lembrou-me algo importante a ser dito aqui. As abordagens feitas ao longo desta dissertação acerca do doméstico, bem como do materno, interpretadas como elementos dificultadores da relação mulher e movimento sindical, não pretendem desvalorizar estas funções sociais em si, ou atribuir-lhes um caráter negativo.

O verdadeiro ‘problema’ estaria em como, socialmente, estas duas atividades têm sido distribuídas e valorizadas. O que se percebe é que tais atividades e funções sociais só se tornam elementos dificultadores quanto à participação sindical, pela forma como o sindicato foi estruturado desde sua origem frente a estas questões. Já dizia Souza-Lobo (1991, p.133): “a dificuldade fundamental em trazer mulheres para o sindicato é que os problemas das mulheres trabalhadoras não são adequados a nenhum sindicato”. O que ainda se constitui um desafio para as organizações sindicais mediante a larga tradição de não considerarem a vida doméstica, privada e familiar de seus/suas militantes, em contrapartida ao modelo de militância de tempo integral e de atender fundamentalmente aos interesses da esfera pública. E, diga-se de passagem, Maria de Lourdes Farias (1998) traz algo bastante verdadeiro quanto ao que foi discutido aqui, sobretudo, se for considerado que muitas das professoras que constituem as bases sindicais são também domésticas/mães:

O sindicato perde muito quando a classe enquanto categoria histórica se apresenta como homogênea, sem sexo, sem cor, sem idade. Perde ao não visibilizar as mulheres e assim ter elementos para a ação sindical. Perde, em não conseguir aglutinar um maior número de professoras, questionando o seu que **fazer cotidiano** enquanto mulher-professora (FARIAS, 1998, p.53, 54, grifo meu).

5.3.2.2 Relações sexistas no sindicato: dificultador endógeno (intrainstitucional)

Ser numericamente dominante não necessariamente protege as mulheres contra a discriminação e a hostilidade (WILLIAMS, 1995 *apud* VIANNA, 1999, p. 173).

Além dos dificultadores extrainstitucionais – as condições sociais de gênero –, a participação mais efetiva das docentes nos sindicatos também se depararia com relações sexistas dentro destas instituições, o que proponho aqui tratar como dificultador endógeno, porquanto integraria o próprio organismo sindical.

É importante que se diga, neste ponto, que as relações estabelecidas entre os homens e as mulheres com viés discriminatório e segregador, no âmbito institucional – principalmente contra as mulheres, nestas pesquisas –, é corolário das relações

entre os sexos construídas culturalmente e historicamente, quer dizer, os dificultadores endógenos nada mais são, de certo modo, do que reflexos dos dificultadores exógenos, ao mesmo tempo em que reforçam a naturalização das condições de gênero das mulheres na sociedade como um todo, em um movimento circular de retroalimentação.

Ao tratar das relações de gênero no sindicato, o estudo de Maria de Lourdes Farias (1998) reconheceu os avanços obtidos pela entidade nessa área, mas ainda o percebeu como um local de reprodução de práticas sexistas, com momentos de discriminação e preconceito contra o feminino. A adoção de políticas visando maior participação sindical das mulheres não teria garantido por completo o fim desse tipo de comportamento, o qual vemos aqui como mais um elemento dificultador na relação mulher e sindicato mantendo-se relações desiguais de gênero.

Para a autora, o novo sindicalismo teria incorporado as mulheres nas atividades sindicais, mas não superado a hierarquia construída entre os gêneros na entidade. Embora os movimentos sindicais tenham aderido a discussões acerca das relações de gênero e algumas iniciativas tenham surgido tendo em vista atenuar as desigualdades entre os sexos, para ela, o que se incorporou neste sentido, tem sido insuficiente para desestabilizar as relações hierárquicas de poder estabelecidas entre homens e mulheres. A incorporação feminina, portanto, não haveria terminado com o preconceito contra as mulheres no sindicato, pois foi identificado seu isolamento em momentos de importantes decisões. Isso lembra o exposto por Mary Castro (1995) sobre a exclusão das mulheres do aparato decisório do sindicato, como foi falado anteriormente. Para ela, essa exclusão estaria relacionada ao não-domínio do conhecimento político, da experiência e da linguagem convencional.

Outra questão levantada pela dissertação de Maria de Lourdes Farias (1998) foi a rígida separação do que constituiria, a princípio, o plano do geral e do que é considerado específico, como, no caso, a luta das mulheres, que, por vezes, foi acusada de desviar o foco de uma luta chamada geral. Esta observação lembra o que assinalou Souza-Lobo (1991) em sua pesquisa junto às operárias das fábricas e sua relação com o sindicato. Para esta autora, as reivindicações das mulheres sofriam um processo de ocultamento diante de outras reivindicações e solicitações, constatando que “as reivindicações gerais dos metalúrgicos não retomam as das operárias: a discriminação sexista desaparece ou permanece oculta num discurso unificador” (p. 41).

Seguindo este raciocínio, poderia pensar que o desafio estaria em superar definitivamente a concepção de classe trabalhadora como homogênea, por exemplo, considerando seu sexo, ou ainda, como sugere Valadares (1995) fundir o específico, neste caso, o tema das mulheres, ao que é considerado do plano geral (do sindicato).

Contudo, cabe aqui a observação de que Maria de Lourdes Farias (1998), em meio a esta visão geral do sindicalismo, não deixou de reconhecer avanços importantes no APP-Sindicato, especialmente o caráter positivo das resoluções e dos documentos da entidade passarem a tratar da necessidade de discussões e implementação de políticas de gênero, estimular o respeito às diversidades, buscar o término das discriminações sociais.

A dissertação *Produção de subjetividade, militância e gênero* de Margaret Maria Chillemi (1997) abordou preconceitos contra as mulheres quanto à sua capacidade de liderança. A autora falou de conflitos entre homens e mulheres decorrentes da resistência masculina quanto à candidatura feminina ao cargo da direção do sindicato, em que elas tiveram questionada sua capacidade de ocuparem a presidência. Ademais, a pesquisa dá a entender que, *naturalmente*, a visibilidade no sindicato pertenceria ao homem, enquanto a mulher precisaria passar por algumas exigências a fim de sair do plano do invisível, como o exercício de falar em público à categoria. Essa discussão sobre a invisibilidade feminina também aparece numa segunda pesquisa, desenvolvida após passada mais de uma década.

Nos estudos de Joseane Bufalo (2009), as relações de gênero compuseram um dos seus eixos para trabalhar a história do STMC, em especial para a análise de suas pautas de reivindicações. A autora observou que o sindicato tem, de alguma forma, trazido para seu interior debates acerca das questões de gênero, principalmente quando aderiu a uma nova forma de se organizar. A opção por uma gestão colegiada, em que há uma coordenação geral de três dirigentes, no lugar de um modelo presidencialista, mantendo vários departamentos com diferentes representações, entre eles o Departamento da Mulher Trabalhadora, teria influenciado uma organização hierárquica menos acirrada e uma participação mais ativa dos sujeitos no movimento sindical. Para a autora, essa organização do STMC, por meio de departamentos “com diferentes representações, expressa uma prática sindical que permite atuar com as diferenças nas relações de gênero e amplia o debate para outros fóruns de discussões, além do próprio STMC” (BUFALO, 2009,

p. 107-108). Além do mais, percebeu que a categoria buscava enfrentar as situações discriminatórias, como as que envolviam, por exemplo, as questões de gênero. Contudo, ao percorrer os documentos na intenção de captar as relações de gênero presentes naquele espaço sindical, notou que as mulheres docentes de creche, embora sujeitos ativos que eram nas lutas da entidade, não eram visíveis nas atas. Ou seja, ao analisar a presença feminina na trajetória do sindicato, as mulheres “tinham uma representação considerável no que se refere ao campo educacional e à trajetória de construção e de participação, solidificando espaços [...] Elas são protagonistas no STMC” (BUFALO, 2009, p. 112), mas, por outra parte, nenhum termo feminino correspondente à categoria das docentes de creche foi encontrado nas atas, as quais estariam representadas pelo masculino genérico.

Buscando o significado dessa ausência do feminino, a autora baseou-se no referencial de Cerisara (1996) e comentou que, caso as palavras estivessem no feminino, “estariam negando a possibilidade de uma profissão em construção e afirmando um emprego. Ou um trabalho e não uma profissão. Isso significaria uma ‘subordinação de gênero’” (BUFALO, 2009, p. 117).

Bruschini e Amado (1988) parecem ter uma explicação para tal fato. Analisando a produção acadêmica na área da educação, falam de uma impressão desconfortável quanto ao uso frequente do masculino genérico por parte dos/as autores/as, em situações que estariam abordando explicitamente as mulheres. Percebendo que essa recorrente inconsistência de gênero na linguagem dos trabalhos não era comum em outras ocupações femininas, inferiram que:

É possível que a ênfase no masculino corresponda à necessidade de reconhecer uma atividade que de outra maneira não seria vista como uma profissão. Em oposição ao mundo feminino doméstico, o âmbito do “trabalho” é estreitamente associado ao homem. A insatisfação encoberta por detrás do discurso da vocação seria assim compensada pelo recurso ao masculino, conferindo o caráter profissional à atividade docente (BRUSCHINI, AMADO, 1988, p.8).

A tese de Joseane Bufalo (2009), escrita mais recentemente, por uma parte, trouxe os grandes avanços obtidos neste novo milênio em relação ao espaço conquistado pelas mulheres que estariam em plena atividade e movimento em locais públicos e lutando por seus direitos. Por outra parte, mostrou que a luta contra a discriminação sexual não teria chegado ao ponto de terminar com a invisibilidade feminina no sindicato, pelo menos ainda não com uma linguagem genérica masculina, que muitas vezes ainda ocultaria a presença ativa das mulheres.

Estes apontamentos feitos pelas autoras de certo modo reforçam a necessidade de inventar novos jeitos femininos e masculinos indicados por Margaret Maria Chillemi (1997) no item anterior, sendo excelente se seguissem o exemplo encontrado por Cláudia Vianna (1999) no agir coletivo dos/as docentes no espaço escolar quanto à afirmação também dos valores femininos. Mas, todas essas pesquisas, independentemente de darem ênfase à mulher em suas análises ou buscar pelos significados de gênero na militância, tiveram em comum apontar o sindicato docente com uma cultura ainda predominantemente masculina.

6 O sindicato como espaço predominantemente masculino

configurar desde o ser humano mulher – formas de atuação [...] sindicais que não se ancorem de forma mimética aos procedimentos construídos pelos homens (DOTTI, 1994, p. 112).

As dissertações e teses, ora apontam um sindicato docente com possível predominância dos valores masculinos, ora possibilitam tal interpretação a partir dos seus resultados e discussões. Possuir uma base majoritariamente feminina parece não ter garantido às mulheres o reconhecimento necessário de suas diferenças e as mesmas condições que os homens na participação nos sindicatos. Como diria Margaret Maria Chillemi (1997, p. 100), em sua pesquisa: “não há dúvidas de que o sindicato e o partido são considerados territórios masculinos, que dificultam a participação da mulher”.

A construção da entidade representativa da categoria docente pareceu seguir, neste sentido, os moldes da organização operária baseando-se no masculino como “sujeito paradigmático” (BLASS, 1994 *apud* VIANNA, 1999), o que por outra parte, parece um tanto contraditório, se considerarmos que representa, nada mais nada menos que uma das profissões mais feminilizada dos últimos tempos.

Desejar dar acesso às mulheres não teria oferecido resultados plenamente eficientes, ao persistirem deficitárias e lacunosas as mudanças na visão acerca do feminino. Conforme a dissertação *Nem rosa, nem azul: relações de gênero na família, na escola e no sindicato*, “mesmo no movimento sindical mais avançado, a mulher aparece em maior número na periferia da organização” (FARIAS, 1998, p. 53). Reproduz-se a histórica divisão sexual do trabalho à medida que as mulheres atuavam muito mais como secretárias, fornecendo assessoria. Chamou-se atenção para os denominados “guetos” que se formariam no interior dos sindicatos, ao se referir à elaboração das políticas sobre relações de gênero ainda se restringir a comissões formadas por mulheres. Neste sentido, confirmado pelo que assinala Sartori (2001) de que o fato das mulheres estarem na diretoria do sindicato não significou ocupar os cargos considerados de maior ‘prestígio’ como a de presidente,

pois muitas delas estariam nas áreas de formação sindical e de cultura, e quanto às atividades envolvendo as relações de gênero muitas vezes eram constituídas em grande parte por mulheres.

Embora a pesquisa de Maria de Lourdes Farias tenha sido realizada há 15 anos, a realidade que apontou continua, em muitos sindicatos. Se acompanharmos, por exemplo, as diretorias sindicais das entidades que serviram de referência para este conjunto de trabalhos, suas secretarias e departamentos voltados para assuntos que envolvam relações de gênero e mulher são hoje¹² ainda ocupados, em sua grande maioria, pelo público feminino.

Os estudos, de alguma forma, ao se utilizar do gênero buscando os meandros das relações sociais, puseram em xeque a suposta ideia de um modelo sindical universal, já que, para muitos/as, este carregaria a marca masculina. Conforme Ferreira (2004, p. 407): “reivindicações de acordo com a diferença de gênero das mulheres só serão alcançadas pelo questionamento da noção de sujeito universal que, em última análise, é o sujeito masculino”.

O campo dos estudos de gênero, para Matos (2008), veio mostrar que em geral, nas ciências, a ideia de universal é “uma propriedade paroquial da cultura dominante” (p. 345), a qual em nossa sociedade é baseada em valores masculinos, de cor branca, cristã, heterossexual.

Ao retornar à dissertação de Maria de Lourdes Farias (1998), ter-se-á a afirmação da existência de um padrão masculino de inserção na militância sindical, aparentemente universal. Das reflexões advindas do feminismo para por em xeque o conceito que se tem de universal, a autora se importa com as relações de gênero identificando, e assim questionando, a suposta universalidade que predominaria no sindicato. A grande questão em jogo é que desmistificar o conceito de universal, cuja fundamentação atual ainda equivaleria a um padrão de masculinidade, possibilita desacobertar inúmeras desigualdades. Sem dúvida, à medida que as desigualdades são introduzidas no campo do visível, é que se dá o primeiro passo para criação de

¹² Informações referentes a março de 2014, ocasião em que foram consultados os sites dos sindicatos e averiguado o sexo das pessoas em cargos nas direções sindicais voltados para assuntos como relações de gênero e mulher. Em cinco das instituições os cargos eram representados por mulheres. Seguem os links das mesmas: <http://www.apeoesp.org.br/diretoria/diretoria-executiva/>; <http://www.sintego.org.br/diretoria/pagina/2>; <http://sintepbb.com.br/diretoria/>; <http://www.appsindicato.org.br/Include/Paginas/quem-somos.aspx>; <http://www.stmc.org.br/site/paginas/2/conheca-a-diretoria>. Apenas num dos sindicatos havia um Secretário de Políticas Sociais e de Gênero: <http://sinte-sc.org.br/o-sintesc/>.

uma atmosfera mais favorável para transformações importantes nas relações sindicais entre homens e mulheres.

Um dos pontos abordados pela autora foram as condições desiguais que homens e mulheres desfrutariam para exercerem suas atividades políticas. Inclusive a concepção de bom/boa militante, que, por ser avaliado também pelo tempo dedicado pelo sujeito, desfavorece em geral as mulheres, uma vez que a estrutura da sociedade ainda mantém sobre ela a figura da legítima dona de casa e guardiã dos filhos, restando-lhes menos tempo que os homens. Neste sentido, a definição de bom militante foi baseada, em tese, nas condições sociais masculinas de participação sindical e que ainda vigoram. Segundo Margaret Maria Chillemi (1997, p. 118) “a garra de luta é alicerçada no pensamento de que é preciso dedicar-se exclusivamente para a militância”.

Também é Maria de Lourdes Farias (1998) que descreve um padrão masculino de fazer política citando, entre outras características, “o descaso com a questão da mulher, distanciamento com as questões pessoais e afetivas” (p.82), aproximando-se neste aspecto da dissertação de Margaret Maria Chillemi (1997).

Margaret Maria Chillemi (1997), detectou um modelo padrão de militante em que predominam as questões políticas e não há espaço para preocupações com questões ligadas às mulheres. É justamente neste ponto que ocorrem os confrontos que vive a militante da pesquisa. Conforme aponta a autora, a entrevistada “esbarra, juntamente com suas companheiras de militância, no conflito que se estabelece quando as chamadas especificidades das mulheres competem com as prioridades do sindicato: na guerra entre os gêneros” (p.106). Seria a predominância de um modelo de organização voltado mais para o masculino uma das causas de confrontos para as mulheres nos sindicatos, à medida que se estabeleceu um modelo não tão flexível para os valores femininos – mas aparentemente universal pode-se assim dizer.

O que se percebeu, também, nos depoimentos da militante, é a suposta capacidade da mulher de militar associada ao grau de incorporação de características masculinas. A necessidade averiguada foi de uma organização com um padrão menos masculinizado, possibilitando igualmente uma expressão e um reconhecimento maior de significados femininos no movimento docente.

Na dissertação de Corina Dotti (1994), a representação das mulheres entrevistadas acerca do sindicato pareceu implicar na ideia de organização

dominantemente masculina, uma vez que se utilizavam da expressão “eles” para definirem e falarem da instituição. Além do mais, tendo em vista a forma que as entrevistadas referiam-se ao sindicato, a interpretação que se fez, é de que não se tratava de um lugar a ser reivindicado para si. Neste aspecto, confirmando o que dizia o estudo de Souza-Lobo (1991) acerca das operárias sentirem-se estrangeiras ao sindicato, ou seja, “fora do lugar” (p. 133), mulheres vivendo uma alienação no sindicato diante de sua estrutura masculinizada.

Fomenta ainda mais essa questão o alerta de Corina Dotti (1994) de que seria necessário reforçar a tarefa de projetar formas de atuação sindicais “que não se ancorem de forma mimética aos procedimentos construídos pelos homens” (p. 112). O mote que, a princípio, teria conduzido a autora a tal alegação seria o reconhecimento da realidade das direções sindicais, à semelhança de outros “guetos profissionais masculinos”, ainda serem, em sua maioria, ocupada por homens.

Fabia Liliã Carminati (1993), ao discorrer sobre o surgimento do sindicalismo, especialmente sobre o movimento docente e suas paralisações no estado catarinense, buscou dar visibilidade à mulher como sujeito ativo que também se organiza para lutar e reivindicar. Para a autora, a “feminização” não impediu as mulheres de organizar suas lutas e reivindicações, que passam a ser mais intensas após o ano de 1960” (idem, p.47). A autora identifica inclusive um jeito próprio das mulheres de lutar. Nesse jeito feminino de lutar no movimento de greve, elas jogavam com os papéis tanto femininos quanto masculinos, desdenhando os estereótipos e modelos impostos. Além disso, diferenciavam-se ao trazerem para as assembleias e paralisações elementos da esfera privada, como doces preparados por elas próprias, flores (já que a passeata observada pela autora foi realizada no dia em que iniciava a primavera) e cartazes. Ao realizarem passeatas, carregavam também seus filhos, que apareciam em grande número ao lado das mães, que protestavam de forma pacífica.

Ademais, haveria, sobretudo “um jeito feminino de professora lutar” (CARMINATI, 1993) observável quando se compara a greve a movimentos de outras categorias, uma vez que “as letras bem desenhadas e escritas, a confecção de flores, o trabalho com colagem e toda a decoração remetia à ‘coisa de professora’. O protesto era transformado em ato educativo” (p. 111). Desta forma, as ruas

ganhavam um sabor de sala de aula pela opção das mulheres-professoras, pois se preocupavam com a grafia correta e elaboração didática dos materiais.

Aparentemente de forma contraditória, mas intencional, dialogou-se, aqui neste tópico, sobre o sindicato como espaço masculino, com parte de uma dissertação que traz a especificidade de um jeito feminino de participar da greve. Soa bastante instigador um jeito feminino de participação, mas nota-se que é descrito ocorrendo na **rua** [grifo meu]. O que isto quer dizer? Uma preponderância masculina na instituição quando se destacam jeitos femininos num momento e situação fora deste espaço? Mesmo que as mulheres consigam, em determinados momentos e situações, implantar suas formas e jeitos de sindicalizadas – pois são também sujeitos de ações –, é interessante observar o que diz a autora ao mencionar as lutas de caráter político-sindical, que nos remete a um modelo de dominância masculina:

Pode-se até mesmo reconhecer a grande dificuldade de o espaço feminino ser inventado, conquistado e vivido, uma vez que em muitas situações a mulher não é percebida como sujeito de sua própria ação. Portanto, a história das lutas reivindicatórias ou de caráter político-sindical remete-se fundamentalmente às singularidades de um mundo voltado para um regime econômico de ordem capitalista, cujo modelo fundante é o falocratismo [...] (CARMINATI, 1993, p.19).

Outra questão discutida foram os discursos e a retórica enquanto formas de demonstração do poder nos espaços sindicais. As dissertações, neste sentido, mencionaram o domínio do microfone como demonstração de quem está numa posição privilegiada. Para Mary Castro (1995, p. 84), “uma das principais fronteiras do poder estaria na definição de quem pega no microfone”. Assim, a fala em assembleias e reuniões apareceu como mais um dos exercícios no interior do modelo padrão de militância, associada à facilidade maior dos homens, em comparação às mulheres, de fazer uso da palavra. Como lembra Mary Castro, as mulheres podem, inclusive, construir uma prática de silêncio, dificilmente encontrada na cultura masculina:

Elas constroem uma prática de silêncio nas assembleias, um silêncio não reconhecido como postura como fala, mas sim como incapacidade ou delegação permeado por relações de gênero, construções culturais a serem desmascaradas se o objetivo é a desnaturalização da divisão de trabalho (e de poder) entre os gêneros (CASTRO, 1995, p.46).

Neste sentido, destacou-se o trabalho de Fabia Liliã Carminati (1993) em que o ato de falar se apresentou de forma socialmente diferenciada para homens e

mulheres. A autora observou que, diferente dos homens, elas tinham muita dificuldade em falar ao microfone ou ficarem expostas para o público. Como exemplo, citou o caso de uma das pesquisadas que participava da assembleia redigindo e assinando cartas, mas faltava-lhe coragem de lê-las em público.

Já na dissertação de Margaret Maria Chillemi (1997) foram identificados momentos de visibilidade e invisibilidade feminina, sendo a fala considerada a partir dos relatos obtidos junto à entrevistada, um dos exercícios que dá visibilidade à mulher no sindicato “é necessário que ela fale para que se faça visível, caso contrário, não existe” (p.103).

Liderança masculina é outra tecla batida nestas pesquisas. Deste modo, a realidade sindical encontrada por Ferreira (2004) em que a ocupação dos cargos de privilégio se dava pelos homens, abordada no primeiro capítulo, também, fez-se presente aqui. Seguindo na dissertação de Margaret Maria Chillemi (1997), chamou atenção o fato de que, ao longo da existência do SINTEP até o momento da pesquisa, a presidência era ocupada pela ala masculina, pois não constava o registro de mulheres neste cargo, embora tivessem significativa participação na história do movimento e ainda atuassem nas diferentes atividades cotidianas da entidade. A questão é que tal fato se devia a dúvidas quanto à capacidade das mulheres de assumir tais postos de poder. No entanto, é justamente de capacidade feminina que Ruth Sant’ana (1993) fala em seu trabalho, ao defender que a direção sindical precisa ser ocupada também por mulheres. Há o argumento inverso, empregado pela autora, quando defende que os avanços no sindicato precisam garantir que a quantidade de mulheres na direção se aproxime, proporcionalmente, da quantidade delas na base “já que a entidade tem no seu interior um número significativo de **mulheres capazes e combativas**” (idem, p. 257). Acerca dessa disparidade por sexo, quanto à quantidade de mulheres na base e de sua presença na diretoria, já comentava Guerrero Serón “a superioridade aritmética feminina se vê neutralizada pela superioridade geométrica masculina” (GUERRERO SERÓN, 1996 *apud* FERREIRA, 2004, p. 393).

Mesmo com a introdução de políticas sobre as relações entre os gêneros e a certa transgressão que tem surgido quanto à hierarquia de poder, Katia Camargo (2007) identificou durante seu trabalho uma direção sindical ocupada praticamente por homens no momento da pesquisa. Sendo a participação feminina em posições

de poder ainda muito pequena, averiguou que não há, por parte das mulheres, investigadas, desejo de ocupar cargos de poder.

Este dado vai ao encontro do trabalho de Maria de Lourdes Farias (1998), que, de certa forma, chega a relacionar essa não disposição de assumir cargos de direção como resultado de um universo sindical masculino: “As militantes que não se sentem seguras ou dispostas a enfrentar o universo sindical masculino nos termos que ele exige [...] recusam assumir postos de direção” (p. 83).

Em assim sendo, considerando em especial a pesquisa de Margaret Maria Chillemi (1997), confirmou-se o que dizia Souza-Lobo (1991): mesmo quando se tem uma participação decisiva por parte das mulheres nos movimentos, não se garantiria seu espaço no nível da representação institucional.

6.1 Singularidades da atuação política e sindical das mulheres

O conteúdo das dissertações e teses possibilitou a identificação consistente e uma leitura valiosa do que denominei possíveis elementos dificultadores da participação sindical das docentes, abordando certa predominância masculina, mas vai além. Algumas autoras comentaram desafios e propostas para repensar e mudar esta realidade, o que implicou num contributivo ainda maior do olhar de gênero para as análises.

Corina Dotti (1994) reconheceu que há avanços consideráveis sendo alcançados, em tempos atuais. No entanto, percebeu que ainda há um grande desafio: “configurar desde o ser humano mulher – formas de atuação [...] sindicais [...]” (p. 112).

Maria de Lourdes Farias (1998), por sua vez, pensando na necessidade de transformações nas relações de gênero nos sindicatos, falou ser preciso uma articulação deste espaço com a vida cotidiana, em que o mundo doméstico seja considerado igualmente, ou seja, “superar a prática do “murro na mesa”, aprofundar a democracia e aproximar o sindicato da vida cotidiana, articulando a produção, o mundo doméstico e o exercício da cidadania” (p. VI).

Ao deparar-se com a escassa participação feminina nas lutas sindicais no interior goiano, bem como na diretoria do sindicato investigado, Katia Camargo

(2007, p. 142-143) chamou a atenção para “a importância [dos] sindicatos fazerem um trabalho de conscientização e travarem as discussões sobre as melhores formas de luta para garantir avanços na emancipação das mulheres”.

Já a partir de Cláudia Vianna (1999), poder-se-ia inferir que o grande passo seria renovar as formas de lutas considerando também as feminilidades em seus aspectos positivos dentro dos sindicatos, a exemplo do que a autora assistiu no espaço escolar. E, ainda, considerando os resultados apresentados por Margaret Maria Chillemi (1997), seria preciso tirar dos guetos as características femininas, garantir a presença e valorização dos modos de militar das mulheres no sindicato, que nem sempre estão articulados ao modelo padrão de militância, mas, muitas vezes, são reprimidos em prol de outras prioridades institucionais.

O desafio, então, seria reformular as velhas estruturas sindicais buscando meios que assegurassem formas diferenciadas de atuação e, como indicaram as pesquisas, uma das necessidades são formas que levassem em consideração as singularidades da atuação política e sindical das mulheres. Assim, estes apontamentos feitos pelas autoras de certo modo reivindicam reconhecimento dos significados do gênero feminino.

De certa forma, ao realizarem tais apontamentos, houve a preocupação com o reconhecimento político/social das sindicalistas, o que lembra Street (2008) e sua preocupação em enxergar também as mulheres como sujeitos sociais, a partir da consideração das relações de gênero presentes no movimento docente. Seguindo este raciocínio, o questionamento de Cláudia Vianna (1999) conduz a uma maior reflexão

Em que medida a produção sobre organização docente – que discute a ação coletiva da categoria sob os moldes de uma determinada definição de estrutura sindical e que toma por base concepções masculinas do que deva ser a ação sindical – consegue efetivamente captar necessidades, expectativas e valores femininos? (VIANNA, 1999, p. 32).

Após o olhar para o conjunto das pesquisas e seus resultados, aumenta a convicção de que somente a partir da perspectiva de gênero, é que os valores, as expectativas femininas efetivamente seriam captadas nas instituições sindicais, onde ainda predominaria uma concepção masculina de militância.

7 Considerações finais

As discussões sobre relações de gênero têm se propagado com mais intensidade na sociedade como um todo nos últimos anos. Tal preocupação não se restringe mais a grupos declarados feministas, pois distintos espaços e instituições têm se detido sobre tais questões. As universidades, por sua vez, têm incorporado ainda mais estes debates. Diferentes disciplinas e áreas do conhecimento têm buscado introduzir tal aspecto em suas discussões, havendo formação de Grupos de Pesquisa, financiamento para essa linha de investigações e programas de pós-graduação articulando os estudos de gênero às temáticas que desenvolvem.

Neste sentido, as pesquisas aqui analisadas constituíram uma amostra de como vem sendo incorporada a preocupação dos estudos de gênero em dissertações e teses sobre sindicalismo docente na área das ciências humanas, especialmente na área da educação. Os resultados não devem ser generalizados, mas dão uma mostra do quanto é imprescindível o conceito de gênero quando não se deseja correr o risco de resultados e uma visão distorcida de determinada realidade, como a da organização docente.

Entre as principais conclusões a serem tecidas acerca dos resultados desta dissertação, pode-se apontar que o conjunto de trabalhos analisados, diante de diferentes possibilidades teóricas, teve em comum basear-se no referencial de Scott (1990). Em duas pesquisas o gênero foi usado como uma categoria de análise para investigar os jeitos e significados masculinos e femininos presentes na organização coletiva do professorado. No entanto, a tendência das investigações foi o uso do conceito voltado para discutir as desigualdades de gênero, com ênfase sobre as mulheres, o que implicou considerar a mulher no movimento docente.

Os trabalhos que se utilizaram do conceito de gênero enquanto categoria de análise mostraram como o gênero pode ser realmente útil para o campo do sindicalismo docente. Sua utilidade parece tornar-se indiscutível no momento em que é identificado, nos próprios significados de gênero, um dos elementos que podem sofrer mudanças com o aparecimento de formas de ação diferentes das

tradicionais vinculadas aos sindicatos, influenciando a própria mutação do agir coletivo docente, conforme visto no item 5.2. E ainda, a partir da perspectiva de gênero as autoras conseguiram identificar uma possível recomposição da identidade coletiva docente e novas formas de viver a feminilidade e masculinidade, no âmbito das escolas e não no âmbito do sindicato, onde se percebeu a necessidade de inventar novos jeitos masculinos e femininos para a militância.

No caso das pesquisas cuja tendência foi o uso do conceito de gênero com ênfase sobre as mulheres, a importância do conceito não ficou restrita em considerar a mulher no movimento docente, o que por si só já é uma grande contribuição por trazer à tona as experiências de militância de quem geralmente foi invisibilizada na história sindical. O que foi visto é que um interesse maior nas relações sociais, culturais e históricas que dizem respeito às mulheres possibilitou a discussão das dificuldades que enfrentam as professoras na organização de sua categoria, inclusive o reconhecimento do que visualizei como possíveis dificultadores da participação mais efetiva das docentes no movimento sindical. Neste aspecto, as condições de gênero das mulheres se revelaram, em algumas situações, responsáveis pelos elementos dificultadores da relação entre as docentes e o sindicato.

Esses trabalhos desenvolvidos sob o olhar de gênero resgataram temas das desigualdades de gênero, bem como a situação e relação da mulher com estas instituições, servindo como sinalizador do que poderiam ser problemas e obstáculos para o progresso sindical e para as mudanças necessárias. São, portanto, estudos que têm desempenhado papel importante frente ao mundo acadêmico, docente e sindical, ao fazerem uso do conceito de gênero para análise das realidades e fenômenos sociais que envolvem estes três campos.

Contudo, a partir dos resultados e das conclusões desta pesquisa, outras questões interessantes acerca da realidade sindical surgem. Primeiramente, é preciso considerar que a maior parte dos trabalhos foi desenvolvida já há algum tempo, nos anos 1990, e, dessa década para os dias atuais, ocorreram mudanças relacionados às condições de gênero das mulheres. A dependência econômica dos maridos, conforme algumas pesquisas, já não é regra para candidatas ao magistério no século XXI, e grande parte das mulheres hoje são notadamente dotadas de maior independência financeira e, não poucas são, inclusive, responsáveis pelo sustento de suas famílias. A própria concepção de maternidade “liberada” – em que a criança

não seria mais o centro da vida da mulher – abordada pela tese de Miranda (2008) sobre docentes dirigentes sindicais, comentada no item 5.3.2, seria algo atualmente a ser pensado. Em que medida essas mudanças nas condições de gênero estariam superando (ou não) os dificultadores da participação sindical mais efetiva das mulheres, conforme explorado em algumas pesquisas?

Em segundo lugar, a tendência de uma participação feminina não-efetiva, identificada por alguns trabalhos, não estaria relacionada à ideia da crise sindical da década de 1990? Grande parte das pesquisas é daquela década e poderíamos colocar a hipótese de que a não participação das mulheres poderia ser influenciada ou ser, até mesmo, reflexo da crise generalizada de participação, em que foi apontada uma diminuição da filiação e queda das taxas de greves (RODRIGUES, 2002)? O que mais intriga, nessa questão, é que os trabalhos mais recentes que analisei, referente aos anos de 2007 e 2009, caminham em direções totalmente opostas. Enquanto o trabalho de Kátia Camargo, do ano de 2007, identificou uma participação mínima das professoras no sindicato e nas lutas de sua categoria, a tese de Joseane Bufalo, de 2009, fala de um protagonismo por parte das docentes na instituição sindical. Seriam influências puramente geográficas a causa de duas realidades tão diferentes, devido à primeira autora falar de uma região do interior de Goiás e a tese seguinte tratar da realidade da categoria docente da grande São Paulo? Teria, então, a tendência da não-participação feminina efetiva nos sindicatos sofrido uma reversão, mas permanecido ainda presente em apenas algumas regiões do país? Ou seria a realidade encontrada por Joseane Bufalo menos comum no meio sindical?

Buscar respostas a estes questionamentos parece uma forma de oportunizar também uma leitura das ações de democratização implantadas pelos sindicatos docentes em seu espaço. Caso o trabalho de Joseane Bufalo (2009) seja a regra no mundo sindical e o de Kátia Camargo (2007) estar ligado a questões de região, de certo modo, a implantação de políticas, medidas e estratégias sindicais e a criação em maior número das secretarias de gênero e departamentos das mulheres envolvendo tais questões de gênero, estariam no caminho certo. Se os trabalhos mais recentes seguirem a tendência do estudo de Kátia Camargo, certamente, haveria necessidade de reforçar as medidas já tomadas e pensar em outras que venham realmente atender as demandas atuais.

Desta forma, tais questões me instigam e me motivam a projetar a continuação neste campo de estudo, notadamente do gênero e sua operacionalização no âmbito do sindicalismo docente, que venha a contemplar essas intrigantes questões.

Referências

- ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 225 p.
- ALVES, José Eustáquio Diniz. D. A participação da mulher na Andes-SN. **Universidade e Sociedade**, Brasília, n. 18, p. 96-102, mar. 1999.
- ANDRÉ, Marli; ROMANOWSKI, Joana Paulin. O tema formação de professores nas dissertações e teses. In: ANDRÉ, Marli. (Org.). **Formação de Professores no Brasil (1990-1998)**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. p. 17-155.
- APPLE, Michael. Relações de classe e de gênero e modificações no processo do trabalho docente. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p. 3-14, fev. 1987.
- ÁVILA, Maria José Figueiredo. **As professoras de crianças pequenininhas e o cuidar e educar: um estudo sobre as práticas educativas em um CEMEI de Campinas/SP**. 2002. 295 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 370 p.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 133-184, jul/dez. 1995.
- BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? - Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Cadernos CRH**, Salvador, vol. 23, n. 59, p. 323-338, maio/ago. 2010.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho da mulher: igualdade ou proteção? **Cadernos de Pesquisa**, n.61, p.58-67, maio 1987.
- _____; AMADO, Tina. Estudos sobre mulher e Educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 64, p. 4-13, 1988.
- CARVALHAL, Terezinha Brumatti. **A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente/SP**. 2003, 205f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.
- CARVALHO, Marília Pinto de. **No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais**. São Paulo: Xamã, 1999. 247 p.
- CAPPELLIN, Paola. Viver o sindicalismo no feminino. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, número especial, p. 271-290, 1994.

CASTRO, Mary. Gênero e poder no espaço sindical. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 29-51, 1995.

CATTANI, Antonio David. (Org.). **Trabalho e tecnologia: dicionário crítico**. Petrópolis: Vozes, Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997.

CERISARA, Ana. **A construção da identidade das profissionais de educação infantil: entre o feminino e o profissional**. 1996. 186f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CHIROQUE, Sigfredo. Sindicato docente. **Dicionário Trabalho, profissão e condição docente**. GESTRADO/UFMG, 2010.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação – Organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 17-27.

_____.; LÚCIO, Magda. O sindicalismo tardio da educação básica no Brasil. **Universidade e Sociedade**, Brasília/DF, n. 33, p. 115-125, jun. 2004.

DIEESE. Balanço das greves em 2012. **Estudos & Pesquisas**, São Paulo: DIEESE, n. 66. 2013.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. Terry Ideologia. **Uma introdução**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

ENQUITA, Mariano Fernández. **A Face Oculta da Escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun. 2008.

_____. Mulheres e homens em sindicato docente: um estudo de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.122. p.39-410, maio/ago. 2004.

_____. Notas sobre as relações entre identidade e sindicalismo docentes. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 28, n.99, p. 377-399, maio/ago. 2007.

_____. Pesquisando gênero e sindicalismo docente: à procura de um referencial para uma temática transdisciplinar. In: DAL ROSSO, Sadi (Org.). **Associativismo e sindicalismo em educação – organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 29-46.

_____. Sindicalismo docente. **Dicionário Trabalho, profissão e condição docente**. Cidade: GESTRADO/UFMG, 2010.

_____. Somos todos trabalhadores em Educação? Reflexões sobre identidades docentes desde a perspectiva de sindicalistas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32, n.2, p. 225-240, maio/ago. 2006.

_____ et al. Mapeando a produção sobre gênero e sexualidades na ANPEd. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO - Desafios Atuais dos Feminismos, 10., 2013. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. p. 1-9.

_____; NUNES, Georgina Helena Lima. Panorama da produção sobre gênero e sexualidades apresentada nas reuniões da ANPEd (2000-2006). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 33., 2010, Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2010. p.1-16. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6147--Int.pdf>>.

FINCO, Daniela. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 14, n. 3, p. 89-101, set./dez. 2003.

GINDIN, Julián. Os estudos sobre sindicalismo docente na América Latina e no Brasil. In: SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 1., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IUPERJ/UFRJ/UnB, 2009. p. 1-18.

GROSSI, Miriam; HEILBORN, Maria Luiza; RIAL, Carmen. "Entrevista com Joan Wallach Scott". **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 6, n. 1, p. 114-124, 1998.

GUERRERO SERÓN, Antonio. La profesión docente: asociacionismo y feminización. In: _____. **Manual de sociología de la educación**. Madrid: Síntesis, 1996. p. 193-207.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HUMPHREY, John. Sindicato; um mundo masculino. **Novos Estudos**, Cebrap, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 47-52, abr. 1983.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. São Paulo: Papirus, 1997.

LEMOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. **Professores em movimento: a emergência do associativismo docente na Corte Imperial**. 2011. 219f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

LEONE, Eugenia Troncoso; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu, 2010, p. 1-21.

LOURO, Guacira. Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 2. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes; 2011a.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2011b. p. 443–481.

LOYO BRAMBILA, Aurora; RODRÍGUEZ, María de Jesús. Maestras activistas de la ciudad de México. Subjetividad y contextos de interacción. **Revista Mexicana de Sociología**. México: Universidad Nacional Autónoma de México, v. 69, n. 1, p. 139-168, enero-marzo. 2007.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. 99 p.

MATOS, Maria Izilda. História das Mulheres e Gênero: usos e perspectivas. In: MELO, Hildete Pereira de, et all (Org.). **Olhares Feministas**. Brasília: Ministério da Educação; UNESCO, 2006. p. 281-294.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**. vol.16, n.2, p. 333-357, 2008.

_____; MARQUES, Danusa. Caminhos das discussões acadêmicas sobre o tema de gênero, mulheres e política: em que momento estamos? **Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, 2010. 55 p.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Articulações do feminino em narrativas de mulheres dirigentes sindicais**: saber-poder e gênero. 2008, p. 230. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES FILHO, Evaristo de. **O problema do sindicato único no Brasil**: seus fundamentos sociológicos. 2ª. ed. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do Homem**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995. 284 p.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

PIZA, Edith. **Contaminação de práticas no trabalho de magistério**: notas para reflexão. Projeto História, São Paulo, n. 11, nov. 1994. p. 79-89.

RODRIGUES, Leôncio. Martins. **Destino do sindicalismo**. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2002. 339 p.

ROSADO-NUNES, Maria José. Gênero e religião. **Estudos Feministas**, vol.13, n.2, p. 363-365, 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Caminhos cruzados: educação e gênero na produção acadêmica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 47-68, jan/jun. 2001.

_____; AMADO, Tina. Mulheres na escola. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 80, p.62-74, fev. 1992.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. Posfácio: conceituando o gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica (Org.) **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos: NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994. p. 271-283.

SANTANA, Vera. **Gênero nos sindicatos. Igualdades, desigualdades e diferenças. Cadernos de emprego e relações de trabalho**, n. 08. Lisboa: Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT), 2009.

SARTORI, Ari José. Homens e relações de gênero entre sindicalistas de esquerda em Florianópolis. In: BRUSCHINI, Cristina; PINTO, Celi Regina. (Org.). **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas; Editora 34, 2001. p. 216-239.

SAYÃO, Deborah Thomé. **Relações de Gênero e Trabalho Docente na Educação Infantil: Um Estudo de Professores em Creche**. 2005. 273 f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCHOTT, Robin. **Eros e os processos cognitivos: uma crítica da objetividade em filosofia**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99

SILVA, Erineusa Maria da. **As relações de gênero no magistério: a imagem da feminização**. Vitória: EDUFES, 2002.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: Costa, Albertina Oliveira; Bruschini, Maria Cristina A. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos e São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 15-23.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense/SMC, 1991. 285 p.

STREET, Susan. El género como categoría para repensar al sujeto popular: dos generaciones en el activismo femenino del magisterio democrático mexicano. In: GALVÁN LAFARGA, Luz Elena; LÓPEZ PÉREZ, Oresta (coords.). **Entre imaginarios y utopías: historias de maestras**. México: Publicaciones de la Casa Chata, 2008. p. 395-420.

TANURI, Leonor. **O ensino normal no estado de São Paulo: 1890-1930**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

THOMPSON, Edward. Tempo e modernidade capitalista. In: _____. **A miséria da teoria:** ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 47-62.

_____. Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 267-304.

VALADARES, Loreta. A presença da mulher no movimento sindical. **Revista Debate Sindical**, n.18, p. 26-30, abr/maio/jun. 1995.

VIANNA, Cláudia. A produção acadêmica sobre organização docente: ação coletiva e relações de gênero. **Educação & Sociedade**, Campinas, ano XXII, n. 77, p. 100-130, dez. 2001.

_____. O sexo e o gênero da docência. **Cadernos Pagu**, Campinas n. 17/18, 2002, pp.81-103.

_____. **Os nós do "nós":** crise e perspectivas da ação coletiva docente em São Paulo. São Paulo: Xamã, 1999.

_____ et al. Gênero, sexualidade e educação formal no Brasil: uma análise preliminar da produção acadêmica entre 1990 e 2006. **Educação & Sociedade**, v. 32, p. 525-545, 2011.

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. **História da profissão docente no Brasil:** representações em disputa. São Paulo: Cortes, 2009.

_____; _____. O magistério secundário e o associativismo docente no Brasil entre os anos 1940 e 1960: a trajetória da Apesnoesp (associação dos professores do ensino secundário e normal oficial do Estado de São Paulo). In: I SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2011, Rio de Janeiro. **Anais.** Rio de Janeiro: UERJ, 2011. p. 1-27.

VIEIRA, Renata de Almeida; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. Fonte investigadora em Educação: registros do banco de teses da CAPES. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.33, n.2, p. 353-367, maio/ago. 2007.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Acerca de como las mujeres llegaron a ser maestras (América Latina, 1870-1930). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 73, n. 175, 1992.

Apêndices

Corpus documental

BUFALO, Joseane Maria Parice. **Nem só de salário vivem as docentes de creche:** em foco as lutas do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas (STMC 1988-2001). 2009. 176f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CAMARGO, Kátia Pereira Coelho. **Relações sociais de gênero entre mulheres/professoras na regional de Palmeiras de Goiás e sua repercussão no mundo do trabalho.** 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

CARMINATI, Fábila Liliã Luciano. **Conflitos e confrontos de mulheres professoras no movimento de greve.** 1993. 151f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CHILLEMI, Margaret Maria. **Produção de subjetividade, militância e gênero.** 1997. 159f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

DOTTI, Corina Michelon. **Representações de mulheres professoras:** incursões nos espaços público e privado. 1994. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

FARIAS, Maria de Lourdes Mazza de. **Nem rosa, nem azul:** relações de gênero na família, na escola e no sindicato. 1998. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SANT'ANA, Ruth Bernardes de. **Professores de 1.º e 2.º Graus:** Representação Social e Mobilização Coletiva. 1993. 186f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIANNA, Cláudia. **Os nós do "nós":** ação coletiva docente no ensino estadual paulista (1990/1997). 1999. 301f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.